



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO DA CPLP

2023 - 2025

Secretariado Executivo da CPLP
Agosto de 2025

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
2. PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO SETORIAL (PECSET)	5
3. QUADRO RESUMO – QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO (2023-2025).....	9
4. ATIVIDADES DE ÁREAS ALINHADAS COM O DEC 2020-2026	12
AMBIENTE.....	12
CULTURA.....	33
EDUCAÇÃO.....	48
JUVENTUDE E DESPORTOS	50
SAÚDE.....	55
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	60
TURISMO	68
5. ATIVIDADES DE ÁREAS NÃO ALINHADAS COM O DEC 2020-2026	70
COMUNICAÇÕES E AGENDA DIGITAL	70
DEFESA	71
ECONOMIA E COMÉRCIO	73
OCEANO.....	75
TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS	79
6. MEMÓRIA DAS ATIVIDADES CONCLUÍDAS (FINANCIADAS PELO FECPLP)	87
PROJETOS.....	87
AÇÕES PONTUAIS.....	89

1. Introdução

O Quadro Bienal de Cooperação (QBC) é o instrumento de orientação prospetiva que contribui para a identificação, priorização e operacionalização das Atividades de Cooperação da CPLP, de acordo com o Documento Estratégico de Cooperação da CPLP.

O QBC 2023-2025 sucede ao QBC 2020-2022.

O QBC planifica estrategicamente a Cooperação da CPLP, procurando incrementar a sua coerência política, a eficácia e resultados concretos. As Atividades que inclui resultam do diálogo entre os interesses e disponibilidades identificadas pelos atores de cooperação da CPLP (estatais e não estatais) e as orientações estratégicas da Comunidade.

O QBC reúne Atividades de Cooperação em execução ou programadas que estejam consubstanciadas num documento de suporte à implementação que descreva objetivos, resultados e atividades (Documento de Projeto/ Ação Pontual, Termos de Referência, etc.).

Para além de Atividades de Cooperação, poderão ser integradas no QBC Atividades político-diplomáticas e de promoção da língua portuguesa quando estas pretendam contribuir de forma clara para os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Sempre que possível, o QBC 2023-2025 será atualizado no seguimento de cada Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC).

As Atividades a listar no QBC deverão cumprir pelo menos um dos seguintes critérios:

- Ter como instância de aprovação um dos órgãos competentes (RPFC, CCP, SECPLP ou Reunião Ministeriais Setoriais);
- Ter o envolvimento institucional da CPLP (no seu financiamento, na sua preparação ou na sua implementação);
- Ser uma atividade proposta pela presidência em exercício da CPLP;
- Ser implementada por uma das Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos¹ da CPLP, desde que seja um contributo para o Plano Estratégico de Cooperação Setorial (PECSET) correspondente.

¹ As Comissões Temáticas são grupos de trabalho temáticos constituídas por Observadores Consultivos de acordo com a sua área de intervenção e preferência. As atividades promovidas pelas Comissões Temáticas são desenhadas, promovidas e implementadas pelos membros da respetiva Comissão Temática, não sendo, por isso, objeto de decisão de um órgão da CPLP.

As atividades incluídas no QBC 2023-2025 estão divididas em três categorias diferentes, consoante se alinhem ou não com as áreas setoriais prioritárias estabelecidas no Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026 (DEC):

- **Atividades de áreas alinhadas com o DEC 2020-2026**, ou seja, atividades em execução ou propostas por setores que o DEC 2020-2026 identifica como prioritários, a saber:
 - Ambiente e Alterações Climáticas;
 - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
 - Cultura;
 - Direitos Humanos e Boa Governança;
 - Educação;
 - Energia;
 - Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher;
 - Juventude e Desportos;
 - Saúde;
 - Segurança Alimentar e Nutricional;
 - Turismo.

- Atividades de áreas **não alinhadas com o DEC 2020-2026**, ou seja, atividades em execução ou propostas por setores que o DEC 2020-2026 não identifica como prioritários. São eles:
 - Comunicações e Agenda Digital;
 - Defesa;
 - Economia e Comércio;
 - Finanças;
 - Justiça;
 - Oceano;
 - Migrações;
 - Sociedade Civil;
 - Trabalho e Assuntos Sociais.

- **Outras Atividades**, onde se incluem atividades de cooperação sem um alinhamento setorial específico, ou atividades político-diplomáticas e de promoção da Língua Portuguesa quando estas pretendam contribuir para os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

2. PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO SETORIAL (PECSET)

REUNIÃO MINISTERIAL SETORIAL	PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO (PECSET)	Vigência do PLANO DE AÇÃO/TRABALHO (PAT)	Objetivo Global	Eixos Prioritários
Reunião dos Ministros do Ambiente	Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP (PECA)	2025-2026	- Promover a cooperação entre os Estados-Membros da CPLP (EM) no que respeita à gestão, proteção e preservação do ambiente, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável. - Apoiar os EM da CPLP no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos na área do ambiente, em particular nos Acordos Multilaterais de Ambiente, no que promovam o cumprimento dos ODS, a afirmação da CPLP em momentos de Política Internacional de Ambiente, o reforço das capacidades nacionais, a promoção de parcerias e a promoção de diálogos setoriais.	- Biodiversidade - Combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca - Ecoturismo - Educação Ambiental - Gestão Ambiental Marinha e Costeira - Gestão de Resíduos - Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Alterações climáticas e Energias Renováveis
Reunião dos Ministros da Ciência Tecnologia e Ensino Superior da CPLP	Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP	2022-2026	- Promover a implementação de ações de cooperação multilateral concertadas, harmonizadas e orientadas para resultados concretos nos domínios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Promover a cooperação multilateral através do apoio ao desenvolvimento de redes que envolvam atividades de ensino e de investigação e de partilha de boas práticas entre as Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos EM da CPLP - Impulsionar a produção, circulação, disseminação e apropriação do conhecimento científico e tecnológico produzido nos EM da CPLP com base na inovação tecnológica	- Espaço do Ensino Superior da CPLP - Mobilidade de Estudantes, Docentes, Investigadores e Cientistas Altamente Qualificados da CPLP - Rede de Informação, Avaliação e Promoção da Qualidade do Ensino Superior no Espaço da CPLP - Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP - Programas Comuns de Investigação, Inovação e Formação Avançada para a Internacionalização da CPLP - Espaço de Inovação da CPLP
Reunião de Ministros da Cultura	Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP	2022-2026	- Propiciar o intercâmbio de conhecimento entre os agentes da cultura, artistas, escritores, compositores e sociedade civil, através da criação de condições que garantam a mobilidade de operadores da cultura e a circulação de bens culturais - Estabelecer mecanismos de comunicação e de circulação de informação para promoção da diversidade cultural dos EM da CPLP - Dotar os profissionais da cultura de ferramentas que lhes permitam desenvolver e salvaguardar as suas criações - Dinamizar a internacionalização da CPLP no domínio da Cultura	- Indústrias Culturais e Economia Criativa na CPLP - Diversidade das Expressões Culturais na CPLP - Internacionalização da CPLP no domínio da Cultura - Património Cultural e Memória Histórica da CPLP - Formação de Recursos Humanos

REUNIÃO MINISTERIAL SETORIAL	PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO (PECSET)	Vigência do PLANO DE AÇÃO/TRABALHO (PAT)	Objetivo Global	Eixos Prioritários
Reunião de Ministros da Educação	Plano Estratégico de Cooperação em Educação da CPLP	2022-2026	Implementar ações de cooperação multilateral concertadas, harmonizadas e orientadas para resultados concretos nos domínios da educação, que contribuam para o efetivo desenvolvimento dos sistemas educativos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com vista à melhoria da sua qualidade.	- Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (AEJA) na CPLP - Alimentação, Nutrição e Saúde Escolar na CPLP - Avaliação das Aprendizagens e dos Sistemas Educativos na CPLP - Educação em Situações de Emergência na CPLP - Educação Inclusiva na CPLP - Ensino Técnico Profissionalizante na CPLP - Portal da Educação da CPLP - Produção de Estatísticas da Educação da CPLP - Promoção da Língua Portuguesa nos Sistemas Educativos da CPLP - Rede de Escolas Amigas da CPLP
Reunião de Ministros da Energia	Plano Estratégico de Cooperação em Energia da CPLP (PECE)	(não definida)	- Promover a cooperação entre os EM da CPLP na área da Energia, tendo em vista a promoção de processos de desenvolvimento sustentáveis, na lógica da afirmação de modelos de soberania e autonomia energética. - Promover a criação de parcerias e investimentos na área energética, entre agentes institucionais e económicos da CPLP. - Apoiar os EM da CPLP em ações de concertação política e diplomática e no cumprimento dos compromissos internacionais já assumidos na área da Energia. - Apoiar os EM da CPLP na transição para economias de baixo carbono, competitivas, sustentáveis e resilientes.	- Acesso à Energia - Hidrocarbonetos – Petróleo e Gás - Energias Renováveis - Eletricidade - Inovação e Eficiência Energética, incluindo Redes Inteligentes - Bioenergia - Enquadramento Legal/ Regimes jurídicos, e - Mecanismos económicos e financeiros
Reunião dos Ministros da Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher	Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (PECIGEM)	PAT: 2022-2024	Reforçar a cooperação em matéria de igualdade de género e de promoção do empoderamento de mulheres e meninas na CPLP, incluindo a integração regular, sistemática e transversal da dimensão da igualdade e da equidade de género nas políticas, estratégias, programas e projetos de cooperação desenvolvidos no âmbito da CPLP e através do aperfeiçoamento dos quadros legais dos EM, com vista à realização da Igualdade e da Equidade de Género, assim como dos Direitos Humanos de todas as mulheres e meninas.	- Igualdade de Género, Empoderamento das mulheres e Transversalização da dimensão da Igualdade de Género nos Estado- Membros da CPLP - Legislação Nacional - Empoderamento Económico das Mulheres - Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e Raparigas - Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz
Conferência de Ministros da Juventude e Desportos	- Plano de Ação para o Desporto - Plano de Ação para a Juventude	2023-2026	- Apoiar iniciativas juvenis de educação pelos pares. - Promover encontros multilaterais de peritos e decisores políticos para o aprofundamento do conhecimento do tema e troca de boas práticas.	- Saúde Sexual e Reprodutiva e Saúde Mental; - Promoção da Educação Cultural e Artística - Educação Não Formal; - Educação para o Desenvolvimento; - Igualdade de Género;

REUNIÃO MINISTERIAL SETORIAL	PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO (PECSET)	Vigência do PLANO DE AÇÃO/TRABALHO (PAT)	Objetivo Global	Eixos Prioritários
			- Promover o intercâmbio e mobilidade de jovens criadores da CPLP. - Promover e reconhecer as aprendizagens e as metodologias de Educação Não Formal. - Reforçar as instituições da área da juventude. - Capacitar os dirigentes juvenis dos EM da CPLP.	- Emprego; - Migrações, Diásporas e Co-Desenvolvimento; - Desenvolvimento Sustentável; - Paz e Estabilidade - Reconstrução Pós-Conflito; - Fortalecimento Político e Institucional no que respeita aos Espaços de Participação Juvenil e a Edificação de um Sistema de Co-Gestão; - Capacitação para os XII jogos Desportivos da CPLP
Reunião dos Ministros da Saúde	Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP)	2025-2026	Implementação de políticas e estratégias que visem consolidar o desenvolvimento sustentável dos EM, a boa governação dos respetivos sistemas nacionais de saúde e da saúde global.	- Sistemas Nacionais de Saúde (SNS) - Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde (FTS) - Informação e Comunicação em Saúde (ICS) - Investigação e Bioética em Saúde - Monitorização dos ODS - Prontidão para Emergências em Saúde Pública
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP)	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional - ESAN	2023-2025	Com base no Direito Humano à Alimentação Adequada, contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os EM e da maior governança das políticas e programas setoriais de segurança alimentar e nutricional.	- Fortalecimento da Governança da Segurança Alimentar e Nutricional - Promoção do Acesso e Utilização dos Alimentos para Melhoria dos Modos de Vida dos Grupos Mais Vulneráveis - Aumento da Disponibilidade de Alimentos com Base nos Pequenos Produtores
Reunião de Ministros do Turismo	Plano Estratégico de Cooperação em Turismo (PECTUR - 2016-2026)	2024-2026	Reforçar a cooperação multilateral em matéria de turismo, através da dinamização de ações e da articulação com outros setores de forma coordenada, para implementação de políticas e programas que fomentem o setor do turismo.	- Promoção do Turismo Responsável/ Sustentável - Informação e Monitoramento - Formação e Capacitação - Inovação, Investigação e Novas Tecnologias - Empreendedorismo e Promoção de Investimento - Mobilidade e circulação - Promoção e divulgação turística
Reunião dos Ministros das Comunicações	Agenda Digital da CPLP	(não definida)	Prossecução de uma estratégia comum para a transformação digital dos EM da CPLP, de forma a fazer face aos desafios da globalização, promovendo o desenvolvimento sustentável e reforçando a cooperação entre os EM, em alinhamento com os objetivos da Agenda 2030.	- Infraestruturas de Comunicações Eletrónicas - Serviços Digitais - Segurança Digital - Literacia Digital e Capacitação

REUNIÃO MINISTERIAL SETORIAL	PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO (PECSET)	Vigência do PLANO DE AÇÃO/TRABALHO (PAT)	Objetivo Global	Eixos Prioritários
Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar	Plano de Trabalho para implementação da Estratégia da CPLP para os Oceanos	2022-2024	- Promover os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. - Contribuir para uma melhor gestão e desenvolvimento sustentável dos oceanos, através da aplicação da abordagem multisectorial (incluindo as abordagens de defesa, ambiental, científica, tecnológica, social e económica) e da cooperação internacional. - Promover a constituição de áreas marinhas protegidas nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nos EM da CPLP. - Promover medidas de compreensão e de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras. - Contribuir para o reforço de uma rede de recursos humanos capacitada para desenvolver uma política de oceanos integrada. - Promover medidas de aproveitamento económico dos recursos marinhos, incluindo o encorajamento de parcerias empresariais.	- Projeção Internacional da CPLP através do Oceano - Mobilização e Reforço de Parcerias (ODS 17) - Articulação com Outras Iniciativas Sectoriais da CPLP - Criação de um Prémio para Reconhecimento de Boas Práticas na CPLP no setor do Oceano - Investigação sobre o Oceano da CPLP - Extensão da Plataforma Continental e Programas Associados - Projeção Internacional da CPLP através dos Oceanos - Parceria da CPLP para um Mar sem Lixo - Desenvolvimento de Clusters Marítimos
Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais	Plano Estratégico de Cooperação para o Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (PECTAS-CPLP)	PACTI 2021-2025 PAIT 2023-2030	Contribuir para o combate à pobreza e às desigualdades e promover o trabalho digno e a justiça social e tem como orientação central os interesses e prioridades nacionais dos Estados-Membros e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em particular dos ODS 1, 8 e 10.	- Promoção de Trabalho Digno e Justiça Social - Reforço e alargamento da proteção social - Coordenação dos sistemas de proteção social - Reforço da educação e formação ao longo da vida - Concertação, coordenação e partilha de informação e boas práticas - Reforço dos sistemas de inspeção do trabalho - Combate ao Trabalho Infantil - Monitorização e Avaliação de políticas e medidas de política

3. QUADRO RESUMO – QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO (2023-2025)

ATIVIDADES DE ÁREAS ALINHADAS COM O DEC 2020-2026	Código	€ Valor consignado FECPLP	Saldo
			30/06/2025
Ambiente			
Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP	PR57/LIS/13	424 254,92	177 069,77
Observatório Clima CPLP	PR85/LDA/21	235 449,3	8 167,11
Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO na CPLP	PR86/LDA/21	299 810,40	74 952,60
VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	AP56/LDA/22	87 510,16	0,00
VIII Congresso Internacional Educação Ambiental Países e Comunidades de LP	AP76/STP/24	30 960,97	20 643,65
Manuais de Arquitetura Sustentável para Brasil e Guiné Equatorial	PR89/LIS/23	15.000,00	4 612,00
Plano de Formação Externa IPMA - 2025	PR95/GE/25	72 315,76	76 654,71
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior			
Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Fase II	PR52/MAP/12	1 376 299,81	839 805,93
Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP	PR66/DIL/15	26 190,90	8 317,93
Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	PR69/DIL/15	64.271,13	13 009,71
TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa	PR71/DIL/15	129 936,00	48 975,08
Conferência sobre a Mobilidade Académica da CPLP	-	-	-
Estudo relativo Procedimentos A.R.A. Reguladora	PR88/LIS/22	84 800,00	0,00
Cultura			
Portal da Cultura da CPLP	PR82/SAL/18	33.559,60	24 517,80
Programa CPLP Audiovisual 2 (PAV)	J201701	33 777,33	0,00
Programa CPLP Audiovisual 3 (PAV)	J202701	1 610 035,21	1 260 531,35
Lusofonia em Timor-Leste	PR94/LIS/25	124 764,64	124 764,64
Direitos Humanos e Boa Governação			
Projeto Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	PR56/LIS/13		26 806,82
Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa	PR80/LIS/19	547 800,49	368 248,40
Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP para apoio à boa governação e construção sustentável	PR84/LIS/20	91 093,07	7 563,35
Capacitação da Rede de Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP	-	-	10 000,00
IX Assembleia Geral da RINAPE	AP72/STP/24	25 000,00	6 579,57
Educação			

Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	AP53/SAL/19	28 835,80	2 512,80
Energia			
Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher			
Juventude e Desportos			
Capoeira: Formação Técnico-Profissional e Cidadania – Fase II	PR49/LIS/12	536 221,80	176 372,94
Plano de Ética no Desporto da CPLP II	PR90/LIS/23	59 520,00	15 461,91
Jogos Desportivos da CPLP	-	-	-
6ª Edição da "Corrida da CPLP – Juntos contra a Fome"	AP79/LIS/25	37 000,00	4 400,00
Saúde			
1º Seminário Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários na CPLP	AP70/LIS/24	11 925,00	0,00
IV Encontro Luso Brasileiro de Avaliação em Saúde, Gestão e Translação do Conhecimento no âmbito da CPLP: da teoria à prática	-	-	-
V Reunião Ordinária da RINSP-CPLP "Tema: O Papel dos INSP na Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP"	-	35 590,60	0,00
I Conferência da CPLP sobre One Health/ Uma Saúde (Sal, 11 a 15 de outubro de 2023)	-	8 320,25	0,00
PECS - Rede Institutos Nacionais Saude Publica (CE)		32 556,92	28 491,94
Segurança Alimentar e Nutricional			
Apoio ao Centro de Competências em Agricultura Familiar Sustentável da CPLP em São Tomé e Príncipe	-	-	-
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP - CONSAN	H201401		47 779,12
ESAN - Plano de Atividades (a consignar)	ESAN 000	88 000,00	96 124,64
"No nutrison, no vida" (A nossa nutrição, a nossa vida)	H2014030	37 097,88	3 716,15
Superar a Sobrevivência (Campanha JcF)	H2024031	36 866,80	18 433,40
Apoio ao funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP)	-	-	-
Apoio ao Desenvolvimento do Plano de Trabalho da ESAN-CPLP	-	-	-
Diálogos CPLP - Cimeira Nações Unidas para Sistemas Alimentares Sustentáveis	POLDIP014	-	0,00
Promoção para a produção de Hortícolas em Moçambique		35 637,46	35 637,46
Turismo			
Cooperação no domínio do Turismo no contexto da CPLP - Fase III	COOPPT021	188 788,70	79 908,02
ATIVIDADES DE ÁREAS NÃO ALINHADAS COM O DEC 2020-2026	Código	€ Valor consignado FECPLP	Saldo 30/06/2025
Comunicações e Agenda Digital			
Carta da CPLP de Direitos e Princípios em Ambientes Digitais	-	-	-
Defesa			
Colégio de Defesa da CPLP	-	-	-

Exercícios Felino (2023 a 2025)	-	-	-
Economia e Comércio			
Operacionalização da DAEE no SECPLP	AP63/STP/23	213 681,12	71 227,12
Finanças			
Justiça			
Oceano/Mares			
Capacitação no quadro da aplicação do Acordo Internacional sobre Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ)	AP67/LIS/24	35 000,00	0,00
2ª Conferência de Hidrografia da CPLP	AP73/STP/24	58 822,58	3 695,79
Apoio à deslocação dos representantes dos Estados-Membros para participação no 2º Seminário da CPLP de capacitação para a implementação do Acordo BBNJ	AP80/LIS/25	66 151,21	26 933,98
Migrações			
Trabalho e Assuntos Sociais			
Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em STP - Fase 3	PR41/LIS/11	775 555,72	56 158,87
Meninos de rua: Inclusão e Inserção (5.ª fase)	PR91/DIL/24	93 742,40	79 999,92
Ação Piloto de Extensão Comunitária e Social na Barbearia	PR92/STP/24	104.383,50	62 630,10
Plano de Ação para o combate ao Trabalho Infantil (PACTI)	-	-	-
Plano de Ação para a Inspeção do Trabalho	-	-	-
Reunião Técnica para a Negociação do Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP	-	-	-

4. ATIVIDADES DE ÁREAS ALINHADAS COM O DEC 2020-2026

Ambiente

PR57/LIS/13		Apoio à gestão e monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA) – Execução Técnica Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira		
E.M. ENVOLVIDOS	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste		
GRUPO-ALVO	Funcionários Governamentais na área da gestão de recursos hídricos		
OBJETIVOS	Apoiar na gestão e monitoramento hidrológico, centrado no intercâmbio de conhecimentos, atendendo às demandas específicas de cada país		
RESULTADOS ESPERADOS	• Maior acesso a tecnologia sobre redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; • Quadros de funcionários locais capacitados em gestão de recursos hídricos; • Desenvolvimento de marcos legais.		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		493.810,12 €
	Valor consignado FE		424.254,92 €
	Valor Desembolsado		247.185,15 €
	Saldo 30/06/2025		177.069,77 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução		
• O projeto foi aprovado, pela XXVI RPFC, março de 2013, e aprovação, em julho de 2015, pela XXXI RPFC; tendo o Protocolo de Financiamento sido assinado em dezembro de 2016. • Por ocasião do processo de preparação da participação concertada da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água de 2018, "CPLP Rumo à Brasília"; identificou-se a necessidade de atualizar o documento de projeto; assim como durante a reunião fundadora da Reunião dos Diretores de Recursos Hídricos da CPLP (julho 2018); tendo as várias recomendações sido integradas pela ANA-Brasil e ABC-Brasil no novo documento de projeto, circulado em janeiro de 2019. • O projeto arrancou, em maio de 2019, tendo-se realizado 3 missões presenciais: uma das quais de Monitoramento e Avaliação das Atividades do Projeto (dezembro 2019), que reuniu os Diretores de RH num balanço das atividades já realizadas e na readequação do Plano de Atividades para anos de 2020 e 2021. • Face à situação de pandemia de COVID-19, que impossibilitou a realização de missões presenciais, foram feitas alterações (articuladas com ABC e SECPLP) ao plano de trabalho, para que as atividades pudessem ter continuidade, visando a Transformação de atividades presenciais para formatos online e Inserção de novas atividades relacionadas ao tema ODS 6. • A 16 de março de 2021, a ANAS apresentou aos DRH o plano de atividades para 2021, que incluía: 5 capacitações e 1 reunião de monitorização e avaliação; a Implementação no Brasil da ferramenta SSP-ODS 6, da Universidade das Nações Unidas – Instituto da Água, Meio Ambiente e Saúde (UNU-INWEH), que servirá de modelo de replicação na CPLP, com o objetivo de Incentivar o cálculo dos indicadores do ODS 6 ou o seu aprimoramento e oferecer evidências que facilitem o alcance das metas do ODS 6 na CPLP. ▪ Relativamente ao cálculo dos indicadores do ODS 6, a ANAS promoveu dois momentos de capacitação em torno da ferramenta SDG 6 Policy System Support, desenvolvida pela UNU-INWEH, que visa gerar evidências para a definição de políticas públicas e processos de tomada de decisão dos atores governamentais, a partir de um retrato real da situação analisada, identificação das instituições envolvidas e informações que auxiliam no monitoramento das metas. ▪ O Plano de atividades para 2022-2025, incluiu a realização de atividades como: ▪ Dinamização da ferramenta "Portal da Água da CPLP" ▪ Oficina presencial de tecnologia: sistemas de informação em recursos hídricos - parte 2 ▪ Diagnóstico para levantar e sistematizar demandas por capacitação e problemáticas que precisam ser enfrentadas			

- Etapa 1: definição da metodologia para o desenvolvimento do diagnóstico e elaboração da estrutura dos questionários, entrevistas e oficinas
- Etapa 2: Levantamento dos dados por meio de oficinas remotas, questionários e entrevistas
- Etapa 3: Sistematização das informações e elaboração de documento base para discussão com representantes dos países que integram a CPLP
 - Trilha de aprendizagem sobre Mudanças Climáticas - Desenvolvimento da estrutura e design da trilha de aprendizagem sobre mudanças climáticas.
 - Workshop nos temas de: 1) capacitação em gestão de recursos hídricos com ênfase em políticas públicas de Capacitação e Mudanças Climáticas; e 2) elaboração do Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos - Etapa II a partir do diagnóstico desenvolvido na atividade A.2.3.3 e A.2.3.4

As atividades do Projeto executadas em 2024, foram:

- Contratação de consultoria para elaboração do Plano de Formação da CPLP;
- Desenvolvimento do Plano de Formação da CPLP, com a realização de 2 Oficinas remotas e do Workshop presencial (em Brasília). Esse Plano teve como objetivo estruturar proposta de capacitação para técnicos dos países da CPLP nas áreas de gestão de recursos hídricos e saneamento e foi elaborado de forma participativa com representantes de países da CPLP, de modo a ser possível identificar as necessidades conjuntas e individuais dos países, frente aos desafios inerentes à gestão de recursos hídricos e saneamento;
- Workshop para validação do Plano de Formação da CPLP: 8 a 10 de maio, em Brasília;
- Contratação de consultoria para desenvolvimento da Trilha de aprendizagem sobre Mudanças Climáticas - estrutura e design da trilha de aprendizagem sobre mudanças climáticas;
- Atualização do Plano de Trabalho do Projeto, com definição de ações até 2025;
- Prorrogação do Projeto CPLP para dezembro/2026, com a correspondente atualização do seu Plano de Trabalho.

Resultados obtidos até final de 2024:

- Desenvolvimento do Plano de Formação da CPLP, com a realização de 2 Oficinas remotas e do workshop presencial (em Brasília) que teve por objeto estruturar proposta de capacitação para técnicos dos países da CPLP nas áreas de gestão de recursos hídricos e saneamento. Foi elaborado de forma participativa com representantes de países da CPLP, de modo a ser possível identificar as necessidades conjuntas e individuais dos países, frente aos desafios inerentes à gestão de recursos hídricos e saneamento.
- Contratação de consultor para o desenvolvimento da estrutura e design da trilha de aprendizagem sobre mudanças climáticas;
- O trabalho de consultoria não foi concluído por impossibilidade de continuidade de funções demonstrada por parte do consultor;
- Realizou-se em junho de 2025, uma reunião virtual para debate e encaminhamentos do Plano de Formação em RH da CPLP;
- Está prevista a realização, em agosto de 2025, de uma Oficina de 3 dias, sobre sobre Sistemas de Informação em Recursos Hídricos, na Ilha de Santiago, o Verde, atendendo a uma demanda daquele Estado-Membro;
- O Projeto CPLP foi prorrogado até dezembro/2026, com a correspondente atualização do seu Plano de Trabalho.
- Entre várias capacitações técnicas, prevê-se a realização de um workshop de continuidade do Plano de Formação da CPLP; e uma Missão de Avaliação e encerramento do projeto, formato presencial, em dez de 2026, em Lisboa.

OBSERVAÇÕES

Por ocasião do 10º Fórum Mundial da Água, realizado em Bali, teve lugar, a 21 de maio de 2024, uma reunião bilateral entre ANA, Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional do Brasil - MIDR e o Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe, Ministro José do Nascimento Carvalho de Rio: participaram da reunião o Secretário Giuseppe Serra Seca, representando o Ministro Waldez Góes do MIDR, Renata Carvalho, Assessora Internacional do MIDR, os diretores da ANA, Ana Carolina Argolo e Filipe Sampaio, e Gisela Forattini, Assessora Internacional da ANA. Foram discutidos os avanços do Projeto ANA-ABC-CPLP; a transferência de conhecimentos para a implementação da Ferramenta SAP-ODS (Sistema de Apoio às Políticas do ODS 6), uma parceria com o Instituto para Água, Meio Ambiente e Saúde da Universidade das Nações Unidas (UNU-INWEH); o recente seminário ocorrido em Brasília, com a presença de dois representantes de STP, quando se finalizou o Plano de Capacitação em recursos hídricos no âmbito do referido Projeto; a contratação em curso da trilha de aprendizagem sobre mudança do clima. O ministro de STP solicitou à ANA a análise de projeto bilateral entre a ANA e STP.

PR85/LDA/21	Observatório Clima CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Fórum da Energia e Clima	
E.M. ENVOLVIDOS	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste	
GRUPO-ALVO	• Formuladores de políticas e políticos (Agentes institucionais ligados às áreas ambientais e governativas setoriais); • Investigadores e comunidade científica; • Comunidades Locais e Populações; • Instituições de Ensino (todos os níveis de ensino); • Empresas; • ONGs.	
OBJETIVOS	• Contribuir para um processo de decisão política mais robusto e ambicioso, nos 9 Estados Membros (EM) da CPLP, no que diz respeito às medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, proteção do ambiente e desenvolvimento sustentável; • Reforçar a capacidade dos 9 Estados Membros da CPLP no que diz respeito às ações para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 – Ação Climática; • Apoiar os 9 Estados Membros da CPLP na formulação de estratégias a longo prazo de forma a estarem alinhados com os compromissos climáticos assumidos. Ex.: Nationally Determined Contributions (NDCs) no Acordo de Paris, ratificado por todos os países da CPLP; • Promover uma melhor cooperação entre universidades, cientistas e especialistas da CPLP e o Observatório Clima CPLP - Fórum Energia e Clima; • Melhorar e reforçar a cooperação entre a produção de conhecimento técnico-científico e a classe política / decisores políticos.	
RESULTADOS ESPERADOS	• Plataforma online de indicadores climáticos com atualização periódica: o Bases de dados com impactos climáticos e medidas de mitigação e adaptação (e de bem-estar social); • o Visualização da evolução dos Estados da CPLP, ao nível climático, através de mecanismos de monitorização e índices de performance; • Base de dados robusta e precisa que permita a estreita colaboração com os principais decisores políticos nacionais nos 9 países da CPLP; • Cocriação e aperfeiçoamento da plataforma com instituições nacionais de investigação qualificadas (ex.: universidades, institutos/empresas de investigação).	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	290 979,82 €
	Valor consignado FE	235 449,32 €
	Valor Desembolsado	231.282,66 €
	Saldo 30/06/2025	8.167,11 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	

O 1º relatório intercalar foi apresentado em fevereiro de 2024. Nele se compreende o grau de execução da atividade, particularmente entre setembro de 2023 e junho de 2024, que apresenta os seguintes avanços:

- Recrutamento de um Gestor de Projeto, que permitiu incrementar o grau de execução da atividade;
- Contratação de 16 agentes locais, todos doutorados em Alterações Climáticas e Políticas de desenvolvimento Sustentável, atualmente ligados a organismos públicos na área do Ambiente e ação Climática. Esta equipa não terá na 1ª fase os 36 agentes locais previstos, por ser impossível a identificação e adesão de um número tão elevado nesta fase: No entanto foi considerado que a equipa de 16 agentes locais é adequada para o levantamento da primeira informação na 1ª fase do projeto;
- Acolhimento unânime da ideia do projeto e perceção da sua utilidade por parte dos Agentes Locais;
- Estabelecimento de Ligação com Núcleo Lusófono a fim de aprofundar cooperação no âmbito deste projeto e da sua continuidade futura. Contudo, será necessário efetivar a colaboração com o Núcleo Lusófono, por via da submissão de pedido de assistência técnica (via formulário). Num contacto feito com o Coordenador interino do Núcleo Lusófono foram feitas duas considerações preliminares, a primeira dando conta que não é evidente (ou imediata) a utilidade destes indicadores para a elaboração de Comunicações Nacionais ou Relatórios Bienais (Núcleo Lusófono foi constituído para dar apoio aos países a cumprirem as suas obrigações de transparência); a segunda que decorre da é que os indicadores que integrarão o Geoportal serão muito úteis para os investigadores, incluindo no papel que estas possam ter a ajudar os decisores a tomarem decisões baseadas na ciência, mas não se encontra alinhado com o trabalho do Núcleo Lusófono;
- Identificação dos 143 indicadores que poderão estar na base do trabalho do Observatório a médio longo prazo;
- Identificação por parte dos agentes locais dos 35 indicadores (por país) a colocar na primeira fase do projeto;
- Contratação do Parceiro Tecnológico em plataforma eletrónica Acingov com base no procedimento de contratação pública “consulta prévia”: DEIMOS ENGENHARIA S.A.;
- Desenvolvimento do Design Front End da Plataforma (concluído e aprovado);
- Desenvolvimento da Versão demonstração BETA (está praticamente concluída).
- Recolha de vários indicadores. Alguns dos Agentes Locais já nos fizeram chegar parte dos indicadores sob sua responsabilidade, que serão integrados na plataforma após a aprovação da Versão demonstração BETA.

Em agosto de 2024, a EE solicitou a reprogramação financeira e temporal do projeto, a concluir até dezembro de 2024;

A EE executora esteve presente na COP 29, no Azerbaijão, onde apresentou publicamente o Portal do Observatório: www.oclimacplp.com

O Relatório final do projeto, foi entregue a 25 de fevereiro de 2025;

- Ver vídeos:
 - <https://www.rtp.pt/play/p12458/e812670/hora-de-agirR>
 - <https://www.youtube.com/watch?v=dAasb193Pw4>
- A Entidade Executora participou da XLIX RPFC, em Malabo, março de 2025, onde teve oportunidade de apresentar os resultados do projeto aos PFC da CPLP.

OBSERVAÇÕES

- O projeto mereceu o reconhecimento de pertinência e mérito técnico pela XLII RPFC, reunida a 12 e 13 de julho de 2021, em Luanda;
- O Protocolo de Financiamento foi assinado em junho de 2022 e o início da sua execução, com a realização da 1ª transferência, ocorreu em agosto de 2022.
- A Direção de Cooperação procurou promover o envolvimento mais ativo dos Pontos Focais de Ambiente, no processo e apoio ao projeto; assim, como com o Núcleo Lusófono para a Transparência do Acordo de Paris;
- O projeto foi iniciado em julho de 2022 e terminou em dezembro de 2024, tendo havido necessidade da extensão do prazo de execução, devido a dificuldades relacionadas com a contratação do parceiro tecnológico e a recolha de dados.
- A EE entende apresentar uma proposta de FASE 2 para consolidar e sustentar resultados da atividade que não foi possível concretizar durante a execução do projeto.

PR86/LDA/21	Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO na CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento	
E.M. ENVOLVIDOS	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste	
GRUPO-ALVO	Técnicos das reservas da Biosfera e organismos públicos, comunidade científica e organizações locais.	
OBJETIVOS	• Contribuir para a integração entre a conservação da natureza e biodiversidade e o desenvolvimento socioeconómico no espaço da CPLP, através da promoção da cooperação internacional e intercâmbio de experiências e conhecimentos; • Reforçar a articulação em rede e as competências e papel das Reservas da Biosfera da UNESCO no espaço da CPLP, através da construção e consolidação da Rede das Reservas da Biosfera da UNESCO na CPLP.	
RESULTADOS ESPERADOS	• Criação e alargamento da Rede de Reservas da Biosfera da CPLP; • Fortalecimento das capacidades técnicas da Rede de Reservas da Biosfera da CPLP e seu reconhecimento como interlocutor no espaço de língua portuguesa para a integração entre a conservação da natureza e biodiversidade e o desenvolvimento socioeconómico; • Mobilização dos múltiplos atores locais para a implementação de iniciativas-piloto em áreas prioritárias no seio das Reservas da Biosfera.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	375.050,40 €
	Valor consignado FE	299.810,40 €
	Valor Desembolsado	224.857,8 €
	Saldo 30/06/2025	74.952,60 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
O projeto apresenta um elevado grau de implementação, com a realização das atividades previstas no cronograma do projeto. Até à data foram apresentados 6 relatórios intercalares: o 1º relatório intercalar, foi apresentado em agosto de 2022, o 2º em março de 2023, o 3º em outubro de 2023, o 4º em fevereiro de 2024, o 5º em junho e, o 6º em dezembro de 2024. Destacam-se as atividades: – A realização de um diagnóstico e análise de necessidades formativas e a consequente realização de 5 ações de capacitação; – A constituição da Rede, através da adesão das reservas e instituições relevantes associadas; – A criação de imagem gráfica (logotipo) da Rede CPLP; a Integração da Rede de Reservas da Biosfera da CPLP no quadro das Redes Temáticas e geográficas de Reservas da Biosfera do Programa MaB da UNESCO, apresentada na 34ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional do programa MaB que se juntou na sede da UNESCO, em junho de 2022; – 3 iniciativas piloto, “Serviços de Ecossistemas em reservas da Biosfera da CPLP”, pela Cátedra UNESCO em Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento da Universidade de Coimbra, e “Roteiro de Turismo Sustentável em reservas da Biosfera da CPLP”, pela Associação dos Amigos da reserva da Biosfera da Ilha do Príncipe. – O lançamento e divulgação do website; – A realização do I Encontro da Rede das Reservas da Biosfera da CPLP, realizado em novembro de 2022, em Lisboa; – Realização do II Encontro da Rede das Reservas da Biosfera na CPLP, na ilha do Fogo, em Cabo Verde, entre 11 e 15 de março de 2024; A sessão de abertura foi presidida pelo Presidente da República de Cabo Verde, José Maria Neves; Entre outras atividades, foi debatido e aprovado o Plano Estratégico da CPLP MaB 2024-2030;		

	– O reconhecimento formal da Rede CPLP MaB como Rede Temática por parte da UNESCO, aprovada por unanimidade na 36ª Sessão do Conselho Internacional de Coordenação do Programa Homem e Biosfera, em Marrocos; – Realização do III Encontro da Rede das Reservas da Biosfera na CPLP, na ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe de 24 a 27 de fevereiro de 2025; entre outras atividades foi aprovado o Regulamento Interno da Rede CPLP MaB; e debatidas as contribuições da CPLP MaB, à Estratégia Mundial Programa MaB 2026-2035; foi ainda eleito o Comité executivo provisório da Rede CPLP MaB, composto pelo Presidente do Príncipe e Presente da Comité MaB de Portugal; – Em março de 2025, a Entidade Executora participou da XLIX RPFC, em Malabo, onde teve oportunidade de apresentar os resultados do projeto aos PFC; – Com o aproximar da finalização do projeto, colocam-se desafios de sustentabilidade de financiamento, que garantam a sua continuidade; o Comité Executivo tem procurado reunir com potenciais parceiros e/ou financiadores.
OBSERVAÇÕES	• O projeto "Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO na CPLP", PR 86/LDA/22, mereceu o reconhecimento de pertinência e mérito técnico, pela XLII RPFC, reunida a 12 e 13 de julho, de 2021, em Luanda, tendo o seu Protocolo de Financiamento sido assinado em janeiro de 2022. • Foi solicitada uma extensão do período de implementação do projeto, até setembro de 2025, dada à tipologia de projeto e exigência de coordenação; encerramento previsto para dezembro de 2024; • O facilitador da rede, Antonio Abreu, abandonou a função, tendo conquistado o cargo de Diretor da Divisão de Ciências Ecológicas e da Terra e Secretário do Programa MaB da UNESCO / Paris; a facilitação e secretariado passou a ser exercida pela coordenadora de projetos • Realiza-se, em setembro de 2025, o II Congresso Mundial das Reservas da Biosfera da UNESCO, na China; • A Declaração da X Reunião de Ministros de Ambiente da CPLP, realizada em 18 de fevereiro de 2025, expressa a decisão de "Encorajar esforços para a consolidação e alargamento da Rede CPLP MaB - Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO nos países da CPLP, apoiando a sua sustentabilidade financeira".

AP56/LDA/22	VII Congresso Internacional de Educação Ambiental da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique e Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Membros dos Governos, Sector Privado, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Não-Governamentais, Académicos e Investigadores, Associações Ambientais, Líderes Comunitários, Parceiros de Cooperação, Líderes de Opinião e comunidade no geral.	
OBJETIVOS	1. Promover o intercâmbio científico, oportunidades de cooperação e partilha de experiências pedagógicas entre os países membros da CPLP, no âmbito da preservação e conservação do ambiente; 2. Identificar estratégias e mecanismos de consciencialização da comunidade em geral sobre o seu papel na educação ambiental; 3. Despertar para o papel da Educação Ambiental na promoção da responsabilidade partilhada na gestão dos recursos naturais e da biodiversidade; 4. Incentivar a utilização responsável e consciente destes recursos, reforçando o papel da Educação Ambiental.	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Reforçados os mecanismos de facilitação da participação social. 2. Incrementada a cooperação entre os atores que trabalham no campo da educação ambiental. 3. Melhoradas as políticas locais de ambiente. 4. Reforçada a utilização responsável dos recursos naturais.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	217,416.40 €

	Valor consignado FE	87 510,16 €
	Valor Desembolsado	70 867,86 €
	Saldo 30/06/2025	0,00€
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
A Atividade “VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa”, AP56/LDA/22, foi aprovada pela XLIV RPFC, reunida a 31 de maio de 2022, em Luanda, tendo o Protocolo de Financiamento sido assinado entre as partes em dezembro de 2022. O VII Congresso Internacional de Educação Ambiental da CPLP, decorreu no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, de 4 a 7 de julho de 2023. A iniciativa foi financiada pelo Fundo Especial da CPLP, tendo a DIRCOOP acompanhado ativamente todo o processo de preparação e realização da Atividade. A sessão de abertura do VII Congresso foi presidida pelo Chefe de Estado da República de Moçambique, Filipe Nyusi. Os trabalhos tiveram o seu início com a realização de uma Mesa de Diálogo sobre os “Contributos políticos para o reforço da educação ambiental na CPLP”, com a presença da Ministra da Terra e do Ambiente de Moçambique, a Ministra do Ambiente de Angola, do Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas de Portugal, e do Diretor da Divisão de Ciências Ecológicas e da Terra da UNESCO. No termo do congresso foi anunciado que o Brasil, seria o próximo país a acolher o VIII Congresso de Educação Ambiental, em 2025, tendo a candidatura sido anunciada por uma mensagem-vídeo da Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva. O evento contou com um número de inscritos superior a 500 pessoas, incluindo participantes oriundos do espaço da CPLP e Galiza. Durante o Congresso foram realizadas várias sessões plenárias, eventos paralelos, comunicações orais, mesas redondas, mini-cursos, oficinas, visitas de campo e uma feira ambiental. O Congresso Internacional de Educação Ambiental é já considerado um dos maiores eventos da sociedade civil da CPLP.		
OBSERVAÇÕES	No âmbito do trabalho desenvolvido ao longo das várias edições dos Congressos de EA e da recomendação política da VIII Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP que apoio a “definição de prioridades para a elaboração e implementação de uma Estratégia de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa” foi constituído um grupo de trabalho, (GTEA-CPLP), composto por representantes governamentais (Ponto Focal para o Ambiente ou pessoa indicada responsável pela Educação Ambiental), representantes da sociedade civil (Redes e ONG's) e por peritos do meio académico de cada Estado-Membro da CPLP, com a missão de produzir um documento orientador, que integre um conjunto de prioridades e orientações regionais e nacionais comuns, contribuindo para o reconhecimento do papel da Educação Ambiental nos países da CPLP, apoiando os Estados-Membros na elaboração, implementação, avaliação e revisão de Estratégias Nacionais de Educação Ambiental, respondendo às recomendações internacionais para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O documento "Linhas Orientadoras para o apoio à elaboração, implementação, avaliação e revisão de Estratégias de Educação Ambiental nos Estados-Membros da CPLP", foi publicamente apresentado no dia 19 de abril de 2023 e resulta de um exercício colaborativo com a participação multilaterais de todos os Estados-Membros.	

AP76/STP/24	VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental da CPLP
ENTIDADE EXECUTORA	Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)
E.M. ENVOLVIDOS	Todos
GRUPO-ALVO	Membros dos Governos, Sector Privado, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Não-Governamentais, Académicos e Investigadores, Associações Ambientais, Líderes Comunitários, Parceiros de Cooperação, Líderes de Opinião e comunidade no geral.
OBJETIVOS	1. Promover o intercâmbio científico, a oportunidade de cooperação e a partilha de experiências pedagógicas e de políticas públicas entre os Estados membros e observadores associados da CPLP, assim como as comunidades da lusofonia em geral, no âmbito da Educação Ambiental, bem como do enfrentamento à crise climática; 2. Identificar estratégias e mecanismos de sensibilização e engajamento da comunidade local sobre o seu papel nas ações, projetos e políticas de Educação Ambiental à escala municipal / comunitária; 3. Despertar para o papel da Educação Ambiental na promoção da responsabilidade partilhada na gestão dos recursos naturais e da biodiversidade, poluição, emergência climática, insegurança alimentar e outros temas emergentes no espaço da CPLP; 4. Fortalecer ações e políticas públicas de Educação Ambiental em seu papel estruturante para a transformação e capacidade adaptativa às mudanças do clima e promoção da responsabilidade partilhada na gestão e governança ambiental; 5. Contribuir de forma colaborativa para apresentar propostas à Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), reforçando as políticas de Educação Ambiental para a Emergência
RESULTADOS ESPERADOS	1. Reforço dos mecanismos de facilitação da participação social, bem como, um aumento da cooperação entre os diversos atores que trabalham no campo da Educação Ambiental para a melhoria das políticas locais ambientais; 2. Promoção do intercâmbio científico e partilha de experiências pedagógicas entre os Estados da CPLP e Galícia, no âmbito da Educação Ambiental, antes, durante e depois do Congresso presencial. 3. Fortalecimento das Estratégias Nacionais (Políticas e Programas) de Educação Ambiental de cada Estado da CPLP, por meio do diálogo, formação, monitoramento e avaliação, assim como, a criação de projetos e acordos de cooperação técnica para ampliar a capacidade de implementação. 4. Inspiração de processos de capacitação de gestores públicos municipais e regionais, representantes da sociedade civil, profissionais da educação e outras pessoas interessadas em se comprometer com a efetiva realização de processos educadores e ambientalistas estruturantes em todos os territórios. 5. Incremento das ações de Educação Ambiental na promoção da responsabilidade partilhada, sobre a gestão de recursos naturais e da biodiversidade, poluição, emergência climática, insegurança alimentar e outros temas emergentes na CPLP. 6. Pactuação de responsabilidades partilhadas para despertar atenção entre os fazedores e decisores de políticas públicas, atores e os beneficiários, sobre seu papel na Educação Ambiental nas políticas de âmbito municipal / comunitário.

	7. Fortalecimento da Rede Lusófona de EA, redes temáticas internacionais, como a de jornalistas ambientais dos países CPLP, e as organizações de educadoras e educadores ambientais em todos os países e comunidades envolvidos. 8. Desenvolvimento de estratégias para a criação de um programa integrado de especialização com a participação de universidades dos Estados da CPLP; 9. Estímulo à composição de mapeamentos e diagnósticos da EA em cada território, bacia hidrográfica, unidades de conservação, município e/ou região, bem como a sua visibilidade ampla e sistematizada. 10. Promoção de Estratégias e mecanismos de sensibilização e engajamento identificados, criados e fortalecidos para ampliar as ações, projetos e políticas públicas de Educação Ambiental. 11. Produção de Documento sistematizando os aprendizados, acordos e as contribuições dos representantes dos países da CPLP, presentes no Congresso, para ser levado à COP30.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	389.360,00€
	Valor consignado FE	30.960,97 €
	Valor Desembolsado	10.3217,32€
	Saldo 30/06/2025	20.643,65 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
O VIII Congresso decorrerá entre os dias 21 e 25 de julho de 2025, em Manaus, no Brasil, tendo-se realizado, no dia 8 de abril de 2024, a sua cerimónia de lançamento. Como nos congressos anteriores, sediados na Galiza (2007), no Brasil (2013), em Portugal (2015), São Tomé e Príncipe (2017), Guiné-Bissau (2019), Cabo Verde (2021) e Moçambique (2023), o congresso reunirá representantes dos governos e da sociedade civil em torno ao debate sobre a Educação Ambiental nos países e nas comunidades de língua portuguesa. Nesta edição do Congresso o tema central será Educação Ambiental e Ação Local: respostas à emergência climática, justiça ambiental, democracia e bem viver, com o objetivo de fomentar o diálogo e o compromisso na cooperação entre os países e comunidades da lusofonia, fortalecendo uma Educação Ambiental com incidência nas negociações internacionais, comprometida com a concretização das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e do Acordo de Paris para a transição de sociedades ambientalmente responsáveis e socialmente justas. O Congresso Internacional de Educação Ambiental é já considerado um dos maiores eventos da sociedade civil da CPLP, tendo na anterior edição contado com mais de 600 participantes. Na VIII edição, sob o tema <i>Educação ambiental e ação local: respostas à emergência climática, justiça ambiental, democracia e bem viver</i>, as inscrições ascendem a 1600 inscritos. Ao longo de 5 dias acontecerão mais de uma centena de eventos: Mesas redondas, palestras, painéis, minicursos, oficinas, lançamentos de livros, posters, stands nacionais, visitas às comunidades, sobre os seguintes eixos: - Eixo Temático 1 Compromissos internacionais, nacionais e municipais com as políticas públicas de educação ambiental como resposta às crises ambiental e climática; - Eixo Temático 2 Educação ambiental e justiça climática global e local; - Eixo Temático 3 Educação ambiental e desenvolvimento humano: os direitos fundamentais; - Eixo Temático 4 Educação ambiental no sistema educativo e diálogos intergeracionais; - Eixo Temático 5 Educação ambiental e respostas sociais e ambientais – sociobiodiversidade, ancestralidade, comunidades tradicionais e grupos em situação de invisibilidade e vulnerabilidade; Está prevista a participação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva, na sessão de abertura do Congresso; No âmbito do trabalho de fortalecimento da Educação Ambiental no seio da Comunidade, o coordenador da Redeluso, participou da X Reunião de Ministros do Ambiente e da XIII Reunião de Ministros da Educação, no dia 13 de junho de 2025, com o tema "<i>Empoderar a Juventude através da Educação: um Compromisso com a Sustentabilidade</i>"		

OBSERVAÇÕES	- A Atividade "VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa", AP76/STP/24, foi aprovada pela XLVIII RPFC reunida em São Tomé, nos dias 15 e 16 de julho de 2024, tendo o Protocolo de Financiamento sido assinado entre as partes em março de 2025. - Portal: https://www.ealusofono.org/ - Prevê-se que este seja o Congresso com maior nº de participantes; - A Redeluso, entregou à CPLP, por ocasião da IX Reunião de Ministros do Ambiente um manifesto, onde se "Apela à necessidade dos Estados da CPLP assumirem a liderança na defesa da importância do papel da Educação Ambiental e que possa estar refletida nos documentos de acordos internacionais, como resposta na luta contra as alterações climáticas e no cumprimento do Acordo de Paris (2015); e, em particular, que sejam desenvolvidos esforços diplomáticos para que a CPLP possa defender que as COP da Biodiversidade integrem a Educação Ambiental nos acordos desse campo; e que a COP30 possa integrar a Educação Ambiental como um item crucial da agenda da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC)."
--------------------	---

PR89/LIS/23	Manuais de Arquitetura Sustentável para o Brasil e Guiné Equatorial	
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa	
E.M. ENVOLVIDOS	Brasil e Guiné Equatorial	
GRUPO-ALVO	Câmaras Municipais, Estudantes e Professores Universitários, Arquitetos, Engenheiros, Profissões ligadas ao sector da Construção, Órgãos de legislação e decisão política.	
OBJETIVOS	1. Promover ações de formação no Brasil e Guiné Equatorial, na área da Arquitetura e construção sustentáveis. Estas ações, à semelhança do projeto SURE-Africa, terão como público-alvo não só estudantes e académicos, mas também profissionais do sector da construção e decisores políticos. 2. Produzir duas publicações: Arquitetura Sustentável no Brasil: Manual de Boas Práticas Arquitetura Sustentável na Guiné Equatorial: Manual de Boas Práticas	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Desenvolvimento de um website como recurso central de informação e comunicação; 2. Realização de cursos de formação, seminários e workshops via Zoom (Webinars) – para estudantes universitários, académicos, profissionais do sector da construção, e decisores políticos; 3. Produção de dois livros: Arquitetura Sustentável no Brasil: Manual de Boas Práticas Arquitetura Sustentável na Guiné Equatorial: Manual de Boas Práticas 4. Distribuição de cópias gratuitas das publicações a instituições académicas e estaduais envolvidas no projeto.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	15.000,00 €
	Valor consignado FE	14.000,00 €
	Valor Desembolsado	9.388,00 €
	Saldo 30/06/2025	4.612,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
A Missão ao Brasil realizou-se entre 10 de janeiro e 10 de fevereiro de 2024. Foram realizadas reuniões com as entidades parceiras em Brasília e S. Paulo, tendo sido produzida a estrutura do Manual, que		

contará com cerca de 500 páginas e contribuições de colegas das Universidades Federais mais relevantes no Brasil.

Foram já enviadas comunicações aos autores selecionados, sendo o prazo para entrega de Capítulos/ subcapítulos o fim de julho de 2024, perspetivando-se a possibilidade de a publicação poder estar pronta até ao final desse ano.

O coordenador do projeto percorreu o país de autocarro, tendo visitado pessoalmente vários dos parceiros - da Amazônia (Norte), a Porto Alegre (Sul). Toda a equipa se mostrou motivada com a obra em preparação, que irá aglomerar num único volume informação atualmente muito dispersa, além de contribuir para a criação no Brasil de uma rede de contactos e estudos nesta área científica.

Foi considerado o apoio da CPLP como crucial, pelo facto de ser uma instituição de elevado prestígio, e não-Académica, o que permitiu a adesão consensual de autores de diferentes Universidades que, de outra maneira, não seria teria sido possível devido à tradicional concorrência Académica.

Foram realizadas várias tentativas de contatos com as autoridades da Guiné Equatorial, no sentido de obter apoio na organização de uma missão ao país, que chegou a estar agendada para julho de 2025. O coordenador do projeto participou da XLIX RPFC, em março de 2025, em Malabo, na Guiné Equatorial, tendo nessa ocasião realizado contatos com as autoridades locais; fruto dessa participação prevê-se a realização de uma missão aquele Estado-Membro em setembro/outubro de 2025;

OBSERVAÇÕES	- A Atividade foi aprovada pela XLV RPFC reunida em Lisboa, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2023. O financiamento para a atividade foi aprovado pela 259ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente. - A exemplo das publicações realizadas em edições anteriormente apoiadas pela CPLP, que retrataram o contexto de países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, a atividade visa também produzir publicações relativas aos enquadramentos do Brasil e Guiné Equatorial, nomeadamente um Manual de boas práticas de arquitetura sustentável. - Estas duas publicações são as que faltam para completar a série de livros publicados no âmbito do projeto Europeu SURE-Africa, cuja publicação foi apoiada pela CPLP. - A construção e a renovação urbana têm uma urgência que exige uma abordagem diferente para a incorporação de tecnologias renováveis. Isso se deve à escassez de recursos, à demanda urgente por habitação social e reforma ou novos edifícios públicos, como escolas e hospitais, e às dificuldades de implementação de normas de construção e urbanismo (muitas vezes deficientes ou mesmo inexistentes). O projeto visa fortalecer o conhecimento através da área vital da eficiência energética em edifícios e cidades e, em última instância, contribuir para a redução da pobreza.
--------------------	---

PR83/LIS/25	Cursos de Educação Ambiental e Participação Pública em Avaliação de Impacte Ambiental	
ENTIDADE EXECUTORA	Divisão de Relações Internacionais da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente de Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente e ASPEA	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Técnicos das administrações públicas centrais, regionais ou locais, ONG e Estudantes;	
OBJETIVOS	Promover a aquisição de competências técnicas, em avaliação de impacte ambiental, na promoção da participação pública, e na assunção de competências no domínio da educação ambiental;	
RESULTADOS ESPERADOS	Dotar os Técnicos das administrações públicas centrais, regionais ou locais, ONG e Estudantes, de competências, competências técnicas, em avaliação de impacte ambiental, na promoção da participação pública, e na assunção de competências no domínio da educação ambiental;	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	40.300,00€
	Valor consignado FE	42.718,00 €
	Valor Desembolsado	36.270,54 €
	Saldo 30/06/2025	

GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução
A atividade terá lugar durante o VIII Congresso de Educação Ambiental, a realizar-se em Manaus, julho de 2025.	
OBSERVAÇÕES	A Atividade foi circulada pela NV 529, de 14 de maio de 2025, e aprovada pela 283ª Reunião do Comité de Concertação Permanente (CCP) a 17 de junho de 2025. Mais informações em: https://ealusofo.org/

PR95/MAL/25	Plano de Formação Externa IPMA - 2025	
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera/ Formar I.P.	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Os programas de formação destinam-se prioritária e preferencialmente a profissionais de instituições congéneres do IPMA da CPLP, com foco nos PALOP, nomeadamente no contexto das parcerias já estabelecidas com os vários países (no âmbito de protocolos e/ou projetos em desenvolvimento): – Angola: INAMET - Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica; e INIPM - Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha; – Cabo Verde: INMG - Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica; IMAR - Instituto do Mar; e MM / DNPA (Direção Nacional de Pesca e Aquacultura) / DN; – Guiné-Bissau: INM-GB - Instituto Nacional de Meteorologia; INIPO - Instituto Nacional de Investigação das Pescas e Oceanografia; IMP - Instituto Marítimo-Portuário; e CIPA - Centro de Investigação Pesqueira Aplicada; – Moçambique - INAM - Instituto Nacional de Meteorologia; e INAQUA - Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura; – São Tomé e Príncipe - INM - Instituto Nacional de Meteorologia; e DPRH - Direção das Pescas e dos Recursos Haliêuticos; – Timor-Leste - Direção Geral de Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos - Ministério da Agricultura, Pecuária	
OBJETIVOS	Atender às necessidades de capacitação identificadas, nas áreas da meteorologia e ambiente marinho, oferecendo a oportunidade de frequência de cursos de formação em áreas especializadas e concretas.	
RESULTADOS ESPERADOS	Realização de um conjunto de 10 formações, num total de 292 horas de formação em contacto, para um máximo esperado de 100 formandos de instituições congéneres IPMA em países CPLP, nomeadamente PALOP e Timor-Leste.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	79.955,76€
	Valor consignado FE	76.654,71€
	Valor Desembolsado	0 €
	Saldo 30/06/2025	76.654,71€
GRAU DE EXECUÇÃO	Em fase de arranque	
OBSERVAÇÕES	A XLIX Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, reunida nos dias 2 e 3 de abril de 2025, em Malabo, Guiné Equatorial, reconheceu o mérito técnico da atividade; O financiamento para a atividade foi aprovado pela 281ª Reunião do Comité de Concertação Permanente da CPLP, realizada no dia 30 de abril de 2025, em Lisboa;	

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Pr52/MAP/12		Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Execução Técnica Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos		
GRUPO-ALVO	Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) nos países da CPLP		
OBJETIVOS	Constituir uma Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) nos países da CPLP.		
RESULTADOS ESPERADOS	1. Rede de Instituições Públicas de Educação Superior de cooperação para o desenvolvimento da CPLP constituída. 2. Sistema de mobilidade constituído. 3. Centros de Educação à Distância constituídos e fortalecidos, com cursos desenvolvidos e até 3.000 pessoas formadas. 4. Estratégia de Comunicação Social e Científica criada e em funcionamento. 5. Estado da Arte da Educação Superior nos PALOPs e Timor-Leste produzida, publicada e distribuída. 6. Estratégia de financiamento elaborada a partir da articulação com atores públicos e privados.		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	2.280.000,00 €	
	Valor consignado FE	1.376.299,81 €	
	Valor Desembolsado	536.451,48 €	
	Saldo 30/06/2025	839.848,33 €	
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução		
A Fase I do projeto concluiu-se em março de 2017; Maio 2018: Reunião de Planeamento da Fase II do RIPES, na Sede do SECPLP, em Lisboa. Participaram nesta reunião representantes da ABC, da UNILAB e do SECPLP. Foi feita a discussão e aprovação do Relatório Final da 2ª Reunião Técnica dos Pontos Focais da RIPES e do Relatório de Atividades da Fase I, bem como a discussão de estratégia de implementação das edições das revistas científicas, do repositório científico e do Portal da RIPES. Discutiu-se ainda a proposta de projeto RIPES – Fase II e respetivo Plano de Trabalho. Julho 2018: (1) participação dos responsáveis da RIPES na XXXVII RPFC e apresentação do planeamento, cronograma e o orçamento previsto para a II Fase do projeto RIPES; (2) Reunião conjunta entre responsáveis da UNILAB, ABC e CPLP (DIRCOOP e DACLP) para rever programa da II Fase; Julho 2018: Entretanto, a RIPES realizou missões a Cabo Verde e Guiné-Bissau, com o objetivo de: Renovar Acordos de Cooperação da RIPES/UNILAB e estabelecer acordos de Adesão à RIPES com instituições de ensino superior; Apresentar o Projeto RIPES Fase II e discutir as ações da RIPES adaptadas ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP; Apresentar e procurar apoio para ações previstas para o Plano de Trabalho 2018-2020 Projeto RIPES. Fevereiro de 2020: Reunião conjunta entre responsáveis da UNILAB, ABC e CPLP (DIRCOOP e DACLP) para rever programa da II Fase. Junho 2020: Foi identificada e sinalizada à CPLP a necessidade de envolver uma Fundação credenciada para gerir o programa de mobilidade da RIPES. Esta situação encontra-se em análise das partes, para que seja convenientemente prevista na II Fase do projeto. Em fevereiro de 2023 foi recebido, por via de NV da Missão do Brasil junto à CPLP, Relatório de Atividades da Fase II (2021-2022) Em outubro 2023 foi recebida uma proposta de Documento de Atividade da Fase II atualizada pela entidade executora e o respetivo Orçamento. Em fevereiro de 2024 foram realizadas duas reuniões presenciais, no SECPLP, com a equipa do projeto e a Missão do Brasil junto à CPLP para tratar dos passos seguintes do projeto à luz do Documento de Atividade atualizado e do parecer técnico do SECPLP.			

- Em dezembro 2024 foi prevista a realização de uma reunião presencial dos pontos focais do projeto RIPES e de um Seminário Internacional, em Lisboa, que acabou por não se realizar. - Em maio de 2025 foi recebida uma comunicação da ABC a informar sobre a finalização dos termos de referência para a primeira atividade da nova fase do projeto RIPES, a ser encaminhado ao SECPLP, juntamente com o projeto revisto, para efeitos de calendarização da atividade.	
OBSERVAÇÕES	- O projeto foi aprovado na XXV RPFC, de julho de 2012, em Maputo. - O Protocolo de Cooperação entre a ABC, a UNILAB e ABC foi assinado em Maputo, em julho de 2012, após a aprovação pelos PF, e as atividades tiveram início em abril de 2013. - A Fase I do projeto encontra-se concluída desde março de 2017, altura a partir da qual o projeto funciona sem um Gestor. - Prof. Max Araújo, responsável pelo projeto, foi substituído nas suas funções pela Prof Artemisa Monteiro, quer já tinha a coordenação do mesmo. - Desde 2021, vem sendo desenvolvida uma articulação entre o SECPLP, a UNILAB e a ABC com vista à estabilização dos termos de execução da Fase II do projeto RIPES. Embora o contexto pandémico tenha dificultado concertações mais aprofundadas entre as três entidades nesse período, registaram-se avanços, nomeadamente com a receção, em outubro de 2021, do relatório com as ações desenvolvidas pela coordenação do projeto na UNILAB e a realização de uma reunião virtual entre as partes, com o objetivo de dar continuidade ao diálogo institucional sobre a implementação da referida fase, no âmbito do Plano Estratégico da Cooperação Multilateral do Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 2022–2026. - Aguarda-se entrega do documento de projeto da II Fase, com os respetivos anexos.

Pr66/DIL/15	Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Investigadores seniores; investigadores em formação (estudantes de doutoramento, mestrado, pós-graduação, formação superior especializada); docentes do ensino superior; estudantes do ensino superior	
OBJETIVOS	Promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço do Ensino Superior da CPLP» e do «Espaço de Ciência e tecnologia da CPLP», mediante a criação de um portal eletrónico.	
RESULTADOS ESPERADOS	- Levantamento de informação e de dados sobre Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos Estados membros da CPLP; - Impulsionar a partilha de boas práticas entre as Unidades/Centros de Investigação e Instituições de Ensino Superior dos Estados-Membros da CPLP; - Troca de experiências, partilha de boas práticas e desenvolvimento de projetos/linhas de investigação que incidam na procura de soluções sustentáveis para problemas concretos associados às condições de existência (alimentação, segurança, saúde) e à qualidade de vida (bem-estar físico, psicológico e social) dos cidadãos dos Estados Membros da CPLP; - Internacionalização da CPLP no domínio do ensino superior, ciência e tecnologia, tendo em vista a integração e afirmação em organizações e redes regionais e internacionais; - Utilização de um mecanismo eficiente e eficaz de comunicação e de troca de informação dos avanços dos Estados membros nas áreas do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	26.190,90 €
	Valor consignado FE	26.190,90 €
	Valor Desembolsado	17.872,97 €

	Saldo 30/06/2025	8.317,93 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
	- A importância do projeto é destacada na deliberação n.º 2 da Declaração Final da VII Reunião de Ministerial da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Díli, 2016), e reiterada na deliberação n.º 10. Saudar o progresso do Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP enquanto instrumento de edificação do "espaço de ensino superior, ciência e tecnologia da CPLP" da VIII Reunião Ministerial da Ciência (Brasília, 2018). - Por orientação da Presidência Cabo-Verdiana em exercício da CPLP e no âmbito da implementação deste projeto, foram remetidas fichas de recolha de dados e informações validadas na Reunião dos Pontos Focais Setoriais de Brasília, em 2018, em matéria de: (1) Legislação Nacional sobre Ciência & Tecnologia e Ensino Superior dos Estados membros da CPLP; (2) Observatório do Ensino Superior, Ciência & Tecnologia da CPLP; (3) Boletim Informativo de Ciência & Tecnologia da CPLP; (4) Base de dados para divulgação de bolsas de estudo e programas de mobilidade para estudantes dos Estados membros da CPLP; (5) Agenda Anual de Ciência & Tecnologia da CPLP. - Encontra-se igualmente em fase de implementação o levantamento das hiperligações das estruturas nacionais responsáveis pela recolha de dados de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior e a procura de sinergias com o projeto RIPES. - O Portal divulga bolsas de estudos e programas de mobilidade intracomunitária e extracomunitária da CPLP, bem como prémios científicos, cursos e atividades na área da ciência, tecnologia e ensino superior que obtêm o apoio institucional da CPLP. - O Portal deverá acolher o Repositório Científico da CPLP / Portal de acesso aberto da CPLP; a Rede de Revistas Científicas das Instituições de Ensino Superior e Centros de Excelência dos Estados membros da CPLP; e a Rede de Cátedras e Centros de Excelência dos Estados membros da CPLP. - O Portal já disponibiliza o acesso a revistas científicas em acesso aberto de alguns Estados membros da CPLP. - Em 2019, foram lançados os dois primeiros volumes da Coleção «Cadernos de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP», disponíveis em acesso aberto no Portal, e que devem ter enfoque multilateral sobre as diversas áreas de conhecimento e temáticas de interesse para a comunidade académica e científica, bem como para o público em geral: <u>Volume I</u> - Atas da Mobilidade Académica na CPLP: Uma Reflexão sobre o Presente, Um Desafio para o Futuro», organizada com a Comissão Temática da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP; e <u>Volume II</u> - «Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na Preservação do Legado Histórico e Cultural dos Estados-Membros da CPLP». - Durante a vigência do Plano Estratégico 2022-2026, o Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP tem-se consolidado como uma plataforma essencial para a promoção da cooperação multilateral, a disseminação do conhecimento e a articulação entre os Estados-Membros. Através do Portal, têm sido divulgadas informações detalhadas sobre instituições de ensino superior e de investigação dos Estados-Membros, bem como sobre bolsas de investigação, programas de doutoramento e mestrado, prémios científicos, cursos e atividades na área da ciência, tecnologia e ensino superior que contam com o apoio institucional da CPLP.	
OBSERVAÇÕES	<u>Antecedentes:</u> - O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 4; - O SECPLP, em parceria com a RPFC, atribuiu à iniciativa Euros 1.500 da rubrica "Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos", que serão afetos ao Projeto. - Portal em funcionamento na vigência do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2022-2026), projetando-se que se possa manter para além desse horizonte temporal.	

Pr69/DIL/15		Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) do Brasil – Execução técnica Unidade de Computação Científica Nacional da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UCCN/FCT) e Universidade do Minho - Execução técnica Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos		
GRUPO-ALVO	Investigadores seniores; investigadores em formação (estudantes de doutoramento, mestrado, pós-graduação, formação superior especializada); docentes e estudantes do ensino superior; técnicos das bibliotecas e centros de documentação das Instituições de ensino superior e de investigação dos EM		
OBJETIVOS	Promover, fomentar e impulsionar a edificação de Espaços do Ensino Superior e de Ciência e Tecnologia da CPLP, através da construção do repositório científico de língua portuguesa e da interligação dos repositórios científicos nacionais existentes, para disponibilização do acesso à produção científica em acesso aberto, através do Portal da CPLP.		
RESULTADOS ESPERADOS	1. Internacionalização da CPLP no domínio da produção científica, tendo em vista a integração e afirmação em organizações e redes regionais e internacionais; 2. Utilização de um mecanismo eficiente e eficaz de comunicação e de troca de informação da produção científica dos Estados membros nas áreas da ciência, tecnologia e inovação; 3. Interligação em rede para facilitação do acesso livre aos repositórios científicos dos EM e apoio à capacitação institucional dos EM que ainda não dispõem de repositórios científicos tendo em vista a criação de repositórios científicos nacionais em acesso aberto em todos os EM, para integração no Repositório Científico das CPLP.		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		110.000,00 €
	Valor consignado FE		64.271,13 €
	Valor Desembolsado		51.261,42 €
	Saldo 30/06/2025		13.009,71 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em fase final de execução		
Na VI Reunião Técnica dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (junho de 2018, Brasília) foram apresentados os resultados da Oficina sobre o Repositório Científico da CPLP (Brasília, junho de 2018). Tendo sido reiterado que se trata de um projeto prioritário no domínio da implementação do Plano estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020). A atividade foi iniciada em outubro de 2021 e encontra-se no quarto ano de implementação. Dezembro 2021: realização de evento virtual de lançamento do projeto «Repositório Científico da CPLP/Portal de Acesso Aberto da CPLP», com a participação de representantes dos Estados membros da CPLP e das entidades executoras. Outubro 2023: realização do Curso Online para Gestores de Repositórios, enquadrado no âmbito da implementação do projeto «Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP». Dos 45 inscritos participaram 29 provenientes de instituições de ensino superior e/ou de investigação e desenvolvimento de Angola e Mocambique.			

O curso teve, como objetivos, capacitar os participantes a planejar, acompanhar e gerir um Repositório Digital de Acesso Aberto. O curso foi ministrado pelo IBICT, em coordenação com a FCT e a Universidade do Minho (entidades executoras do projeto) No quadro da implementação do projeto «Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso aberto da CPLP» está prevista a realização de três workshops presenciais para promover o reforço da capacitação dos Estados membros na criação e gestão de repositórios e para a difusão virtual da respetiva produção científica. Junho 2024: realização do primeiro workshop presencial sobre criação e gestão de repositórios digitais, em Luanda. O workshop foi ministrado pelo IBICT, na Universidade Óscar Ribas e contou com a participação de cerca de 60 formandos oriundos de várias IES de Angola. O workshop foi antecedido da realização da 1ª Conferência da CPLP sobre Ciência Aberta, no dia 12 de junho, em Luanda. O programa previu apresentações sobre gestão de ciência e partilha de experiências globais e dos EM. Na ocasião foi feita uma apresentação sobre o desenvolvimento e implementação do projeto «Repositório Científico da CPLP». No quadro da 1ª Conferência da CPLP sobre Ciência Aberta foi feita a apresentação e o lançamento oficial do Repositório Angolano de Acesso Aberto (RAnAA). A 1ª Conferência da CPLP sobre Ciência Aberta e a apresentação e lançamento oficial do RAnAA contou com a participação do SECPLP, de autoridades angolanas como a Ministra ESCTI, o Ministro das Relações Exteriores e a Secretária de Estado para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Contou também com as entidades executoras do projeto «Repositório Científico da CPLP». No primeiro semestre de 2024, foram realizadas 6 reuniões virtuais, preparatórias das atividades, com a participação do SECPLP, das entidades executoras do projeto e das autoridades angolanas. O SECPLP recebeu, em novembro de 2025, uma formalização do interesse do Governo de Cabo Verde em acolher a 2ª Conferência sobre Ciência Aberta na CPLP e o II Workshop Técnico sobre Criação e Gestão de Repositórios, a realizar no âmbito do projeto em 2025. Foram realizadas 6 reuniões virtuais, de preparação da Conferência e Workshop, com a participação das entidades executoras do projeto, o interlocutor da parte de Cabo Verde (o Diretor Nacional do Ensino Superior) e o SECPLP. Abril 2025: a 2ª Conferência teve lugar no dia 14 de abril na Sala de Convenções da Universidade de Cabo Verde e o II Workshop nos dias 15 e 16 de abril, também na Uni-CV. O Workshop contou com a participação de aproximadamente cinquenta formandos oriundos de várias instituições, nomeadamente da UNI-CV; da UNI-Mindelo; da Uni-Atlântico; da Escola Universitária Católica; do Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI), da ARES; do Instituto do Mar (IMAR); do Arquivo Nacional; da Biblioteca Nacional; do Instituto Nacional de Saúde Pública; e de diversas direções e serviços do Ministério da Educação. Em maio de 2025, realizou-se uma reunião virtual entre o SECPLP e as entidades executoras para tratar de cinco pontos principais: (i) a sustentabilidade do projeto, cuja primeira fase (64.271,13 euros) prevê fases subsequentes até ao montante máximo de 111.000,00 euros; (ii) a necessidade de prorrogação da vigência do Protocolo por mais um ano, para enquadrar a 3.ª Conferência da CPLP sobre Ciência Aberta e o 3.º Workshop técnico, com solicitação formal a ser enviada pela FCT; (iii) o interesse manifestado por São Tomé e Príncipe em utilizar o Repositório Comum, também mencionado pela Guiné-Bissau, embora ainda sem formalização; (iv) o pedido do Brasil para integrar o link do Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (OCID) no Portal Agregador da CPLP, cuja análise está a ser formalizada pelas entidades executoras; e (v) a necessidade de envio da documentação necessária para a transferência da primeira tranche (6.210,00 euros) ao IBICT, conforme exigências do SECPLP.	
OBSERVAÇÕES	<u>Antecedentes:</u> • O projeto surge no âmbito da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI RMCTES da CPLP, realizada em 2014, em Maputo, tendo o seu interesse sido reiterado nas Reuniões Ministeriais subsequentes (Díli, 2016; Brasília, 2018). • O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli. • O Protocolo de financiamento para a implementação da 1.ª fase do projeto foi assinado pelas Partes em março de 2021. • A 1ª fase do projeto tem uma vigência de 4 anos e terminará em outubro de 2025. • Necessidade de prorrogar a vigência do Protocolo por mais um ano para enquadrar a realização da 3ª Conferência da CPLP sobre Ciência Aberta e do 3º Workshop técnico sobre criação e gestão de repositórios digitais, previstos no documento de atividade. Aguarda-se o envio da solicitação formal pela FCT. • Aguarda-se a afetação da verba remanescente pelos Estados membros que manifestaram essa disponibilidade, por forma a cumprir-se as duas fases finais do projeto. • A 1ª fase deste projeto tem uma vigência de 4 anos e terminará em outubro de 2025.

Pr71/DIL/15	TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa	
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	EM da CPLP; utilizadores da língua portuguesa; instituições industriais, comerciais e científicas dos EM; organizações internacionais, nomeadamente os gestores de informação, os gestores de sistemas de informação e os tradutores e intérpretes a elas associados	
OBJETIVOS	Criar e disponibilizar publicamente, na plataforma do VOC, terminologias científicas e técnicas para os países da CPLP, com estrutura comum, geridas conjuntamente, no âmbito do IILP, gratuitas, de livre acesso, e que conduzam a que a língua portuguesa disponha de bases de dados terminológicos capazes de a colocar a par das línguas com mais recursos, nomeadamente para a tradução e a interpretação, para emprego em organizações internacionais e para a criação de ferramentas derivadas, em particular no âmbito do processamento computacional da língua.	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Identificação das palavras do VOC pertencentes a domínios terminológicos; 2. Discussão de questões técnicas comuns e definição de critérios de harmonização, cuja definição final de resultados finais será publicada; 3. Identificação e marcação dos termos por domínio científico e técnico; 4. Identificação, obtenção e harmonização dos recursos terminológicos existentes em cada EM; 5. Desenvolvimento de critérios únicos para criação de terminologias comuns em todos os países; 6. Formação técnica de quadros especializados em todos os EM; 7. Definição dos domínios científicos e técnicos a partir das tipologias em uso no âmbito de organizações internacionais; 8. Identificação de domínios estratégicos de desenvolvimento mais aprofundado para a segunda fase do projeto; 9. Publicação de um número da Platô, revista do IILP.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	144.876,00 €
	Valor consignado FE	129.936,00 €
	Valor Desembolsado	80.996,25 €
	Saldo 30/06/2025	48.975,08 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
	• O projeto procura dar resposta aos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa para a Promoção da Língua Portuguesa e ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP. • Em maio de 2019, foi recebido o relatório final de execução técnica e financeira da atividade no seguimento da conclusão da implementação da primeira fase, que consistiu na Capacitação das Equipas e Criação de Protótipo. • Em reunião com o IILP, constatou-se que o projeto se encontra em fase de execução e aguarda-se entrega de relatório de execução intermédia do mesmo.	
OBSERVAÇÕES	<u>Antecedentes:</u> • O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli. • Posteriormente foi aprovada a implementação da Fase I na XXXIII RPFC, em Brasília, nos dias 26 e 27 de outubro de 2016.	

	- Em 12 de junho de 2019, foi assinado um protocolo entre o FECPLP e o IILP, para a implementação da Atividade "Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC) – Fase II". - O projeto foi previamente aprovado em sede do Conselho Científico do IILP. - Para a afetação da verba remanescente, a pertinência e o mérito técnico da atividade foram validados pela XXXIV RPFC, em Lisboa, em março de 2017. O projeto procura dar resposta aos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa para a Promoção da Língua Portuguesa e ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP.
--	--

-	Conferência sobre a Mobilidade Académica da CPLP: Avaliação e Regulação das Instituições do Ensino Superior e Reconhecimento Mútuo de Graus e Diplomas na CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos e Agência Reguladora do Ensino Superior de Cabo Verde – Execução Técnica	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Investigadores seniores; investigadores em formação (estudantes de doutoramento, mestrado, pós-graduação, formação superior especializada); docentes e estudantes do ensino superior	
OBJETIVOS	Contribuir para a dinamização da mobilidade académica entre os EM através da promoção de um espaço de diálogo e de partilha de informação, conhecimento e boas práticas sobre os sistemas de avaliação e regulação do ensino superior e dos procedimentos de acreditação e reconhecimento de graus académicos e cursos e ciclos de estudos oferecidos por instituições de ensino superior dos EM.	
RESULTADOS ESPERADOS	10. Realização de uma Conferência com as agências reguladoras e instituições congéneres responsáveis pela avaliação, acreditação e certificação de cursos e ciclos de estudos e pelo reconhecimento de diplomas de instituições do ensino superior dos EM da CPLP; 11. Mapeamento, sistematização, partilha e análise de instrumentos, metodologias e indicadores de avaliação do ensino superior dos EM; 12. Partilha de informação sobre os processos de acreditação e regulamentação de cursos e instituições e os procedimentos conducentes ao reconhecimento de graus e diplomas; 13. Identificação de atividades a serem dinamizadas no contexto da CPLP sobre a regulação e a avaliação no ensino superior, a acreditação de cursos e de instituições do ensino superior, a dupla titulação e os cursos em associação.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	35.000,00 €
	Valor consignado FE	0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Por iniciar	
OBSERVAÇÕES		

PR88/LIS/22	Desenvolvimento de um estudo alargado relativo aos procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas agências reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-Membros da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES) de Cabo Verde.	
E.M. ENVOLVIDOS	Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) de Angola; Secretaria do Ensino Superior/RF/INEP do Brasil; Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES) de Cabo Verde; Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAQES) Moçambique e a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) de Portugal.	
GRUPO-ALVO	Agências Reguladoras, Institutos públicos e Direção Nacional do Ensino Superior - Espaço da CPLP	
OBJETIVOS	Estabelecimento de um quadro de referência para o desenvolvimento e consolidação dos sistemas de garantia de qualidade do ensino superior dos Estados membros da CPLP no horizonte 2030, que permitirá elaborar um conjunto de recomendações para o trabalho futuro das Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Criação de uma rede de apoio e incentivo à cooperação técnica no domínio da capacitação e formação de profissionais, considerando as especificidades e as necessidades das Agências de Avaliação e Regulação do Ensino Superior da CPLP ou instâncias congéneres; 2. Reforçar a partilha de informação sobre a acreditação e a regulamentação de cursos e IES e os procedimentos conducentes ao reconhecimento de graus e diplomas; 3. Incentivar a utilização de tecnologias de informação e comunicação ao serviço do trabalho em rede na área da qualidade do ensino superior; 4. Avançar no sentido da criação e dinamização de um mecanismo comunitário de vigilância multilateral com o fito de apoiar as Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros, tendo como fundamentos a democratização do conhecimento, o espírito de interajuda e o princípio da solidariedade mútua.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	
	Valor consignado FE	84.800,00 €
	Valor Desembolsado	76 320,00 €
	Saldo 30/06/2025	0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
• O projeto constitui uma ação prioritária a implementar no âmbito da operacionalização do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2022-2026) e do respetivo Plano de Ação para o biénio 2025-2026 (Eixo III «Rede de Informação, Avaliação e Promoção da Qualidade do Ensino Superior no Espaço da CPLP»; Ação prioritária III.1. «Criação de bases para uma política de harmonização do sistema de avaliação e acreditação de instituições, cursos e reconhecimento de diplomas»). • O estudo foi coordenado pela Agência Reguladora do Ensino Superior de Cabo Verde (ARES CV), em parceria com o Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES), que desempenhou o papel de entidade científica responsável pela execução técnica do projeto. O processo contou ainda		

com a colaboração de um conjunto de consultores especializados provenientes de diversos Estados Membros da CPLP. O Estudo foi desenvolvido entre 20 de julho de 2022 e 20 de julho de 2024.

- Novembro 2022: reunião em Cabo Verde, à margem da 12.ª Conferência da FORGES, com a participação das Agências Reguladoras e dos Institutos de Avaliação do Ensino Superior dos Estados-Membros da CPLP. Este encontro marcou um passo importante no fortalecimento da cooperação técnica no domínio da avaliação e regulação do ensino superior. Foi ainda apresentado o ponto de situação do Projeto de Estudo, com destaque para os preparativos da primeira ação de formação para gestores de procedimentos, agendada para março de 2023, em Lisboa.
- Março 2023: durante o IV Encontro das Agências Reguladoras do Ensino Superior da CPLP, realizou-se uma sessão dedicada à apresentação dos resultados preliminares do Projeto de Estudo relativo aos Procedimentos de Avaliação e Acreditação no Ensino Superior da CPLP.
- Novembro 2023: o SECPLP participou num encontro de trabalho com a ARES-CV e o CIPES, em Matosinhos, para monitorização da execução do Projeto de Estudo. O encontro visou a apreciação do relatório sobre as últimas fases do Estudo e a sistematização das informações a integrar no relatório final.
- Maio 2024: durante o V Encontro das ARES-CPLP, em São Tomé, foi apresentado o ponto de situação da implementação do Estudo.
- Março 2025: na conferência de abertura do VI Encontro das ARES-CPLP, na sede da CPLP, em Lisboa, foi apresentado o relatório final do Estudo alargado sobre os procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas agências e estruturas nacionais de ensino superior da CPLP.
- Este trabalho colaborativo assegurou a inclusão de múltiplas perspetivas nacionais e regionais, promovendo uma abordagem abrangente e ajustada às especificidades dos Estados-Membros.
- O estudo teve como principal objetivo mapear, analisar e propor melhorias aos procedimentos de avaliação e regulação do ensino superior adotados pelos Estados-Membros, com vista à criação de um quadro de indicadores comum e à definição de um referencial de qualidade para o espaço da CPLP.
- As conclusões representam um marco importante para o fortalecimento das políticas públicas e práticas de regulação do ensino superior, promovendo a harmonização e a excelência no setor.
- O relatório final, entregue oficialmente ao Secretariado Executivo da CPLP pela ARES-CV em novembro de 2024, está a ser adaptado para publicação em formato de livro, com vista à disseminação dos seus resultados e recomendações.

A publicação será acompanhada de uma apresentação pública, envolvendo instituições de ensino superior, organismos reguladores e outros interessados, reforçando o compromisso da CPLP com a promoção da qualidade e a cooperação no ensino superior.

OBSERVAÇÕES

- A pertinência e o mérito técnico da atividade foram validados pela IX Reunião dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada em Luanda, a 18 de janeiro, e pela IX Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada em Luanda, em janeiro de 2022.
- O financiamento para a atividade foi aprovado pela XLIII RPFC, realizada em Lisboa, a 15 e 16 de março de 2022, e pela 251.ª Reunião do Comité de Concertação Permanente da CPLP, realizada em Lisboa, a 1 de abril de 2022.
- Em julho de 2022, foi assinado o Protocolo entre o FE-CPLP e a ARES de Cabo Verde para a implementação da Atividade
- Em maio de 2024 foi assinada uma Adenda ao Protocolo a prorrogar a sua vigência por um período adicional de um ano, ficando a vigorar até 20 de julho de 2024.
- O projeto constitui uma ação prioritária a implementar no âmbito da operacionalização do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2022-2026) e do respetivo Plano de Ação para o biénio 2025-2026.

Cultura

Pr82/SAL/18	Portal da Cultura da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Agentes culturais; profissionais do setor da cultura; docentes e investigadores; público em geral	
OBJETIVOS	Reforçar a partilha de informação sobre programas, projetos e atividades culturais, documentação técnica e dados sobre a cultura na CPLP.	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Facilitação o acesso a informação de dados sobre a cultura nos Estados membros da CPLP; 2. Mapeamento e ligação em rede das instituições culturais; 3. Promoção a articulação entre os agentes da cultura da CPLP; 4. Ampla divulgação dos atores culturais e de atividades culturais da CPLP.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	37.008,25 €
	Valor consignado FE	33.559,60 €
	Valor Desembolsado	9.041,80 €
	Saldo 30/06/2025	24.517,80 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
	• O Portal da Cultura da CPLP encontra-se em pleno funcionamento e ao dispor dos Estados-Membros para a partilha de informação sobre projetos e iniciativas de carácter multilateral. • A apresentação pública do instrumento ocorreu por ocasião da II Reunião Extraordinária dos Ministerial da Cultura (Luanda, maio de 2023). • O Portal da Cultura da CPLP encontra-se inscrito no Eixo Estratégico V – Instrumentos Digitais de Divulgação das Atividades Culturais da CPLP, do Plano de Ação (2024-2026), aprovado pela XIII Reunião dos Ministros da Cultura (São Tomé, maio de 2024). • O instrumento está alojado na plataforma UMBRACO e a gestão do Portal é feita pelo Secretariado Executivo, que o alimenta com conteúdos de carácter multilateral remetidos pelos Estados-Membros. • Em 2025, Portugal, através da DGARTES, partilhou informação no Portal, nomeadamente: - Viagens pela Música da Lusofonia", uma iniciativa do IBERMÚSICAS financiada pelo Brasil e Portugal, que visa exclusivamente dar apoio à circulação dos músicos, agrupamentos e investigadores da área da música residentes nos países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e em Timor-Leste; - Programa de Mobilidade Laç(z)os Artísticos, cujo objetivo principal é apoiar a circulação nos espaços Ibero-Americano e da CPLP de projetos artísticos inscritos por cidadãos residentes em Portugal, Espanha, Andorra, América Latina e outros países da CPLP; - Programa IBERCENA "Confluências das Artes Cénicas Afro-Ibero-Americanas e da Diáspora" - uma iniciativa que desafia os agentes das Artes Performativas do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Portugal a repensar políticas públicas mais representativas.	
OBSERVAÇÕES		

J201701	Programa CPLP Audiovisual 2 (PAV)	
ENTIDADE EXECUTORA	Associação Figuras e contrastes	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Gestores de políticas públicas de cultura, comunicação e audiovisual, produtores independentes de conteúdos audiovisuais, emissoras públicas de televisão, gestores de espaços educativos e culturais na internet	
OBJETIVOS	- Estímulo ao intercâmbio cultural na CPLP; - Implantação de políticas públicas integradas de fomento à produção e à teledifusão de conteúdos audiovisuais produzidos nos países da CPLP; - Difusão da produção audiovisual da CPLP no mercado mundial.	
RESULTADOS ESPERADOS	- Consolidação da Rede CPLP Audiovisual reunindo as 9 emissoras públicas de televisão nacionais da CPLP. - Realização de Concursos Nacionais de Seleção de Projetos em todos os Estados membros para as linhas DOCTV CPLP III e FICTV CPLP II, de acordo com a operacionalização dos módulos de realização. - Coprodução de 9 documentários e 6 telefilmes de ficção 1 Os "grupos-alvo" são as entidades/grupos que beneficiarão de forma direta com a execução do projeto, em termos de finalidade do projeto. - Seleção e disponibilização para as emissoras públicas de televisão nacionais de uma carteira de até 28 programas infanto-juvenis, selecionados, idealmente, no setor da produção independente de cada Estado-Membro participante. - Estabelecimento de faixa de programação infanto-juvenil compartilhada entre as 09 emissoras públicas de televisão nacionais para difusão das programações NOSSA LÍNGUA II, DOCTV CPLP III e FICTV CPLP II, de acordo com a operacionalização dos módulos respetivos de realização. - Promover o mapeamento das cadeias produtivas do audiovisual em cada Estado-Membro participante, sistematizar e disponibilizar a publicação do banco de dados resultante, e promover o relacionamento dos setores audiovisuais nacionais da CPLP com o mercado internacional.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	3.656.465,00 €
	Valor consignado FE	33.777,33€
	Valor Desembolsado	33.777,33€-
	Saldo 30/06/2025	0,00€
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
A segunda edição do projeto encontra-se concluída.		
OBSERVAÇÕES		

J202101	Programa CPLP Audiovisual 3 (PAV)	
ENTIDADE EXECUTORA	Associação Figuras e contrastes	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Gestores de políticas públicas de cultura, comunicação e audiovisual, produtores independentes de conteúdos audiovisuais, emissoras públicas de televisão, gestores de espaços educativos e culturais na internet	
OBJETIVOS	- Fomento ao desenvolvimento de produção e teledifusão de obras de ficção dos Estados-Membros da CPLP e propondo-se à: - Produzir conteúdos audiovisuais que apresentem uma visão contemporânea dos países membros de língua portuguesa; - Fomentar a troca de experiências entre criadores e produtores audiovisuais dos países de língua portuguesa; - Consolidar a Rede CPLP Audiovisual como plataforma de produção e circulação de conteúdos; - Estimular o intercâmbio cultural entre os povos dos países da CPLP - Contribuir para a implantação de políticas públicas integradas de fomento à produção audiovisual nos países membros da CPLP; - Difundir a produção audiovisual realizada na CPLP no mercado mundial; - Gerar ambientes de negócio e dinâmicas favoráveis à produção e circulação de conteúdos audiovisuais de língua portuguesa nos diversos mercados nacionais e no mercado mundial.	
RESULTADOS ESPERADOS	- Aumento do impacto, através do aumento do número de beneficiários, ao nível da formação e ao nível do financiamento da produção (que depende diretamente do montante do cofinanciamento); - Diversificação dos conteúdos, com a introdução da linha de curtas-metragens; - Reforço da formação e da capacitação, através da substituição da Oficina de Desenho Criativo de Projeto (que beneficiava apenas os projetos vencedores) por seminários nacionais de formação e capacitação para um número mais alargado de beneficiários (vencedores uma fase de pré-seleção); - Definição do plano de comercialização dos conteúdos PAV, procurando um retorno financeiro que resulte na diversificação das fontes de financiamento para futuras edições do PAV, promovendo igualmente a difusão de conteúdos audiovisuais em língua portuguesa, a visibilidade da CPLP, dos Estados- - Membros e sua diversidade cultural; - Elaboração de um relatório sobre o panorama do audiovisual nos EM, com os contributos de académicos e dos Pontos Focais da Cultura e demais autoridades competentes nos EM, a ser lançado numa conferência sobre o tema; - Realização de uma Mostra Audiovisual da CPLP, que integre um segmento de mesa-redonda com diálogo sobre políticas públicas do audiovisual nos EM, concomitantemente à Reunião de Planeamento de Difusão (em 2024).	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	2.283.130,00 €
	Valor consignado FE	1.610.035 €

	Valor Desembolsado	703.809,55
	Saldo 30/06/2025	1.260 531,35 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Por iniciar	
	- Na esteira do compromisso com a promoção e desenvolvimento do setor audiovisual no âmbito da CPLP, a I Reunião da Coordenação Executiva da 3.ª edição do Programa CPLP Audiovisual (PAV 3) deu início aos trabalhos técnicos preparatórios em 26 de junho de 2023, por meio de videoconferência. O encontro contou com a participação dos responsáveis das autoridades financiadoras (Angola e Portugal), Brasil e SECPLP. Foram delineados os objetivos e resultados esperados, destacando-se a realização de oficinas de planeamento executivo e difusão, a produção de curtas-metragens de ficção e documentários, a teledifusão das obras apoiadas e a realização de estudos sobre o panorama audiovisual nos Estados-Membros. - Na II Reunião da Coordenação Executiva, realizada em 31 de junho de 2023, foram discutidas as principais conclusões e ajustes necessários para o fortalecimento de outros segmentos do setor audiovisual, como difusão e capacitação. Destacam-se medidas como a retomada da linha "Nossa Língua" para licenciamento e difusão de conteúdos, a difusão digital gratuita dos conteúdos no Portal da Cultura da CPLP, e a integração de iniciativas para aperfeiçoamento profissional, visando dotar o programa de um formato semelhante a uma "incubadora de projetos". - No que diz respeito à metodologia de trabalho do PAV 3, manteve-se uma estrutura em rede composta pela Coordenação Executiva, Rede CPLP Audiovisual e Unidade Técnica de Gestão Executiva. A nomeação desta última e a condução dos trabalhos. - A III Reunião da Coordenação Executiva do PAV 3, ocorrida em outubro de 2023, revisou o progresso e os compromissos assumidos até então. Destacou-se o compromisso do Brasil em apresentar a BRAVI - Brasil Audiovisual Independente como entidade responsável pela Unidade Técnica do PAV, cuja indicação foi formalizada após consulta à Associação. - No entanto, a concretização do cronograma das ações ficou pendente devido à necessidade de financiamento adicional por parte do Brasil. Aguarda-se ainda a realização de reuniões com os demais Estados-Membros para a apresentação do documento de projeto consensualizado pela Coordenação Executiva do PAV 3ª Edição, com o apoio da BRAVI. - A Coordenação Executiva do PAV III nomeou para a Unidade Técnica o Instituto de Conteúdos Audiovisuais Brasileiros (ICAB) 21 a 23 de maio de 2025: realizou-se a Oficina de Planeamento Executivo do PAV III, na Sede da CPLP, com a participação dos Polos Nacionais, que juntos formam a Rede CPLP Audiovisual. - Encontra-se em elaboração as minutas do edital internacional de seleção de projetos audiovisuais – CPLP Audiovisual 2025 – Linhas DOCTV e FICTV; do Regulamento da Convocatória Nacional do Programa CPLP Audiovisual 2025; do Contrato de coprodução de Obra Audiovisual para Televisão - documentário - e do Edital Internacional de Seleção de Projetos Audiovisuais – CPLP Audiovisual 2025. 22 e 23 de julho 2025: ação de capacitação dos Polos Nacionais para a operacionalização de inscrição dos candidatos no site a disponibilizar para o efeito. 1 de agosto 2025: data prevista para o lançamento das convocatórias nacionais.	
OBSERVAÇÕES	- O Programa CPLP Audiovisual (PAV) tem vindo a afirmar-se ao longo dos anos como um projeto-bandeira da CPLP, sendo a sua continuidade enaltecida em muitos fóruns, nomeadamente no âmbito da Reunião dos Ministros da Cultura, na medida em que promove a implementação dos objetivos setoriais plasmados nos Planos de Ação para a promoção e difusão da Língua Portuguesa de Brasília (2010), Lisboa (2013), Díli (2016) e Praia (2021), bem como no Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP. - Coordenação Executiva – composta por entidades representantes dos Estados-Membros responsáveis pelo aporte de fundos para a implantação do Programa CPLP Audiovisual e pelo SECPLP, a quem compete a supervisão do planeamento e da gestão da 3.ª edição do Programa CPLP Audiovisual. - Rede CPLP Audiovisual – que reúne os Polos Nacionais, constituindo o foco facilitador da implementação do PAV em cada Estado-Membro participante, mediante compromisso assumido no Termo de Adesão. - Unidade Técnica de Gestão Executiva – contratada, em regime de exclusividade, para a gestão operacional do Programa CPLP Audiovisual, a partir da nomeação das entidades proponentes/cofinanciadoras de cada edição. Será responsável pela operacionalização das decisões da Coordenação Executiva e articulação com a Rede CPLP Audiovisual, tendo em vista a implementação das linhas de ação. - Em 27 de janeiro de 2025 foi assinado o Protocolo entre o Fundo Especial da CPLP e o CAB (Unidade Técnica do PAV III).	

PR94LIS25	Lusofonia em Timor-Leste	
ENTIDADE EXECUTORA	Diligente	
E.M. ENVOLVIDOS	Timor-Leste, Portugal e Brasil	
GRUPO-ALVO	Leitores do Diligente em Timor-Leste e noutros países lusófonos	
OBJETIVOS	• Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa dos timorenses através da informação • Melhorar a literacia dos timorenses através do domínio do português • Reforçar o sentimento de pertença dos timorenses à lusofonia • Contribuir para cidadãos mais críticos e conhecedores da Agenda 2030	
RESULTADOS ESPERADOS	• R1. Aumento do número de leitores de informação em português • R2. Melhoria das competências linguísticas de português dos leitores do Diligente e dos jovens que participam nas atividades do projeto • R3. Cidadãos timorenses mais informados sobre a presença da lusofonia na cultura timorense • R.4. Cidadãos lusófonos mais informados sobre a cultura timorense • R5. Reforço da literacia dos leitores em diversas áreas • R6. Sensibilização e debate sobre os problemas ligados às áreas dos ODS que afetam a população e sobre soluções para os mesmos	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	138.627,38 €
	Valor consignado FE	124.764,64 €
	Valor Desembolsado	0,00€
	Saldo 30/06/2025	124.764,64 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Por iniciar	
	•	
OBSERVAÇÕES	• A atividade foi inicialmente apresentada na XLVII RPFC, realizada em Díli em março de 2024. A apresentação realizada nesse contexto indicava que a atividade visava promover a língua portuguesa e a atividade da CPLP em Timor-Leste através da juventude e do jornalismo digital. • A atividade seria formalmente apresentada à XLVIII RPFC, realizada em S. Tomé, em julho de 2024, que lhe atribuiu a categoria de decisão “b. Aprovação condicionada, sujeita a revisão técnica e/ou à obtenção de financiamento, conforme decisão específica da RPFC”. Nessa ocasião foi recomendada a revisão orçamental e técnica da proposta, tendo-se sugerido a reapreciação da proposta de atividade na XLIX RPFC, de março de 2025, realizada em Malabo. • Entretanto, Timor-Leste informou o SECPLP da aprovação, pelo Conselho de Ministros de Timor-Leste, de recursos que permitiriam viabilizar a aprovação da atividade, sugerindo que a proposta pudesse ter um mecanismo de aprovação expedito; • A atividade seria aprovada na 280ª reunião do Comité de Concertação Permanente, realizada a 27 de março de 2025, na tipologia de atividade “Político-diplomática e/ou de promoção da Língua Portuguesa” • Em maio de 2025, Timor-Leste confirmou a transferência de recursos para o FECPLP para execução da Atividade.	

Direitos Humanos e Boa Governação

PR80/LIS/19	Projeto Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP		
ENTIDADE EXECUTORA	Sec. de DH da Presidência da República do Brasil		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos		
GRUPO-ALVO	Agentes governamentais do poder executivo, judiciário e legislativo, em todas as suas esferas, cuja área faça interface com o tema das pessoas com deficiência e representantes de entidades da sociedade civil que atuem em prol das pessoas com deficiência, representem e defendam seus direitos e interesses.		
OBJETIVOS	Fortalecer a capacidade institucional governamental com vista à formulação e execução de políticas nacionais para promoção dos direitos da pessoa com deficiência, capacitando agentes públicos e representantes da sociedade para promover os direitos das pessoas com deficiência e desenvolver estratégias de inclusão desse segmento nas políticas sociais do Estado.		
RESULTADOS ESPERADOS	• Cursos e materiais de capacitação elaborados para duas modalidades de capacitação, bem como instrumento de monitoramento e avaliação do projeto; • Agentes governamentais capacitados para garantir e promover os direitos das pessoas com deficiência nas políticas públicas nacionais de cada país, pela perspectiva dos direitos humanos e estruturadas em eixos temáticos intersectoriais como saúde, educação, emprego, acessibilidade, participação política, lazer e previdência social. • Mobilização para a criação de conselhos de direito, nos âmbitos local e nacional, que possibilitem o encaminhamento de demandas e a o diálogo social. • Agentes sociais não-governamentais capacitados e mobilizados para atuar como multiplicadores, promotores e defensores dos direitos humanos, com foco na pessoa com deficiência, para a valorização do seu protagonismo e a transformação de sua realidade. • Mobilização para a constituição e fortalecimento de redes sociais representativas dos interesses das pessoas com deficiência.		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		213.839,04 €
	Valor consignado FE		192.455,14 €
	Valor Desembolsado		165.648,46 €
	Saldo 30/06/2025		26.806,82 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído		
• Dando seguimento à missão de prospeção realizada em Moçambique em novembro de 2014, realizou-se entre 18 e 22 de maio de 2015, uma atividade capacitação em Maputo, no Ministério do Género, Criança e Ação Social e visitas de campo a dois infantários. A atividade de capacitação abrangeu 24 técnicos oriundos de distintas estruturas ministeriais e 21 pessoas da sociedade civil moçambicana, oriundas de 10 ONG. • Em junho de 2015 foram realizadas missões de prospeção a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, com o objetivo de desenvolver contactos com representantes de entidades de direitos que defendem os interesses das pessoas com deficiência com o objetivo de realizar um diagnóstico para avaliar o cumprimento da agenda da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e poder desenhar programas de capacitação. ▪ A missão a S. Tomé e Príncipe teve lugar de 16 a 18 de junho de 2015 ▪ A missão a Cabo Verde realizou-se de 19 a 23 de junho de 2015.			

- A execução da atividade foi retomada no final de 2018 com a realização de uma missão a Angola;
- Em 2019 foram realizadas as últimas missões, designadamente à Guiné-Bissau entre os dias 11 e 20 de outubro de 2019 e a Timor-Leste entre os dias 14 e 24 de novembro de 2019.
- O Relatório Final foi enviado pela EE a 17 de fevereiro de 2020.

OBSERVAÇÕES

Pr80/LIS/19	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos países de Língua Portuguesa – 2019-2022 (reformulado e estendido até 2026)	
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Nacional de Estatística (INE – Portugal)	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Institutos Nacionais de Estatística (INE) dos países da CPLP	
OBJETIVOS	• Consolidar e desenvolver os Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) dos países da CPLP, com particular ênfase na capacitação dos PALOP e Timor-Leste; • Contribuir para o desenvolvimento da Capacidade Estatística nos países da CPLP.	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Técnicos capacitados em cada uma das áreas de intervenção; 2. Classificações, Conceitos e Nomenclaturas disponibilizadas, atualizadas de acordo com os últimos quadros internacionais; ações de formação das classificações desenvolvidas para entrada em pleno funcionamento; 3. Capacidade reforçada na relação com os media e nos instrumentos de comunicação, bem como na construção e promoção da imagem da instituição; 4. Legislação do SEN e outra complementar melhorada e/ou implementada e capacitação/desenvolvimento de competências para a respetiva aplicação (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste); 5. Técnicos formados em Instrumentos de planeamento e custeio de atividades; 6. Reforço das competências de gestão organizacional na área de Recursos Humanos; 7. Capacidade reforçada no domínio da Coordenação da cooperação, nomeadamente no apoio à decisão executiva, gestão de projetos de cooperação internacional e coordenação dos SEN; 8. Capacidade reforçada no domínio da implementação da Infraestrutura Estatística de Dados Espaciais (Global Statistical Geospatial Framework – GSGF), para suporte à produção estatística e na gestão e constituição de dados geográficos; 9. Capacidade reforçada em matéria de disseminação da informação e na melhoria da relação com os utilizadores, nomeadamente através da promoção de iniciativas de literacia estatística; 10. Desenvolvimento de competências em matéria de monitorização da Agenda 2030, com particular enfoque no reforço da capacidade de produção/monitorização de indicadores ODS e comunicação dessa informação; produção de publicação comum de acompanhamento do progresso dos ODS em todos os países da CPLP; 11. Desenvolvimento e/ou consolidação de sistemas de gestão da qualidade da produção estatística; 12. Formação profissional de quadros em áreas necessárias para a consolidação das suas organizações, tanto a nível institucional como técnico (reforço dos sistemas de produção).	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	1.119.810,24 €
	Valor consignado FE	547.800,49 €

	Valor Desembolsado	185.552,09 €
	Saldo 30/06/2025	362.248,40 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	

O projeto em assunto foi aprovado pela XXXVIII RPFC, realizada a 19 fevereiro de 2019. O Protocolo de Financiamento foi assinado entre as partes em julho de 2019. Esta atividade corresponde à “Fase 4” de uma iniciativa que vem sendo financiada pelo Fundo Especial da CPLP desde 2011. O período de implementação do projeto estava inicialmente compreendido entre 2019 e 2022.

A atividade arrancou formalmente com a realização da VIII Conferência Estatística da CPLP, que teve lugar em Malabo, entre 15 e 17 de julho de 2019. A partir de julho de 2019, devido sobretudo às medidas de prevenção e contenção decorrentes da pandemia provocada pelo coronavírus, houve que cancelar a mobilidade prevista pelo Programa, tendo-se verificado que a maioria das ações previstas não foi implementada. A atividade atravessou então um período relativamente longo de paragem.

Em novembro de 2022, a entidade executora desenvolveu um processo de revisão e adaptação da atividade ao contexto pós-pandémico. Esta proposta de revisão alargou o período de execução da atividade até 2025. Essa alteração foi comunicada aos PFC em novembro de 2022.

O processo de revisão resultou da avaliação conjunta a que se procedeu com os parceiros beneficiários da Atividade que, no decurso da crise pandémica, reavaliaram as suas prioridades e identificaram novas oportunidades para o reforço da cooperação estatística da CPLP. As alterações à atividade tiveram como enquadramento as conclusões das Conferências Estatísticas da CPLP e do Encontro Informal de Presidentes e Diretores Gerais de Estatística da CPLP, de novembro de 2021.

Em junho de 2023, foi acordado entre o Secretariado Executivo e a entidade executora um alargamento no período de execução das atividades até ao final de 2026.

Este aditamento à revisão acordada em novembro de 2022 teve como propósito alargar o período de execução dos projetos para permitir a concretização de todas as ações previstas, dando maior margem de manobra na conciliação dos calendários dos diversos países na realização de ações comuns. O alargamento até 2026 permitirá também a concretização dos 36 meses de duração da Bolsa de Cooperação (que teve início em julho, 2023), com a conclusão dos produtos que estão associados a esta ação, tais como a Publicação sobre indicadores ODS comuns aos países da CPLP.

Recorde-se que ao longo das suas diferentes edições, a Atividade sempre procurou adaptar-se, com a flexibilidade possível, aos desafios e desenvolvimentos estatísticos mais relevantes nos países beneficiários.

Saliente-se que a Atividade mantém intactos os objetivos gerais e a lógica de intervenção aprovada pela RPFC em 2019. Esta revisão também não implicou a mobilização de financiamento adicional, sendo que a reafecção de recursos, sempre que necessária, foi efetuada em respeito ao estipulado no Regimento do Fundo Especial da CPLP.

Os principais aspetos da reformulação da atividade até final de 2026 compreendem essencialmente a reprogramação de uma das atividades (1.6.4. Bolsa de Cooperação), permitindo simultaneamente flexibilizar a conciliação dos calendários dos parceiros, em particular na realização de ações comuns. São por isso realizadas algumas atualizações ao cronograma de ações que incorporam alterações acordadas com os parceiros (ex. Bolsa de Cooperação, Seminário de Coordenação Estatística), bem como alguns ajustamentos procedimentais no processo de execução financeira, previamente articulados com o Secretariado Executivo da CPLP.

Em termos de objetivos específicos e conforme proposto pela revisão da Atividade, estes centram-se no reforço do programa em domínios identificados como prioritários pelos parceiros. São incorporadas atividades novas e revistas nos Projetos de Coordenação e Conferências Estatísticas, ODS e Difusão, deixando de estar abrangida a área de Índice de preços no Consumidor e Indicadores de curto-prazo (IPC/ICP).

O objetivo específico indicado na proposta original deixa assim de conter referências à capacitação na área de IPC/ICP. O objetivo específico passa assim a ser “reforçar as instituições e capacitar os quadros dos Institutos Nacionais de Estatística (INE) dos países da CPLP com conhecimentos e técnicas fundamentais em cada uma das áreas de intervenção abrangidas pelo programa, nomeadamente:

- Apoio Institucional (Classificações Conceitos e Nomenclaturas; Comunicação; Legislação; Planeamento e Custeio de Atividades; Recursos Humanos; Coordenação)
- Difusão
- Geoinformação
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Qualidade e Formação na Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE-IBGE)

Em 2022 foram desenvolvidas as quatro ações previstas, três das quais em modalidade virtual:

- Seminário de arranque do projeto de indicadores dos ODS – realizado em modalidade virtual de 22 a 23 de março de 2022 e dirigido a todos os INEs-CPLP, com o objetivo de reavaliar necessidades prioritárias, promover a partilha de pontos de situação e de iniciativas relevantes e dar início à delineação de ações comuns.
- Reunião virtual para a elaboração de plano de revisão das CAEs – realizada a 24 de março de 2022 e dirigida aos países que participam na cooperação na área das classificações (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). Inseriu-se no âmbito do processo de revisão internacional da classificação ISIC, na qual se baseiam as classificações de atividades económicas, e visou definir linhas orientadoras de um plano de revisão das CAEs, em alinhamento com as prioridades e contexto de cada um dos parceiros.
- IX Conferência Estatística da CPLP (Lisboa, 2022) – realizada de 5 a 6 de dezembro, tendo o Programa Estatístico da CPLP cofinanciado os custos de participação dos INEs da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e da DGE de Timor-Leste.
- Participação virtual na International Conference on Teaching Statistics (ICOTS 11, 2022, Argentina) – realizada de 11 a 16 de setembro e em que participaram, por videoconferência, os INEs do Brasil, Cabo Verde e Portugal, visando partilhar as experiências e desafios destes INEs lusófonos na promoção de literacia estatística, na sessão intitulada "Statistical Offices and Literacy Challenges in Portuguese Speaking Countries".

Entre 1 de janeiro de 2023 a 31 de março de 2024 foram implementadas doze (12) das dezasseis (16) ações previstas para 2023 e uma (1) ação em 2024. Regista-se assim um elevado grau de concretização após um período de interregno nas ações presenciais, imposto pela crise pandémica.

As atividades executadas foram enquadradas pelos Projetos de Classificações Conceitos e Nomenclaturas, Legislação, Comunicação, Coordenação e Conferências Estatísticas, Geoinformação, Difusão, e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente (ordenadas por Projeto):

- Missão ao INE de Timor-Leste na área de Legislação;
- Missão ao INE de Timor-Leste na área de Geoinformação;
- Missão ao INE de Timor-Leste na área de Difusão;
- Bolsa de Cooperação;
- Visita de Trabalho do Projeto de indicadores ODS dos INEs da Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e Timor-Leste;
- Workshop comum do Projeto de indicadores ODS;
- Visita de trabalho do Projeto de Classificações, Conceitos e Nomenclaturas do INE da Guiné-Bissau;
- Visita de Trabalho comum aos INEs de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste;
- Workshop de Literacia Estatística comum a todos os países;
- Visita de Trabalho do Projeto de Legislação do INE de Cabo Verde;
- Visita de Trabalho do Projeto de Legislação do INE de Moçambique;
- Missão ao INE da Guiné-Bissau na área de Geoinformação; e
- Visita de trabalho e de formação comum aos INEs de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe na área da Comunicação.

A atividade foi reformulada e o prazo de execução alargado até 2026. Os principais aspetos da reformulação compreendem essencialmente a reprogramação de uma das atividades (1.6.4. Bolsa de Cooperação) e:

- O cancelamento do projeto de IPC/ICP, reafectando o respetivo montante para áreas prioritárias destacadas pelos parceiros (ODS, Difusão e Coordenação);
- A identificação de novas atividades e revisão das existentes nas iniciativas relativas aos Projetos de ODS (alargamento da participação em seminários e modalidade híbrida), Difusão (participação online na Conferência ICOTS, Seminário de Literacia e revisão de Visita Comum) e Coordenação e Conferências Estatísticas (alargamento para 3 anos da bolsa de cooperação a implementar no REC e novo Seminário de Coordenação, com tópico prioritário a definir pelos parceiros);
- A flexibilização das modalidades de ação, passando a contemplar tipologias presenciais, híbridas e virtuais, de modo a fazer face aos constrangimentos financeiros atuais advindos do cenário inflacionista que se iniciou em 2022 e a dotar o programa de maior resiliência face a novas disrupções de natureza sanitária, ou outras;
- A atualização de valores de referência (viagens aéreas, alojamento e bolsa de cooperação) e previsão de custos de pausa-café em todas as ações comuns.

Entre abril a dezembro de 2024 foram implementadas dezanove (19) ações, correspondendo ao número de atividades inicialmente previstas. Regista-se assim um elevado grau de concretização.

A execução técnica do programa corresponde até ao momento a 62 % (38 ações) do total de atividades previstas atualmente (61), a executar até 2026.

OBSERVAÇÕES	<u>Antecedentes:</u> • O projeto foi aprovado na XXXVIII RPFC, a 19 fevereiro de 2019. • O Protocolo de Financiamento foi assinado em julho de 2019. • O projeto foi reformulado em novembro de 2022 e a sua execução estendida até final de 2026. • Em junho de 2023, foi acordado entre o Secretariado Executivo e a entidade executora um alargamento no período de execução das atividades até ao final de 2026. • O alargamento até 2026 permitirá permitir a concretização de todas as ações previstas e a concretização dos 36 meses de duração da Bolsa de Cooperação (que teve início em julho, 2023), com a conclusão dos produtos que estão associados a esta ação.
--------------------	---

Pr84/LIS/20	Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2019/2020 para apoio à boa governação e construção sustentável (reformulado e estendido até 2025)
ENTIDADE EXECUTORA	Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) - Portugal
E.M. ENVOLVIDOS	PALOP, Timor-Leste e Portugal
GRUPO-ALVO	Técnicos dos LE-CPLP e de diversas instituições dos PALOP e de Timor-Leste, alunos dos cursos de Engenharia Civil de diversas Universidades desses países.
OBJETIVOS	Contribuir para a boa governação, através de criação de ferramentas para a garantia de qualidade e segurança das obras de engenharia civil, e para a construção sustentável, através da implementação da economia circular e da preservação dos recursos naturais nos Países de Língua Portuguesa.
RESULTADOS ESPERADOS	1. Apoiar a governação na definição de políticas públicas: - Identificação dos principais desafios e os temas prioritários para desenvolvimento nos domínios das infraestruturas e do ambiente; - Apoio à identificação linhas estratégicas de desenvolvimento das instituições participantes; 2. Promover a qualidade na construção, manutenção e reabilitação do património construído: - Criação de um Núcleo Móvel de Calibração PALOP de equipamentos; - Implementação de boas práticas ao longo do ciclo de vida de infraestruturas críticas, património edificado e cultural; 3. Promover a construção sustentável e economia circular: - Fortalecimento de redes colaborativas através de capacitação e formação conjunta de técnicos e engenheiros das instituições beneficiárias, com aproveitamento das potencialidades dos parceiros em domínios considerados estratégicos; - Identificação de subprodutos e resíduos passíveis de reutilização e estudo da aplicação de matérias-primas locais, como por exemplo a rocha asfáltica de Angola e as pozolanas de Cabo Verde; - Implementação de boas práticas de gestão de resíduos na construção, com vista à sua valorização e à proteção ambiental; 4. Promover o uso da Língua Portuguesa e o acesso livre a informação técnica - formação em português e disponibilização na plataforma digital (LE-CPLP) de glossário de termos técnicos, manuais de boas práticas, regulamentos, apresentações e vídeos de formação em áreas temáticas da engenharia civil; promoção do ensino a distância.

FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	293.711,00 €
	Valor consignado FE	91.093,07 €
	Valor Desembolsado	83.529,72 €
	Saldo 30/06/2025	9 627,47 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	

Devido a diversas dificuldades associadas à pandemia houve necessidade de alterar e reprogramar algumas das ações planeadas no âmbito da Atividade PR84/LIS/20 e não houve oportunidade de concretizar toda a Atividade no período inicialmente previsto, isto é, entre 21 de maio de 2021 e 21 de maio de 2022.

A XXXIII Reunião do Convénio realizada em Bissau, entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 2022, que coincidiu com a realização do 11º Encontro Técnico-Científico, permitiu a identificação das necessidades de curto/médio prazo manifestadas pelas instituições participantes e a análise dos obstáculos nos países abrangidos, permitindo a recalibração das atividades a partir de 2023.

No período de execução do projeto e desde o seu início, em novembro de 2021, foi dado seguimento ao processo de realização de estágios no LNEC por técnicos do LE CPLP, que têm permitido a consolidação e a aquisição de novos conhecimentos. Foram também realizadas diferentes atividades de assistência técnica que em seguida se reportam.

Foram também adquiridos equipamentos diversos. Aqui se destaca a aquisição de um padrão de calibração e realizada capacitação para a sua utilização, o que constituiu o primeiro passo para a criação do Núcleo Móvel de Calibração dos LE-CPLP. Foi também adquirido um motor para a prensa de ensaios de betão do LEGUI, o que irá permitir a operacionalização do equipamento existente. E nesse sentido foram realizadas pelo LNEC diferentes atividades de formação no domínio da calibração e do correto funcionamento dos equipamentos dos laboratórios.

No período de execução do projeto foram realizadas seguintes atividades:

- Novembro de 2021- Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia de São Tomé e Príncipe - calibração de equipamentos de força
- Novembro de 2021- Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia de São Tomé e Príncipe - Curso na área de ensaios em solos
- Março a outubro de 2022 – realização de estágios em vários setores do LNEC, nomeadamente no Departamento de Estruturas (DE), Departamento de Geotecnia (DG), Departamento de Materiais (DM), Departamento de Transportes (DT) e Centro de Instrumentação Científica (CIC). Estes estágios permitiram a consolidação e a aquisição de novos conhecimentos, o que é fundamental para potenciar e alargar as áreas de atuação dos LE-CPLP:
 - Laboratório de Engenharia de Cabo Verde (LEC)
 - Estágio em geotecnia (DG) - 19/03 a 09/04/2022
 - Estágio na área dos ensaios em aço (DE) - 3 semanas + pavimentos (DT) - 05/02 a 06/03/2022
 - Estágio em química (DM) - 02/05 a 25/05/2022
 - Laboratório de Engenharia da Guiné-Bissau (LEGUI)
 - Estágio sobre sistema de gestão de qualidade (CIC) - 03/10 a 31/10/2022
 - Laboratório de Engenharia de Moçambique
 - Estágio na área de controlo de qualidade de pavimentos (DT) + betumes e emulsões (DM) - 26/04 a 25/05/2022
 - Estágio em química (DM) - 26/04 a 25/05/2022
 - Laboratório de Engenharia de São Tomé e Príncipe (LECSTP)
 - Estágio sobre sistema de gestão de qualidade (CIC) - 02/11 a 02/12/2021
 - Estágio na área da prospeção geotécnica, incluindo a elaboração de relatórios geológicos e geotécnicos (DG) – 07/11 a 07/12/2022
 - Direção Geral de Obras Públicas de Timor-Leste
 - Estágio na área de ensaios em aços (DE) - 19/09 a 14/10/2022
- Abril de 2022 - Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia de Cabo Verde - Curso sobre inspeção de edifícios
- Junho de 2022 - Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia de Cabo Verde - Formação “Inspeção de Infraestruturas Rodoviárias”
- Outubro de 2022 - Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia de São Tomé e Príncipe - Assistência Técnica na operacionalização do laboratório de ensaios de cimento
- Novembro de 2022 - Assistência Técnica a Timor-Leste (Direção Geral de Obras Públicas) - Curso “Recursos Hídricos e Obras Hidráulicas, Marítimas e Portuárias”

- Dezembro de 2022 - XXXIII Reunião de Coordenação dos Convénios de Cooperação entre os Laboratórios de Engenharia Civil da CPLP e 11º Encontro Técnico-Científico – Bissau
- Dezembro de 2023 - Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia de São Tomé e Príncipe - Assistência técnica para a operacionalização do laboratório de ensaios de cimentos do LECSTP
- Janeiro de 2024 - Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia de Cabo Verde - Curso na área de ensaios em aço para betão armado
- Março de 2024 - Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia Civil de Angola - Curso na área da Metrologia
- Abril de 2024 - Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia de Moçambique - Curso sobre Agregados e Betões
- Abril de 2024 - Assistência Técnica ao Laboratório de Engenharia da Guiné-Bissau - Curso na área dos ensaios em solos

As assistências técnicas e os cursos realizados abordaram temas considerados essenciais para o desenvolvimento técnico e científico dos laboratórios. Os cursos realizados foram programados de acordo com as necessidades atuais de cada país e dos problemas técnicos que se lhes deparam, havendo sempre a preocupação de que tenham uma componente prática.

Os temas dos cursos refletem a preocupação das instituições parceiras na garantia da qualidade da execução de ensaios laboratoriais, bem como no aprofundamento de conceitos na área da metrologia aplicada e da gestão de instrumentação.

Os cursos têm tido uma elevada adesão das equipas locais.

Os impactos positivos do projeto nas instituições parceiras e nos meios técnicos dos países onde estas se inserem são diversos e muito significativos a médio-longo prazo.

Todas as ações realizadas contribuíram para o aumento da capacidade de resposta e para a crescente autonomia por parte das instituições parceiras com vista à garantia da segurança e qualidade das obras de engenharia civil, traduzindo-se no aumento da relação custo-benefício dos investimentos públicos e privados e na melhoria das condições de vida dos beneficiários finais do projeto.

OBSERVAÇÕES

Antecedentes:

- O projeto foi aprovado na XL RPFC, de 18 e 19 de fevereiro de 2020, com financiamento de 91.093,07€, aportado na íntegra por recursos sob reserva de consignação de Portugal.
- O protocolo foi assinado a 31 de maio de 2021 e a execução teve início em novembro de 2021.

-	Capacitação da Rede de Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP
ENTIDADE EXECUTORA	SECPLP/ ACNUDH
E.M. ENVOLVIDOS	Todos
GRUPO-ALVO	• Pontos Focais dos Estados-Membros para a Rede de Direitos Humanos da CPLP • Funcionários dos Estados-Membros envolvidos na preparação dos relatórios dos Estados Partes aos mecanismos dos tratados de direitos humanos e pela implementação das recomendações dos órgãos dos tratados (incluindo a Revisão Periódica Universal)
OBJETIVOS	• Implementar as ações previstas no Plano de Ação 2025-2030 da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP. • Promover a criação e o funcionamento efetivo dos Mecanismos Nacionais de Implementação, Elaboração de Relatórios e Seguimento de Recomendações de direitos humanos (NMIRF), identificando boas práticas, desafios e lições aprendidas; • Incentivar a cooperação através de intercâmbios regulares sobre os procedimentos dos mecanismos de direitos humanos (por exemplo, RPU e Órgãos dos Tratados) e outros (por exemplo, revisões nacionais voluntárias da Agenda 2030), bem como de cooperação técnica entre os Estados-Membros; • Promover sinergias entre os direitos humanos e a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas;

	- Apoiar o reforço no tratamento de temáticas específicas de Direitos Humanos, incluindo Direitos Humanos e Ambiente, e Empresas e Direitos Humanos; - Promover a cooperação entre os Estados-Membros da CPLP para o desenvolvimento de uma agenda comum de educação e cultura em direitos humanos.	
RESULTADOS ESPERADOS	- Consolidação da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP. - Partilha de boas práticas e desafios na criação e reforço dos NMIRF, bem como sobre progressos na elaboração de relatórios, no controlo e na aplicação das obrigações decorrentes dos tratados, incluindo as potenciais sinergias com a Agenda 2030. - Partilha de experiências sobre os esforços de ratificação e uso de soluções criativas e inovadoras para acelerar a ratificação dos restantes tratados de direitos humanos e protocolos facultativos	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	n.a.
	Valor consignado FE	10 000,00€.
	Valor Desembolsado	n.a.
	Saldo 30/06/2025	10 000,00€
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
OBSERVAÇÕES	- A Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP, foi criada através de Resolução aprovado pela XXVIII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em São Tomé, em agosto de 2023. - A 1ª Reunião da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP foi realizada a 19 de junho, em formato virtual. - A 11ª Reunião da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP teve lugar na Sede da CPLP, entre 11 e 12 de março de 2025, tendo nessa ocasião sido aprovado o Plano de Ação 2025-2030 da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP.	

AP72/STP/24	Realização da 9ª Assembleia-Geral da Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE)	
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.)	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	- Institutos de Administração Pública e Equivalentes da CPLP - Oportunidades de colaboração e intercâmbio, fortalecendo as capacidades técnicas e metodológicas, promovendo o desenvolvimento de programas conjuntos e a partilha de boas práticas. - Governos nacionais de cada Estado-membro participante - Melhorar as capacidades técnicas e organizacionais das suas administrações públicas, resultando numa maior eficácia das políticas governamentais e fortalecendo a qualidade da governação. - Dirigentes e trabalhadores no exercício de funções públicas em cada Estado-membro da RINAPE - Capacitação e conhecimentos que os preparam para responder de forma mais eficiente aos desafios das administrações públicas modernas, melhorando a qualidade dos serviços públicos.	

	CPLP - Reforça a cooperação multilateral, consolidando o papel da CPLP como catalisador da integração e desenvolvimento das administrações públicas dos países lusófonos.	
OBJETIVOS	- Promover o encontro presencial entre os organismos da AP e de formação da CPLP, com vista ao fortalecimento da Rede de Institutos Nacionais de Administração e Equivalentes (RINAPE) e deste modo contribuir para: - Reforçar as capacidades de gestão e as instituições de formação da Administrações Públicas da RINAPE e por consequência da CPLP; - Fomentar a qualidade da Governação; - Enfoque na transparência, integridade e ética pública; - Maior capacitação dos trabalhadores em funções públicas; - Envolvimento dos cidadãos na tomada de decisão; - Apoio ao desenvolvimento organizacional.	
RESULTADOS ESPERADOS	- Ponto de Situação das Atividades da Rede (2020-2024): Relato detalhado que cobre todas as iniciativas e projetos implementados pela rede durante este período. Destaque para os principais sucessos e desafios enfrentados, servindo como base para futuras ações. - Definição de uma Proposta de Atividades para o Período 2024-2026: Desenvolver um plano estratégico que defina os objetivos e as atividades chave para os próximos dois anos. Esta proposta incluirá ações prioritárias alinhadas com as necessidades emergentes dos membros e as tendências globais em administração pública. - Criação de uma Estratégia Comum de Comunicação: Estabelecer uma estratégia coordenada de comunicação que melhore a visibilidade das atividades da RINAPE e facilite a troca eficaz de informações entre os membros. Esta estratégia será desenhada para garantir uma comunicação clara e consistente em todos os canais e plataformas utilizados pela rede. - Reflexão sobre Estratégia de Financiamento: Iniciar uma discussão aprofundada sobre as opções de financiamento disponíveis e necessárias para suportar as atividades planeadas da RINAPE. Explorar estratégias de captação de recursos, incluindo parcerias potenciais e fontes alternativas de financiamento, para assegurar a sustentabilidade a longo prazo da rede.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	n.a.
	Valor consignado FE	25.000,00€.
	Valor Desembolsado	18.420,43€
	Saldo 30/06/2025	6.579,37€
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
OBSERVAÇÕES	- A 9.ª Assembleia-Geral (AG) da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE), realizada no Campus XXI, em Lisboa, no passado dia 06 de novembro de 2024, fez um balanço das atividades desenvolvidas pelo Secretariado técnico no período 2020-2024, analisou um conjunto de questões relativas ao seu funcionamento e apontou um conjunto de iniciativas, de curto prazo e médio/longo prazo. - Ações de curto prazo - Nesta AG consensualizou-se a preparação da "2ª edição da Academia de Liderança RINAPE", tendo sido apresentadas três manifestações de interesse: ENAPP (Angola), ENAP (Brasil) e INA, I. P. (Portugal). Considerando a disponibilidade de Angola para promover outra iniciativa no âmbito da RINAPE, ficou acordado que, após a análise do Caderno de Encargos, a ENAP (Brasil) confirmaria a disponibilidade de acolhimento. Caso não seja possível acolher o evento em Brasília, o INA, I. P. (Portugal) assegurará a 2ª edição (em Lisboa ou outra cidade a indicar). - Ficou ainda determinado que a página eletrónica do INA, I. P. (Portugal) que atualmente mantém o acervo histórico da RINAPE (em especial as atas	

	da AG), manteria esta tradição, como adicionaria outros conteúdos (gravações dos webinars e ligações para os boletins eletrónicos publicados ou a publicar). ○ O INA, I. P. (Portugal) assumiu ainda a disponibilidade para a promoção da 4ª edição do webinar da RINAPE a ser promovido em julho de 2025. ○ Fruto do trabalho de cocriação durante a AG será ainda elaborado um documento de trabalho com as propostas recolhidas ao nível de atividades, dando destaque a um projeto global (proposta de Angola) relativa à dinamização em simultâneo de um programa de conferências temáticas, ou ainda, a possibilidade de incremento de encontros virtuais/presenciais (base semestral) para debater as oportunidades e desafios colocados a esta rede. • Ações médio/longo prazo ○ Nos trabalhos da 9ªAG foram ainda referenciadas propostas de ações comuns (que serão traduzidas em documento a preparar pelo Secretariado Técnico) e que preconizam a definição de um catálogo de formações (a disponibilizar pelos membros de forma virtual ou presencial), a criação de uma base de dados visando o intercâmbio de formadores (em temas específicos), a preparação de uma oferta dedicada à deslocação e participação de profissionais das administrações públicas do universo lusófono em estágios de curta duração ou ações de intercâmbio, bem como a redefinição de uma estratégia de financiamento assente nas ligações privilegiadas de cada Membro da RINAPE.
--	--

Educação

AP53/SAL/18	Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Ministério da Educação de Cabo Verde	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	- Alfabetizadores e educadores de Jovens e Adultos - Responsáveis pelas instituições de formação inicial e continuada de alfabetizadores e educadores de Jovens e Adultos dos Estados membros	
OBJETIVOS	Reforçar a alfabetização de jovens e adultos na CPLP, no âmbito da operacionalização do Eixo II do Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP (2016-2020).	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Identificação e compartilhamento de boas práticas de alfabetização e educação de jovens e adultos, voltadas para as mulheres, tendo em vista a sua divulgação na Plataforma de Educação de Jovens e Adultos do Portal de Educação da CPLP; 2. Criação de mais programas de incentivo e apoio à participação das mulheres nos espaços educativos e formativos; 3. Estabelecer e/ou ampliar parcerias com instituições públicas e privadas, sociedade civil e outras organizações nacionais e internacionais congêneres, de modo a ampliar as redes de cooperação na área de alfabetização e educação de jovens e adultos; 4. Promoção de uma campanha conjunta de advocacia para sensibilização e mobilização, a fim de ampliar a participação das mulheres nos programas de alfabetização e educação de jovens e adultos; 5. Identificação de boas práticas sobre a formação de alfabetizadores e educadores (fóruns, chats, vídeos e outros) e os materiais digitais produzidos; 6. Construção conjunta, no âmbito da CPLP, da metodologia e dos instrumentos para a realização dos inquéritos sobre educação e alfabetização e jovens e adultos na CPLP; 7. Impulsionar o trabalho colaborativo entre os países da CPLP no domínio da Educação e Alfabetização de Jovens e adultos; 8. Produção de manuais e recursos educativos para apoio à formação de alfabetizadores, educandos e de alfabetizandos.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	24.835,80 €
	Valor consignado FE	28.835,80 €
	Valor Desembolsado	26.323,00 €
	Saldo 30/06/2025	2.512,80 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em Execução	
- A realização desta atividade contribuiu para a materialização do Eixo Estratégico I. «Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (AEJA) na CPLP» do Plano de Ação de Cooperação Multilateral em Educação 2022-2024. - A Atividade incluiu uma Conferência e uma Oficina que decorreram na Cidade da Praia, em Cabo Verde. A II Conferência teve lugar a 9 de setembro de 2024, seguida da II Oficina nos dias 10 e 11. A atividade teve, como principais objetivos, a promoção da partilha de melhores práticas e discussão técnica sobre a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, com enfoque no empoderamento das mulheres, em alinhamento com as orientações internacionais da Unesco. - Adicionalmente contribuiu para a disponibilização contínua de manuais, recursos educativos, documentários e documentação técnica para apoio à formação de alfabetizadores e educadores dos Estados membros da CPLP, através da Plataforma de AEJA da CPLP.		

• Abril 2024: concluída a prestação de contas com a apresentação das faturas e documentos comprobatórios. Prevê-se realizar uma reunião entre as estruturas competentes do SECPLP e a entidade executora com vista ao desembolso da segunda e última tranche e conclusão da atividade.	
OBSERVAÇÕES	• O projeto foi aprovado tecnicamente na XXXVII RPFC, a 12 de julho de 2018. • Financiamento foi aprovado na XXXIX RPFC, após revisão orçamental. • Por recomendação da XI Reunião dos Ministros da Educação dos Estados-Membros da CPLP, realizada em novembro de 2020, o projeto foi alvo de uma revisão devido ao contexto pandémico, provocado pela COVID19. • A ação resultou de um financiamento do Fundo Especial da CPLP, consubstanciado na assinatura de Protocolo para a implementação da Atividade AP53/SAL/18 – Oficina de Capacitação para Boas Práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP, em outubro de 2023. • A atividade contou, como entidade proponente, com a Reunião dos Pontos Focais da Educação da CPLP e, como entidade executora, com o Ministério da Educação de Cabo Verde.

Juventude e Desportos

Pr49/LIS/12	Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – Fase II
ENTIDADE EXECUTORA	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Execução Técnica Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira Parceiros: Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD) da Guiné-Bissau
E.M. ENVOLVIDOS	Guiné-Bissau e Brasil
GRUPO-ALVO	Professores/as e alunos/as da quinta fase do curso de Educação Física da ENEFD
OBJETIVOS	1. Proporcionar conteúdos e vivências formativas na arte da capoeira para os/as professores/as responsáveis pela inserção da capoeira no currículo da ENEFD; 2. Apoiar na criação de cadeiras na estrutura curricular do curso, além de conteúdos e demais ações pedagógicas ligadas à capoeira no percurso formativo dos/as estudantes da ENEFD; 3. Fomentar interculturalidades envolvendo a capoeira e as manifestações culturais locais da Guiné-Bissau, de modo a reconhecer o valor pedagógico das tradições africanas e afro-diaspóricas; 4. A médio e longo prazo, incentivar a prática da capoeira no país como forma de colaborar com a inclusão social, a cidadania e a melhoria da autoestima e da qualidade de vida de adultos, jovens e crianças.
RESULTADOS ESPERADOS	1. Domínio de habilidades, canções, ritmos, compreensão de espaço e corpo que permitam o entendimento da experiência da capoeira em suas potencialidades pedagógicas; 2. Compreensão do universo da tradição viva da capoeira na sua complexidade, multiplicidade, linguagens e linhagens a partir de uma relação mais próxima e aprofundada possível com seus mestres e mestras, grupos e escola; 3. Compreensão da capoeira em relação com outras manifestações africanas e afro-diaspóricas para subsidiar a sedimentação de um processo de ensino-aprendizagem que reconheça os potenciais pedagógicos dessas tradições vivas; 4. Inserção de cadeiras e componentes no currículo dos cursos da ENEFD ligados à relação da capoeira com a educação; 5. Indicação e disponibilização de material didático; 6. Formação dos professores da ENEFD para dar aulas sobre capoeira a partir das potencialidades pedagógicas dela; 7. Estabelecimento e consolidação da parceria interinstitucional ENEFD – UNILAB visando à continuidade e sustentabilidade do projeto e de suas experiências formativas; 8. Sensibilização da comunidade guineense para a potencialidade da capoeira como forma de inclusão social cidadania e a melhoria da autoestima e da qualidade de vida de adultos, jovens e crianças a fim de viabilizar, a médio e longo prazo, a prática da capoeira no território com esta finalidade; 9. Realização de um seminário sobre capoeira, educação e práticas culturais africanas e da diáspora;

	10. Organização de um evento/roda como ritual de finalização dessa fase projeto.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	568.901,88 €
	Valor consignado FE	536.221,80 €
	Valor Desembolsado (Fase I)	359.848,86 €
	Saldo 30/06/2025	176.372,94 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Por iniciar a Fase II	
OBSERVAÇÕES	- A Fase II será implementada na Guiné-Bissau, com o enfoque na capacitação de Professores/as e alunos/as do curso de Educação Física da ENEFD. - A Agência Brasileira de Cooperação realizou, em maio de 2022, uma missão à Guiné-Bissau para validação do documento de projeto e elaboração do cronograma de atividades.	

PR90/LIS/23	Plano de Ética no Desporto da CPLP II	
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	- Estruturas governativas dos EM envolvidos no PED/CPLP II; - Recursos Humanos afetos às instituições governativas envolvidas no projeto; - Crianças e jovens; - Pais e Encarregados de Educação; - Treinadores; - Dirigentes; Desportivos; - Professores	
OBJETIVOS	- Promoção de um desporto com Ética e Valores (justo, leal, íntegro e respeitador). - Prevenir as problemáticas associadas ao Desporto (Corrupção, Violência, Doping, Discriminação, entre outras) - Promoção da dimensão educativa do Desporto, enquanto ferramenta de desenvolvimento humano (desenvolvimento de competências, princípios e valores por via do Desporto). - Promover a temática da ética desportiva junto da população, sobretudo crianças e jovens; - Possibilitar a um conjunto alargado de instituições, clubes, associações, escolas, recursos, meios e atividades, destinados à reflexão da ética desportiva; - Colocar o tema da ética no desporto - Aproveitar os momentos desportivos de maior relevo para divulgar a temática da ética no desporto, incluindo na agenda da comunicação social;	
RESULTADOS ESPERADOS	- Recolha de informação relevante, através de um exercício de levantamento de necessidades e diagnóstico (Timor e Guiné-Equatorial) com vista a uma implementação do plano de ética adequada à realidade de cada país. - Constituição de núcleos de coordenação nacional (Timor e Guiné-Equatorial), com recursos humanos formados na área da ética e valores no desporto, capazes de gerir e implementar de forma estratégica planos de ética no desporto nos seus países. - Constituição de uma bolsa de formadores (Timor e Guiné-Equatorial) no sistema desportivo, escolar e da sociedade civil.	

	- Manter os recursos humanos dos núcleos de coordenação nacional envolvidos na 1ª fase do projeto (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) atualizados e reciclados do ponto de vista formativo. - Promoção da vivência dos valores éticos ao nível das diferentes modalidades e atividades desportivas. - Desenvolvimento de um conjunto de publicações pedagógicas, didáticas e de sensibilização, dirigidas quer a agentes desportivos, quer à sociedade em geral. - Promoção de uma campanha de promoção da ética e valores no desporto nos jogos da CPLP de 2024 (Timor).	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	79.845,60 €
	Valor consignado FE	59.520,00 €
	Valor Desembolsado	44.058,09 €
	Saldo 30/06/2025	15.461,91 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
	- O evento de lançamento da II Fase do PED decorreu na cidade da Praia, Ilha de Santiago, entre 8 e 12 de abril de 2024, onde foi realizada a formação aos núcleos de coordenação nacional/Pontos Focais, com enfoque nos novos países beneficiários que integraram a 2ª fase do projeto, ou seja, Timor-Leste e Guiné-Equatorial. - A formação em Cabo Verde decorreu no período de execução previsto, e de acordo com a metodologia previamente desenhada, com a EE a considerar que as atividades foram implementadas de forma eficaz e satisfatória. - Foram realizadas as formações de formadores na área da Educação para Valores e Ética pela prática desportiva em Timor-Leste no final de julho de 2024 e na Guiné-Equatorial, em setembro de 2024.	
OBSERVAÇÕES	A entidade executora irá deslocar uma equipa para dinamizar uma campanha de promoção da ética e valores no Desporto durante os Jogos Desportivos da CPLP, em julho de 2025, procurando tirar proveito dessa ocasião, concretamente da sua visibilidade e alcance. Nessa ocasião serão realizadas um seminário e outras atividades relacionadas com a promoção de valores e ética no desporto, com apoio e tutoria dos coordenadores do PED/CPLP	

-	Jogos Desportivos da CPLP - 2025
ENTIDADE EXECUTORA	Timor-Leste Secretaria-Geral da Conferência dos Ministros da Juventude e Desportos da CPLP (CMJD-CPLP)
E.M. ENVOLVIDOS	Todos
GRUPO-ALVO	Jovens atletas até aos 16 anos; técnicos e dirigentes de várias disciplinas e especialidades ligadas ao desporto
OBJETIVOS	Criação de um espaço privilegiado para a competição desportiva saudável e a troca de experiências e interação cultural e social
RESULTADOS ESPERADOS	- Realização bem-sucedida dos jogos nas modalidades que integram a XII edição dos Jogos; - Aproximação das comunidades, promoção de estilos de vida saudáveis e de valores éticos; - Promoção do desporto enquanto fator cultural indispensável ao processo de formação para a cidadania; - Consolidação das relações diplomáticas, económicas e sociais;

	• Reforço dos laços de solidariedade entre os Estados-Membros; • Divulgar a realidade timorense e suas potencialidades; • Promover o desporto, como um produto turístico; • Reforçar a integração de Timor-Leste na CPLP; • Descentralizar os eventos desportivos pelos municípios.	
FINANCIAMENTO	Valor Total	2.250.000,00 €
	Valor consignado FE	0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
OBSERVAÇÕES	A XIV Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (CMJD-CPLP), realizada em Luanda, a 30 de novembro de 2023 apreciou o estado de avanço na preparação da XII Edição dos Jogos Desportivos da CPLP, prevista para 2021 e 2023 e adiada para julho de 2025. Foi realizada uma missão técnica de avaliação pela SG da CMJD em março de 2025. Esta edição dos jogos decorrerá entre 17 e 27 de julho de 2025 e coincidirá com a XVI Reunião da CMJD, a realizar em Díli, entre 24 e 27 de julho de 2025, onde decorrerá também o Seminário da Ética e Antidoping no Desporto nos dias 20 e 21 de julho de 2025 e a reunião do Fórum da Juventude da CPLP nos dias 22 e 23 de julho 2025.	

AP79/LIS/25	6ª Edição da “Corrida da CPLP – Juntos contra a Fome”	
ENTIDADE EXECUTORA	In Totum Lda	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	• Os participantes da atividade, no sentido em que ao participar na atividade adotam ou reforçam a prática de estilos de vida saudáveis, contribuindo para a prevenção de doenças não transmissíveis, promoção da saúde mental e bem-estar e reduzindo os riscos nacionais e globais de saúde; • A CPLP, que alarga o seu âmbito de ação e se aproxima das comunidades lusófonas residentes em Portugal, contribuindo assim para o aumento de parcerias com a sociedade civil.	
OBJETIVOS	Realizar a 6ª Edição em Portugal da Corrida da CPLP “Juntos Contra a Fome”, contribuindo para: • Promover a adoção de estilos de vida saudáveis; • Sensibilizar a sociedade para a problemática da fome no espaço da CPLP; • Angariar fundos para o financiamento de um projeto da Campanha da CPLP Juntos Contra a Fome; • Promover a visibilidade pública da CPLP e da sua agenda, contribuindo para a aproximação das comunidades à organização; • Promover a cooperação entre os setores público e a sociedade civil; • Mobilizar as comunidades dos Estados-Membros da CPLP para a participação na atividade;	
RESULTADOS ESPERADOS	• Implementar, em maio de 2025, a 6ª Edição em Portugal da Corrida da CPLP “Juntos Contra a Fome”, com uma participação estimada de 1250 participantes; • Criar condições para uma melhor perceção pública sobre o trabalho da organização;	

	• Conseguir o envolvimento direto de vários órgãos de comunicação social na promoção e cobertura do evento; • Angariar recursos provenientes das inscrições na atividade para aplicar num projeto ainda não financiado da Campanha da CPLP “Juntos Contra a Fome”; • Criar condições para o alargamento da iniciativa a outros Estados-Membros entre 2025 e 2026, nomeadamente Angola, Cabo Verde e Timor-Leste e para a repetição da mesma em Portugal com periodicidade anual ou bienal; • Envolvimento e ativação da comunidade desportiva e, se possível, também, a comunidade cultural e artística da CPLP residente em Portugal; • Envolvimento e ativação das Observadores Associados, Observadores Consultivos, organizações internacionais, Empresas, Institutos na atividade, em particular num Seminário sobre a responsabilidade social das organizações.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	41 717,50 €
	Valor consignado FE	37 000,00 €
	Valor Desembolsado	32.600,00 €
	Saldo 30/06/2025	4.400,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluída	
A 6ª edição da “Corrida da CPLP – Juntos Contra a Fome” em Portugal, realizou-se no Centro Desportivo Nacional do Jamor, no dia 31 de maio, enquadrada no quadro dos eventos evocativos do 5 de maio, Dia Internacional da Língua Portuguesa. A corrida foi antecedida por uma Conferência sobre responsabilidade social e corporativa, dedicada ao tema “Diplomacia do Desporto na CPLP”, no dia 30 de maio, no Auditório da Federação Portuguesa de Futebol. A 6ª Edição da Corrida JcF permitiu angariar mais de 18 mil euros que reverteram integralmente para o projeto “Capacitação da Família Rural para a Segurança Alimentar e Nutricional”, a cargo da Liga dos Amigos do Paúl, na ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, um dos projetos aprovados no âmbito da “Campanha da CPLP Juntos Contra a Fome”.		
OBSERVAÇÕES	A Corrida da CPLP – Juntos Contra a Fome, é uma atividade que se enquadra na prática do desporto de lazer, saúde, bem-estar social, físico e emocional ao mesmo tempo que permite abordar e ampliar a consciência coletiva dos cidadãos da Comunidade e dos Estados-Membros para os problemas de fome e insegurança alimentar e nutricional prevalente, promovendo um espaço de ligação entre a CPLP e as Comunidades. A atividade está alinhada e adequada com os objetivos e prioridades da em vigor na CPLP na medida em que a “Corrida da CPLP – Juntos Contra a Fome”, constitui-se desde a sua origem, em 2014, como um importante alicerce da “Campanha Juntos Contra a Fome!”, uma iniciativa conjunta da CPLP e da FAO, lançada oficialmente em dia 20 de Fevereiro de 2014, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, em ato presidido pelo Primeiro-Ministro de Moçambique, no âmbito da Presidência rotativa da CPLP.	

Saúde

-	1º Seminário Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários na CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Comissão Temática da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional dos Observadores Consultivos da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	As populações e/ou comunidades beneficiárias por via do fortalecimento de estratégias promotoras dos CSP nos seus respetivos Estados-Membros	
OBJETIVOS	Realizar o 1º Seminário Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários na CPLP: - Promover a adoção de estilos de vida saudáveis - Sensibilizar organismos de governo e a sociedade para a importância dos CSP no espaço da CPLP - Promover interface da saúde com a segurança alimentar e nutricional e hábitos saudáveis de vida - Mobilizar as comunidades dos Estados-Membros da CPLP para a importância do tema - Promover a cooperação entre os setores público e a sociedade civil - Responder, concretamente, às diretrizes do PECS CPLP no que respeita o fortalecimento dos CSP	
RESULTADOS ESPERADOS	1º Seminário Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários na CPLP realizado e amplamente participado - Importância dos CSP no planeamento de políticas públicas e nos processos de tomada de decisão reforçada - Envolvimento das Observadores Associados, Observadores Consultivos, organizações internacionais, Empresas, universidades e Institutos num diálogo conjunto e em atividades de cooperação multinível e multiatores de promoção da importância dos CSP - Cumprimento do estabelecido no PECS-CPLP 2023-2027 nos Eixos 1 e 2 - Partilha de experiências no que respeita a organização dos CSP nos diferentes Estados-Membros	
FINANCIAMENTO	Valor Total	12 000,00 €
	Valor consignado FE	12 000,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
OBSERVAÇÕES	O Seminário decorreu na sede da CPLP entre 20 e 24 de novembro de 2024. O Seminário foi amplamente participado e foi desenvolvido com base em painéis em mesas-redondas. Os temas abordados foram os seguintes: - Conferência - De Alma Ata a Astana - Enquadramento dos CSP nas estratégias da CPLP - Enquadramento nas orientações da OMS/OPAS - Agentes de proximidade - Humanização nos CSP - Planeamento dos Cuidados de Saúde Primários - Emergências no âmbito dos CSP - MR1: O papel da sociedade civil no fortalecimento dos Cuidados de Saúde Primários nos Estados-Membros da CPLP	

	– MR2: Interface da Saúde Militar com os Cuidados de Saúde Primários a populações remotas – MR3: A contribuição Parlamentar para o fortalecimento dos CSP – MR4: A importância da alimentação saudável e outras estratégias de promoção da saúde no âmbito dos CSP – Telessaúde, saúde digital e Inteligência artificial nos CSP – Avanços e desafios nos CSP na perspectiva dos gestores dos sistemas de saúde No final do Seminário foi aprovado um documento que formulou as seguintes sugestões para ações futuras da CPLP: – A realização de um workshop sobre a Planificação da Atenção à Saúde, sob coordenação da Comissão Temática da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional dos Observadores Consultivos da CPLP, em 2025, com a participação de representantes dos quadros responsáveis pelo Planeamento dos CSP nos EM, em todos os níveis (local, regional e nacional); – Realização de um diagnóstico de situação da Saúde Digital nos Estados-Membros, no decorrer do ano de 2025.
--	--

-	IV Encontro Luso Brasileiro de Avaliação em Saúde, Gestão e Translação do Conhecimento no âmbito da CPLP: da teoria à prática	
ENTIDADE EXECUTORA	• Fundação Oswaldo Cruz • Instituto de Higiene e Medicina Tropical) • Comissão Temática da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional dos Observadores Consultivos da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Estruturas representativas do setor da saúde dos: • Estados-Membros da CPLP; • Comunidade Internacional.	
OBJETIVOS	Partilhar experiências na área da avaliação em saúde, gestão e translação do conhecimento, na perspetiva da investigação, formação e cooperação internacional com foco na equidade.	
RESULTADOS ESPERADOS	• Realização do Encontro, que contempla as seguintes sessões: • Mesa 1: A qualidade na gestão das políticas e programas de saúde no contexto dos países de língua portuguesa; • Mesa 2: Avaliação, translação do conhecimento e redes de investigação em saúde; • Mesa 3: Avaliação Participativa no contexto da cooperação internacional; • Mesa 4: Avaliação de Inovações para os grandes desafios da saúde pública; • Favorecer o fortalecimento da capacidade de avaliação em saúde com ênfase nos países de língua portuguesa.	
FINANCIAMENTO	Valor Total	n.d.
	Valor consignado FE	0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
OBSERVAÇÕES	– A iniciativa permitirá, também, avançar na avaliação da implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde no contexto organizacional e comunitário, tendo em vista o propósito	

	principal, de contribuir para a monitorização e avaliação dos sistemas nacionais de saúde. – A atividade teve lugar no contexto do 6.º Congresso Nacional de Medicina Tropical – Medicina Tropical e Desenvolvimento Sustentável, organizado pelo IHMT, entre 18 e 21 de abril de 2023, em Lisboa.
--	---

-	V Reunião Ordinária da RINSP-CPLP “Tema: O Papel dos INSP na Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP”	
ENTIDADE EXECUTORA	Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP/CPLP)	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	• Membros da RINSP-CPLP, num total de 18: 2 representantes de cada INSP ou instituição congénere. Sendo um da alta direção e outro vinculado a laboratórios atuais ou potenciais de análise / controlo da qualidade de alimentos; • Membros e participantes no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), num total de 19: 9 representantes dos Estados-Membros e 1 representante por cada mecanismo; (Sociedade Civil, Academia, Setor Privado, Parlamentos e Poder Local) • Quadros do Secretariado Executivo da CPLP.	
OBJETIVOS	Discutir e propor ações para a inserção dos Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP no esforço intersectorial para enfrentar os problemas da fome e da insegurança nutricional no âmbito da CPLP.	
RESULTADOS ESPERADOS	• Refletir sobre a Fome e a desnutrição como um dos principais problemas globais de saúde e as relações entre os ODS 2, ODS 3 e demais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; • Incorporar ou fortalecer o papel dos INSP e da RINSP na investigação e elaboração de guias alimentares baseados em culturas autóctones dos países; • Contribuir para a promoção da Agricultura Urbana e Familiar, com base Agroecológica.	
FINANCIAMENTO	Valor Total	n.d.
	Valor consignado FE	35.590,60 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
OBSERVAÇÕES	Foram abordados os seguintes temas: • Fome, desnutrição e saúde; • Desigualdades sociais e situação alimentar e nutricional nos Estados-Membros da CPLP; • A produção e o acesso aos alimentos nos Estados-Membros • Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) e Plantas Medicinais; • Políticas públicas para enfrentar o problema da insegurança alimentar e nutricional; • Teoria e prática da agroecologia como instrumento para a produção solidária de alimentação saudável; • A produção e a distribuição de alimentos em âmbito urbano	

	• Teoria e prática da elaboração de guias nutricionais a partir dos sistemas alimentares locais e nacionais; • Papel dos Observatórios Nacionais de Saúde na monitorização das condições alimentares e nutricionais da população; • Estratégias de valorização da produção local para aumento da resiliência alimentar do território.
--	---

-	I Conferência da CPLP sobre One Health/ Uma Saúde (Sal, 11 a 15 de outubro de 2023)
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge de Portugal (INSA) Instituto Nacional de Saúde Cabo Verde (INSP) Secretariado Executivo da CPLP
E.M. ENVOLVIDOS	Todos
GRUPO-ALVO	• Membros da RINSP-CPLP • Membros da RENSP-CPLP • Membros da RETS-CPLP • Redes de Investigação do PECS-CPLP
OBJETIVOS	• Abordar os problemas intersectoriais de saúde associados à compreensão da dimensão "Uma Saúde/Saúde Única" • Debater a necessidade de reforçar mecanismos de diálogo e coordenação entre as áreas da ciência e da política visando o fortalecimento da atuação da conjunta na CPLP em matéria de capacitação, partilha de experiências, iniciativas em rede, desenvolvimento de parcerias e promoção de respostas coletivas e solidárias, de curto, médio e longo prazo, que contribuam para a melhoria dos processos de tomada de decisão e formulação de políticas públicas sustentáveis
RESULTADOS ESPERADOS	• Refletir sobre a complexa inter-relação que se estabelece na forma como são prestados cuidados sanitários para humanos, animais e meio-ambiente; • Avaliar a necessidade de se promover sistemas de vigilância epidemiológica de doenças infecciosas emergentes e reemergentes e a criação de sistemas fortes e estáveis de resposta a emergências através de serviços de saúde pública, animal e ambiental bem como de estratégias efetivas de comunicação • Analisar os desenvolvimentos recentes observados na epidemiologia das doenças infecciosas humanas, das doenças comuns aos homens e animais, doenças dos animais e das plantas; • Debater a criação de uma ferramenta da CPLP que congregue dados comunitários comuns relativos a vigilância epidemiológica • Discutir a necessidade de desenvolvimento de programas de formação biomédica pós-graduada intra-CPLP, focados em competências nas áreas de rastreio e diagnóstico laboratorial, vigilância e monitorização e modelos preditivos • Discutir a necessidade de se promover sistemas de vigilância epidemiológica de doenças infecciosas emergentes e reemergentes e a criação de sistemas fortes e estáveis de resposta a emergências através de serviços de saúde pública, animal e ambiental bem como de estratégias efetivas de comunicação

FINANCIAMENTO	Valor Total	n.d.
	Valor consignado FE	8.320,25 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
OBSERVAÇÕES	- Na VI Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, realizada em Luanda, a 25 de março de 2022, foram aprovadas diversas deliberações no âmbito do Plano de Ação 2022 – 2024, entre as quais a “Realização de uma Conferência da CPLP sobre “One Health/Uma Só Saúde”, em Cabo Verde, até ao final de 2023”. - Esta decisão seria posteriormente reforçada pelas resoluções da IV Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da CPLP, realizada a 9 de março de 2023, que aprovou o “Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP – PECS-CPLP 2023-2027”, no qual se previa a efetivação da “I Conferência da CPLP sobre One Health/ Uma Saúde”, no âmbito do seu “Eixo 5. Monitorização dos ODS”. - O programa preliminar da conferência foi apresentado em Maputo, a 9 de junho, no âmbito da V Reunião Ordinária da Rede de Institutos Nacionais de Saúde da CPLP (RINSP-CPLP), tendo sido posteriormente revisto até à sua versão final.	

Segurança Alimentar e Nutricional

Coop. Externa	Criação de Centro de Competências em Agricultura Familiar Sustentável da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	ACTUAR e FAO, com apoio do SECPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Localizado em São Tomé e Príncipe. Todos EM envolvidos.	
GRUPO-ALVO	Agricultores, técnicos governamentais	
OBJETIVOS	Capacitar os atores relevantes, em particular formadores e agricultores e dinamizar uma rede de referência para intercâmbio de conhecimentos e cooperação sobre agricultura sustentável e agroecologia na CPLP.	
RESULTADOS ESPERADOS	• Criação de um Centro de Competências em AF Sustentável da CPLP; • Capacitação e Criação de Rede da CPLP de agroecologia.	
FINANCIAMENTO	Valor Total	392.000,00 USD
	Valor consignado FE	0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
OBSERVAÇÕES	• A criação do CCAFS decorre da decisão tomada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP em 2015, na sequência de solicitação apresentada pelos agricultores e organizações da sociedade civil da CPLP, reunidas no Mecanismo da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP. • A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) aprovou um financiamento para apoiar a criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar (CCAFS) e promover a formação e intercâmbios de conhecimentos para o desenvolvimento de capacidades em agricultura familiar e agroecologia na região. • O Centro está sediado no CATAP – Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário em São Tomé e Príncipe e oferece cursos a todos os Estados membros da CPLP em carácter presencial e à distância, promovendo, também intercâmbios de conhecimentos entre agricultores e quadros técnicos dos países da CPLP. • Este Centro de Competências tem como objetivo estimular a cooperação entre os países da comunidade em prol da agricultura sustentável, da agroecologia e do acesso à alimentos saudáveis por toda a população. • O Centro promove ações de para construção de capacidades de quadros técnicos do governo, sociedade civil e setor privado, bem como formações iniciais de formadores. • O Centro conta com uma página internet, disponível em: https://conectagroecologia.net/pt/ccafs. • O IV CONSAN_CPLP, realizado em São Tomé, 24 de agosto de 2023, decorreu nas instalações do CCAFS- Centro de Competências; • No âmbito do programa da XLIX RPFC, em julho 24, os PFC realizaram uma visita aos CCAFS, tendo nessa ocasião sido realizada uma apresentação da sua estratégia e plano de atividades; • Permanece o desafio da sustentabilidade do Centro, necessitando de um grau maior de a apropriação pelos EM na sua utilização e dinamização.	

H2014030	"No nutrison, no vida" (A nossa nutrição, a nossa vida)	
ENTIDADE EXECUTORA	Associação de Cooperação com a Guiné-Bissau	
E.M. ENVOLVIDOS	Guiné-Bissau	
GRUPO-ALVO	Crianças e Mulheres do Setor de Cacheu	
OBJETIVOS	Contribuir para a capacitação da população de <i>tabancas</i> do Setor de Cacheu para hábitos alimentares mais saudáveis através do incentivo à produção e consumo de alimentos locais e diversificados.	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Sensibilizadas crianças, mulheres e a comunidade em geral para a importância de uma alimentação saudável e para o uso de produtos locais; 2. Reforçadas associações/organizações locais em termos de capacitação na área da educação alimentar; 3. Criadas hortas comunitárias produtivas e dinâmicas; 4. Facultada divulgação pública de qualidade: - Permanente, nas tabancas, através de painéis publicitários com a graduação da importância dos alimentos e hábitos de alimentação saudável; - Desdobráveis, no Centro de Saúde, Maternidade e escolas de Cacheu, como ferramenta facilitadora do trabalho de sensibilização; 5. Reforçado o Centro de Recursos de Cacheu com bibliografia relacionada com educação nutricional.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	43.617,88 €
	Valor consignado FE	37.097,88 €
	Valor Desembolsado	33.381,73 €
	Saldo 30/06/2025	3 716,15 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	
• As atividades realizadas foram as seguintes: ○ Constituição de grupos de trabalho, nomeadamente técnicos de saúde, professores e diretores de escolas, Associações locais (APDC – Associação de Pessoas com Deficiência de Cacheu) Cruz Vermelha; Missão católica; Administração local, líderes das tabancas e elementos diversos da comunidade, assim como na participação das ações previstas (Formação de Educação Alimentar e painéis publicitários). ○ Foram organizadas sessões de Educação Alimentar. ○ Criou-se um grupo extra de jovens mulheres estudantes (Centro de Formação) que manifestou interesse e motivação na participação em várias ações tendo integrado ativamente as mesmas. ○ No grupo das mulheres das Tabancas mobilizaram-se e manifestaram interesse em se organizarem como Associações de Mulheres, comprometendo-se com a sua mão-de-obra no trabalho agrícola, e na diversificação de culturas. ○ Foram organizadas Oficinas de horticultura reforço das capacidades técnicas das mulheres na preparação dos terrenos, construção de canteiros, ciclo biológico/ano hortícola, escolha dos terrenos, ferramentas agrícolas, culturas hortícolas, viveiros, construção de canteiros definitivos, calendários hortícolas, gestão financeira e de recursos, técnicas e formas de rega, tempo de trabalho apropriado a cada horticultura e controlo de pragas. ○ Através da rádio, e do programa radiofónico semanal apresentado à comunidade reforçaram-se os conhecimentos e divulgaram-se temas relacionados com a educação alimentar a toda a população. ○ Foram criadas hortas nas tabancas identificadas, de suporte às oficinas de horticultura, produzindo produtos agrícolas que serão utilizados nas oficinas. De uma forma global as hortas servem de		

modelo de trabalho coletivo que permitindo no futuro rendimento e sustentabilidade da comunidade. Foram construídos cinco painéis publicitários sobre a importância dos alimentos e hábitos de alimentação saudável e foi reforçada a biblioteca do Centro de Recursos com a aquisição de livros sobre educação alimentar e nutricional.	
OBSERVAÇÕES	- O período de execução do projeto foi de 1 de novembro de 2021 a 31 de outubro de 2022. - Relatório final remetido em 14 de abril 2023.

H2024031	Superar a Sobrevivência (Campanha JcF)	
ENTIDADE EXECUTORA	Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM)	
E.M. ENVOLVIDOS	Moçambique	
GRUPO-ALVO	Agricultores e Mulheres do Distrito de Monapo, Nampula	
OBJETIVOS	- Melhorar a qualidade da dieta alimentar das famílias e reduzir o efeito das doenças - Diversificar as culturas e as práticas agrícolas - Reduzir a incidência de desnutrição (através do melhoramento das condições de educação alimentar e nutricional) sobretudo de crianças e mulheres durante a gravidez e lactação - Consciencializar a população e valorizar o papel da mulher, para a promoção da segurança alimentar	
RESULTADOS ESPERADOS	- Aumento do número de associações de jovens agricultores, sobretudo com mulheres na liderança; - Agricultores mais capacitados, com maior competência e motivação para gerir a produção agrícola; - Agricultores com mais poder económico (aumento da renda familiar) - Diversificação das formas de comercialização (pós transformação) - Aumento da venda dos produtos, em época fora da colheita - Aumento da segurança alimentar das populações - Diversificação da dieta alimentar - Adolescentes e jovens mães mais informadas - Adolescentes e jovens mães com uma melhor dieta alimentar, reduzindo casos de desnutrição - Professores mais sensibilizados para tratar dos assuntos da dieta alimentar e combate à má nutrição - Identificação de crianças desnutridas	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	50.700,00 €
	Valor consignado FE	36.866,80 €
	Valor Desembolsado	18.433,40 €
	Saldo 30/06/2025	18.433,40 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
Encontra-se em fase de preparação a 1º atividade do projeto: Intercâmbio com técnicos do SDAE, que se realizará entre os dias 10 e 15 de agosto, no Malawi. A escolha do novo destino é justificada pelos custos financeiros e pela semelhança ecológica e climática entre os dois países. Seis técnicos selecionados irão participar numa formação de quatro dias no ICRAF, na sua sede em Lilongwe, Malawi. O ICRAF (Centro Internacional de Investigação Agroflorestal) é uma organização reconhecida que desenvolve soluções sustentáveis baseadas na ciência, promovendo uma gestão responsável dos recursos naturais e o fortalecimento das comunidades locais. Este momento de formação e capacitação terá como foco em áreas-chave como: utilização eficiente da água; desenvolvimento e uso de variedades de culturas resistentes à seca e ao calor; aplicação de técnicas de		

conservação do solo e da água; restauração da matéria orgânica do solo; implementação de boas práticas agrícolas na gestão de pragas e doenças.	
OBSERVAÇÕES	- O financiamento para esta atividade foi aprovado pela XLVII RPFC, reunida em Díli, a 14 e 15 de março de 2024; - O protocolo de financiamento foi assinado entre as partes em fevereiro de 2025; - Considerando o tempo decorrido desde a apresentação do projeto, o SECPLP solicitou à EE a revisão dos procedimentos, face aos dados mais atuais, tendo em consideração a manutenção dos objetivos, e público-alvo definidos;

-	Apoio ao funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP)	
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Técnico Permanente do CONSAN-CPLP Mecanismos de facilitação de representação no CONSAN-CPLP Secretariado Executivo da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos os EM	
GRUPO-ALVO	Membros e participantes no CONSAN-CPLP	
OBJETIVOS	- Reforçar o funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP enquanto espaço de articulação multissetorial da CPLP para os temas da ESAN-CPLP - Reforçar a participação qualificada no CONSAN-CPLP dos membros participantes no CONSAN-CPLP, nomeadamente dos mecanismos de facilitação da participação no CONSAN-CPLP	
RESULTADOS ESPERADOS	- CONSAN-CPLP operacional e apto a apoiar os órgãos da CPLP dentro da sua área de competência - Reforço das capacidades e mandato do CONSAN-CPLP - Melhoria no processo de participação e no processo de tomada de decisão do CONSAN-CPLP - Normalização das contribuições voluntárias regulares para o orçamento de funcionamento do CONSAN-CPLP - Elevar a institucionalidade do CONSAN-CPLP - Fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional na CPLP e nos seus Estados-Membros - CONSAN-CPLP reconhecido globalmente como referência de mecanismo intersetorial e participativo de concertação segurança alimentar e nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada e Sistemas Alimentares - Reforço de espaços de articulação multissetoriais existentes	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	n.d.
	Valor consignado FE	47.779,12 €
	Valor Desembolsado	0,00€
	Saldo 30/06/2025	0,00€
GRAU DE EXECUÇÃO	Em identificação	
OBSERVAÇÕES	- O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) é um mecanismo de cooperação da CPLP, uma plataforma ministerial e multi-actores constituída para a coordenação das políticas e programas desenvolvidos na área de segurança alimentar e nutricional e para a assessoria à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP no que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade. - Foi criado em 2012, por Resolução do XVII Conselho de Ministros da CPLP em, Maputo, em julho de 2012.	

	• É um fórum que tem como objetivo de contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, com base no Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. • Embora as decisões e recomendações do CONSAN-CPLP não sejam vinculativas de obrigações para os Estados-Membros, os membros do CONSAN-CPLP deverão promover, na medida e forma possíveis, a transposição para os seus ordenamentos jurídicos nacionais das recomendações do CONSAN-CPLP aprovadas pela Cimeira • Onze anos depois da sua criação e após 4 reuniões ordinárias e duas extraordinárias, o CONSAN-CPLP não dispõe de um orçamento regular que assegure o seu funcionamento e sustentabilidade. • O SECPLP enviou aos EM Nota verbal nº 63 de 24 de janeiro de 2024, onde recorda o ponto decisório n.º 3 da IV CONSAN-CPLP que regista "a necessidade de acelerar o reforço das contribuições financeiras voluntárias dos Estados-Membros para viabilização das atividades aprovadas no quadro do CONSAN-CPLP, para execução do Plano de Atividades da ESAN-CPLP, conforme deliberações da Resolução sobre a Constituição do CONSAN-CPLP (Maputo, julho de 2012).
--	---

-	Apoio ao Desenvolvimento do Plano de Trabalho da ESAN-CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Técnico Permanente do CONSAN-CPLP Mecanismos de facilitação de representação no CONSAN-CPLP Secretariado Executivo da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos os EM	
GRUPO-ALVO	Estados-Membros Membros e participantes no CONSAN-CPLP	
OBJETIVOS	• Melhorar a programação das atividades de cooperação ao nível da CPLP no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional • Reforçar o grau de execução e alcance das atividades propostas nos Planos de Ação da ESAN-CPLP	
RESULTADOS ESPERADOS	• Atividades contantes do Plano de Trabalho da ESAN-CPLP financiadas e em execução • Realização progressiva do direito à alimentação e nutrição adequadas • Reforço da coerência das políticas nacionais e comunitária	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	n.d.
	Valor consignado FE	96.124,64€
	Valor Desembolsado	0,00€
	Saldo 30/06/2025	0,00€
GRAU DE EXECUÇÃO	Em identificação	
OBSERVAÇÕES	• A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN - CPLP), aprovada pelo XVI Conselho de Ministros da CPLP, em 2011, tem como perspetiva a concretização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada nos Estados-Membros da Comunidade, estando assente sobre três pilares essenciais: i) fortalecimento da governança em segurança alimentar e nutricional, ii) promoção da proteção social e nutrição dos grupos mais vulneráveis e iii) promoção da agricultura familiar; • O monitoramento simplificado da ESAN-CPLP, a realizar-se a cada 2 anos e que reporta ao CONSAN-CPLP e à Conferência de Chefes de Estado da CPLP, é fundamental para o melhor desempenho dos compromissos políticos no âmbito	

	da Segurança Alimentar e Nutricional, em particular a concretização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada. • O Brasil, consignou 100.000 € dos recursos alocados ao Fundo Especial da CPLP, a atividades do Plano de Trabalho da ESAN_CPLP; • Desses recursos foram executados 12.000€, para cofinanciamento de atividade realizada à margem da 52ª Sessão do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), outubro de 2024, em Roma; prevista no Plano de Trabalho da ESAN-CPLP, 2022-2024, aprovado pelo IV CONSAN_CPLP, nomeadamente as atividades 6 e 7: "Concertação da participação da CPLP em fóruns e processos globais no tema da Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada e Sistemas Alimentares"; "Mapeamento participativo da situação institucional dos Conselhos Nacionais de SAN nos Estados-membros"
--	--

POLDIP014		Diálogos CPLP - Cimeira Nações Unidas para Sistemas Alimentares Sustentáveis	
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos os EM		
GRUPO-ALVO	Estados-Membros		
OBJETIVOS	• Intercâmbio de conhecimentos e lições aprendidas pela CPLP na promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis, contribuindo para o: • Fortalecimento das estruturas de governação da Segurança Alimentar nos Estados-Membros da CPLP • Reforço da cooperação da CPLP na promoção de sistemas alimentares territoriais, e a • Preparação da contribuição da CPLP para o debate global sobre o reforço da cooperação internacional para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis.		
RESULTADOS ESPERADOS	• Capacidades dos membros e participantes do Conselhos Nacionais de SAN dos Estados-Membros fortalecida; • Principais constrangimentos para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis identificados; • Ações para reforço da arquitetura de governança e promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e dietas saudáveis no conjunto dos Estados-Membros identificadas; • Experiências e posicionamento da CPLP na Cimeira das Nações Unidas para Sistemas Alimentares Sustentáveis partilhadas e definido, e • Visibilidade e reforço da cooperação da CPLP para a transformação dos seus sistemas alimentares e respetiva contribuição para os objetivos da Agenda 2030 incrementada.		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		181.962,59 €
	Valor consignado FE		181.962,59 €
	Valor Desembolsado		146.325,00 €
	Saldo 30/06/2025		0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluída		
OBSERVAÇÕES	• Em setembro de 2021, teve lugar a Cimeira de Sistemas Alimentares, convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, em 2019, como parte da Década de Ação para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento		

	Sustentável (ODS) até 2030, todos eles, em algum grau, relacionados e/ou dependentes da existência de sistemas alimentares mais sustentáveis. • Todos os países e organizações interessadas foram convidadas a contribuir para um diálogo e construção coletiva de uma orientação global para uma transformação dos sistemas alimentares sustentáveis, tendo por base a sua estreita relação com a realização da Agenda 2030 e dos ODS. • Os Estados-Membros da CPLP têm dado passos muito significativos desde a aprovação, em 2011, ESAN-CPLP e da criação do seu órgão de governança, o CONSAN-CPLP, estrutura com uma arquitetura multinível, em diálogo com os Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e com a participação de diversas áreas setoriais de governo e representantes da sociedade civil, academia e setor privado, reconhecendo-se que é um elemento diferenciador da CPLP à escala global e uma boa prática a fortalecer e a partilhar com outras regiões e países. • O Secretariado Executivo da CPLP, com apoio do Camões ICL, patrocinou a realização de diálogos nacionais nos Estados-Membros da Comunidade, em sede dos seus Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, com vista promover uma reflexão sobre os constrangimentos e potencialidades para construção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis em cada Estado e a importância do Conselho nesse processo. • Os resultados destes diálogos foram discutidos na III Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP, em julho de 2021, em Luanda, no âmbito da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. • Esta estratégia foi apresentada na Cimeira sobre Sistemas Alimentares das Nações Unidas, representando uma contribuição da CPLP para a prossecução da Agenda 2030, em particular para a realização dos ODS 1 e 2, mas também, pela ampla transversalidade do tema, para os ODS 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16 e 17 e potenciou o lançamento de uma proposta de "Coligação Internacional para a Promoção de Sistemas Alimentares Territoriais Sustentáveis".
--	--

H2025	Promoção do aumento da produção e comercialização de hortícolas nas associações Maria Guebuza e Nova Família, no distrito de Ribáuè, Nampula, Moçambique (Campanha JcF)
ENTIDADE EXECUTORA	MIRUKU, Cooperativa de Responsabilidade Limitada
E.M. ENVOLVIDOS	Moçambique
GRUPO-ALVO	Pequenos produtores de hortícolas membros das associações Maria da Luz Guebuza e Nova Família no distrito de Ribáuè, província de Nampula: – 27 membros (17 mulheres) da Associação Maria da Luz Guebuza, localizada na localidade de Iapala com 3 hectares de terra para hortícolas. – 25 membros da associação Nova Família, localizada em Saua Saua A na Localidade de Matharya com 6 hectares de terras dedicada à produção de hortícolas.
OBJETIVOS	• Melhorar a eficiência de rega através da redução das perdas de água durante o transporte e distribuição com recurso ao revestimento dos canais de irrigação através do uso do material de baixo custo. • Melhorar a capacidade de oferta de hortícolas frescas (ex.: tomate, pimento, cenoura) pelas associações de pequenos produtores, distribuída ao longo de todo o ano, através da provisão da assistência técnica e capacitação na planificação e gestão, adopção de boas práticas agrícolas e gestão pós- colheita.

RESULTADOS ESPERADOS	• 1,500 Metros e 300 metros de canais de irrigação das associações Maria da Luz Guebuza e Nova Família, respetivamente reabilitados e revestidos com material de baixo custo. • A produtividade agrícola de hortícolas nas associações beneficiadas aumentar em pelo menos 25%; • Pelo menos 5,000 toneladas anuais de hortícolas produzidas e comercializadas pelas duas associações, cobrindo todo o ano; • A renda dos pequenos produtores das duas associações aumenta, em pelo menos, US\$1000 ao ano. • Associações organizadas com planos de produção em uso, registos completos e liderança ativa.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	35.637,46 €
	Valor consignado FE	35.637,46 €
	Valor Desembolsado	0,00 €
	Saldo 30/06/2025	35.637,46 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em fase de arranque	
OBSERVAÇÕES	• O financiamento para esta atividade foi aprovado pela XLIX RPFC, reunida em Malabo, a 2 de abril de 2025; • Considerando o tempo decorrido desde a apresentação do projeto, o SECPLP solicitou à EE a revisão do documento de atividade, face aos dados mais atuais, tomando em conta a manutenção dos objetivos, e público-alvo definidos; • A versão revista do documento de atividade foi submetido em julho de 2025.	

Turismo

COOPPT021	Cooperação no domínio do Turismo no contexto da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Turismo de Portugal – Execução Técnica Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Organismos oficiais de turismo dos Estados-Membros da CPLP	
OBJETIVOS	Reforçar o papel do Turismo no âmbito da CPLP através da implementação de ações/projetos previstos no PECTUR-CPLP - Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP nomeadamente dos compromissos assumidos por Portugal.	
RESULTADOS ESPERADOS	1. Implementação do PECTUR-CPLP – Plano Estratégico de Cooperação em Turismo; 2. Capacitação de técnicos e de formadores das instituições responsáveis pelo Turismo nos Estados-Membros da CPLP; 3. Divulgação das oportunidades de investimento em Turismo nos Estados-Membros da CPLP; 4. Promover e agilizar os processos de rentabilização e preservação de património público dos Estados-Membros da CPLP que se encontra devoluto, tornando-o apto para afetação a uma atividade económica com finalidade turística; 5. Melhorar a visibilidade e relevância do Turismo no contexto da CPLP.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	188.788,70 €
	Valor consignado FE	188.788,70 €
	Valor Desembolsado	108.880,68 €
	Saldo 30/06/2025	79.908,02 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
No âmbito desta atividade foram realizadas as seguintes ações:		
• 17 a 27 de junho de 2022 – Formação Online a Inspetores Estagiários de Jogos, • 4 e 5 de julho de 2022 - Academia de Formadores Fórum Turismo; • 10 a 14 de outubro de 2022 - Ação de Capacitação para a Direção-Geral de Turismo e Hotelaria de São Tomé e Príncipe; • 14 a 18 de novembro de 2022 - Formação em Marketing Digital. • 5 a 9 de junho de 2023 - Ação de Capacitação sobre o Programa REVIVE destinada a técnicos do Instituto de Turismo de Cabo Verde; • 12 a 16 de junho de 2023 - Ação de capacitação em Marketing Digital dirigida aos técnicos de promoção e marketing do Instituto de Turismo de Cabo Verde e a entidades autárquicas e privados. A formação abordou tópicos como: redes sociais, gestão de conteúdos e escrita para suportes digitais, customer journey (a viagem do consumidor), personas/segmentação, estratégias digitais, métricas e KPIs, etc; • 11 e 12 de julho de 2023 - Academia de Formadores. Tal como nas edições anteriores, a ação de capacitação foi dirigida a formadores de turismo, e • 11 a 14 de setembro de 2023 - Ação de Capacitação em Estatísticas, dirigida aos técnicos dos Estados-Membros da CPLP ligados às estatísticas e ao conhecimento em turismo; • 3 e 8 de dezembro de 2023 - Ação de Capacitação e implementação programa Revive CPLP – Angola, destinada aos técnicos da cultura, turismo, património e economia de Angola, prevista decorrer em Luanda, mas adiada por razões imponderáveis, para 2024. • Entre 11 e 15 de março de 2024 foi realizada uma ação de capacitação na área do Marketing Digital, dirigida a 5 técnicos de promoção e marketing do INFOTUR – Instituto de Formação Turística de Angola, realizada na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal		

OBSERVAÇÕES	• Projeto inicial foi reforçado em dezembro de 2019 com 45.000€ adicionais, para cumprir o mesmo objetivo geral. Em 2022, foi efetuada uma nova contribuição para o Fundo Especial da CPLP, para reforço da execução do PECTUR-CPLP. • Foi realizada no dia 3 de maio de 2023, uma Reunião Extraordinária dos Pontos Focais de Turismo da CPLP, sob a Coordenação do Gabinete Jurídico e Intercâmbio do Ministério da Cultura e Turismo de Angola, na qualidade de Presidência de Angola da CPLP. Participaram da Reunião, os Pontos Focais de Turismo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A agenda e os trabalhos da Reunião incidiram sobre o balanço da execução do Plano de Trabalho 2022-2024, tendo sido analisados os seguintes eixos: (1) Promoção do Turismo Responsável / Sustentável; (2) Informação e Monitoramento; (3) Formação e Capacitação; (4) Inovação, Investigação e Novas Tecnologias; (5) Empreendedorismo e Promoção de Investimentos; (6) Mobilidade e Circulação; (7) Promoção e Divulgação Turística. De igual forma, foram apreciadas algumas atividades que se esperava ser possível dinamizar no período de execução do Plano, como a concretização do lançamento de um concurso público para a "Marca Turística da CPLP", a revisão do "Memorando de Entendimento entre a CPLP e a Organização Mundial do Turismo (OMT)".
-------------	---

5. ATIVIDADES DE ÁREAS NÃO ALINHADAS COM O DEC 2020-2026

Comunicações e Agenda Digital

-	Carta da CPLP de Direitos e Princípios em Ambientes Digitais	
ENTIDADE EXECUTORA	Em identificação	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos os Estados-Membros	
GRUPO-ALVO	Estados-Membros	
OBJETIVOS	Promover a cooperação na obtenção de apoio para o desenvolvimento e a transformação digital da CPLP, de forma ética, sustentável e resiliente, e para a edificação de uma Sociedade da Informação (SI) centrada na pessoa, justa, equitativa, inclusiva e segura	
RESULTADOS ESPERADOS	- Incrementar a cooperação comunitária para uma transformação digital resiliente que assegura a proteção dos direitos existentes "offline" em ambientes digitais, em temas como: - Direitos e Liberdades em Ambiente Digital - Conectividade e inclusão digital - Privacidade e Cibersegurança - Liberdades de expressão, de informação, de participação e de associação - Proteção da criança e do adolescente - Educação digital e midiática - Serviços públicos digitais - Economia digital justa, inclusiva e segura - Sustentabilidade e uso ético e responsável das tecnologias - Assistência e cooperação para a transformação digital	
FINANCIAMENTO	Valor Total	n.d.
	Valor consignado FE	0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em identificação	
OBSERVAÇÕES	- A XI Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP (RMCOM) decorreu em Luanda, em julho de 2023, tendo tido como tema "Desafios das Comunicações da CPLP na Era Digital". A reunião debateu o papel das soluções digitais na erradicação da pobreza, considerando que o setor das Comunicações se reveste de primordial importância para assegurar a eficácia e eficiência dos serviços prestados pelo Estado - A RMCOM realçou a necessidade de reforço da cooperação nos domínios da cibersegurança, proteção de dados pessoais e setor espacial, tendo-se instando à preparação e adoção de uma "Carta de Direitos e Princípios Digitais da CPLP". Apesar de reconhecer o papel da "Agenda Digital para a CPLP" como guião estratégico em matéria digital para a formulação e implementação de iniciativas digitais pelos Estados-Membros, a RMCOM analisou diversos constrangimentos que se colocam à sua implementação no contexto da Comunidade. - No seguimento da RMCOM foi dinamizado um processo de articulação entre os Estados-Membros para cumprimento da Resolução aprovada pela XIV CCEG, em 25 de agosto de 2023, sobre uma "Carta da CPLP de Direitos e Princípios em Ambientes Digitais", que culminou com a consolidação de um texto final aprovado pela 269ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente, de março de 2024.	

Defesa

-	Colégio de Defesa da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Ministério da Defesa Nacional de Moçambique- Instituto Superior de Estudos de Defesa	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Oficiais superiores ou civis equiparados dos Estados-Membros da CPLP	
OBJETIVOS	• Potenciar a cultura da Defesa entre os Estados Membros da CPLP, contribuindo para a sua coesão; • Promover a cooperação e o intercâmbio científico entre os Estados Membros da CPLP na área da Defesa; • Contribuir para que os Estados Membros da CPLP sejam, cada vez mais, promotores de Segurança nas regiões onde se inserem; • Capacitar oficiais das forças armadas, das forças de segurança e técnicos superiores dos Estados Membros da CPLP para ocuparem cargos na estrutura da Defesa dos respetivos países ou para participarem nos órgãos e atividades da Componente de Defesa da CPLP; • Contribuir para o reforço e a edificação de estruturas de ensino militares e de Defesa nos Estados Membros.	
RESULTADOS ESPERADOS	• Caracterização do ambiente geopolítico/estratégico do espaço da CPLP melhorado. • Planeamento estratégico de Defesa e a sua articulação no contexto da CPLP incrementado. • Níveis de organização da componente de Defesa da CPLP aperfeiçoados. • Dinâmica dos contactos e parcerias com as organizações internacionais numa perspetiva de prevenção e resolução de conflitos incrementada. • Conceitos e doutrinas no âmbito das Operações de Resposta a Crises e Planeamento de Operações de Apoio à Paz partilhados, internalizados e aperfeiçoados. • Resposta da CPLP a situações de catástrofe e de crise humanitária aperfeiçoada. • Cooperação Técnico-Militar entre Estados Membros da CPLP incrementada. • Sistemas de Segurança e Defesa nos Estados Membros da CPLP melhorados. • Nível de análise dos riscos, ameaças, desafios e tendências dos conflitos modernos incrementada.	
FINANCIAMENTO	Valor Total	n.d.
	Valor consignado FE	0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Por iniciar.	
OBSERVAÇÕES		

-	Exercícios Militares da Série FELINO (2023 a 2025)	
ENTIDADE EXECUTORA	Ministério da Defesa da Guiné-Bissau para o Formato na Carta (2023); Ministério da Defesa de Portugal para o formato Forças no Terreno (2023)	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Forças Armadas dos Estados-Membros	
OBJETIVOS	Treinar a organização, o planeamento, Comando e Controlo de Operações de Apoio à Paz (AP) e de Ajuda Humanitária (AH) no quadro de resposta de uma situação de crise, com uma Força-Tarefa-Conjunta-Combinada, edificada pelas Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP, atuando sob égide da ONU.	
RESULTADOS ESPERADOS	• Incremento da interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros; • Incremento da possibilidade da sua participação em Operações de AP e AH, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).	
FINANCIAMENTO	Valor Total	n.d.
	Valor consignado FE	0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Por iniciar	
	• O contexto da pandemia inviabilizou a realização do Exercício em 2020 e obrigou ao ajustamento do calendário inicialmente previsto. • A 22ª Reunião de CEMGFA, realizada a 21 de maio de 2021 aprovou a seguinte calendarização: ▪ 2022 - Guiné-Bissau, formato "Em carta"; ▪ 2023 – Portugal, formato Forças no Terreno; ▪ 2024 – Guiné Equatorial, formato Em Carta; ▪ 2025 – Brasil, formato Forças no Terreno. • A calendarização foi objeto de aprovação pela XX Reunião dos Ministros da Defesa, realizada a 1 de junho de 2021, mas veio a sofrer alterações a pedido da Guiné-Bissau que solicitou a realização do Exercício Felino formato na carta em 2023. Esta alteração foi apreciada pela 23ª Reunião de CEMGFA, realizada por videoconferência, a 20 de abril de 2022, e posteriormente confirmada pela XXI Reunião de Ministros, realizada na Cidade da Praia, a 25 de maio de 2022. Os demais exercícios mantêm a calendarização prevista.	
OBSERVAÇÕES	As modalidades de realização dos Exercícios Felino têm vindo a ser objeto de reflexão com vista à sua contínua atualização e crescente eficácia. Assim, e não obstante uma apreciação globalmente positiva, têm sido introduzidos aspetos inovadores: • Abertura à participação de observadores internacionais: a edição 2018/18 contou com observadores das forças armadas dos Estados Unidos e do Comité Internacional da Cruz Vermelha, cuja participação foi articulada entre o SECPLP, através da Direção de cooperação e da assessoria político-diplomática, com o Secretariado Permanente dos Assuntos de Defesa; • A participação dos serviços de Saúde Militar, inclusive com a assistência medica-medicamentosa às populações e entrega de assistência humanitária.	

Economia e Comércio

AP63/STP/23	Instalação da Direção de Assuntos Económicos e Empresariais no Secretariado Executivo da CPLP - 2023-2026	
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos os Estados-Membros	
GRUPO-ALVO	Todos os Estados-Membros	
OBJETIVOS	- Promover a operacionalização da Direção de Assuntos Económicos e Empresariais no Secretariado Executivo da CPLP entre 2023 e 2026, preparando esta estrutura para apoiar a implementação da “Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica na CPLP 2022- 2027” e - Responder de forma sustentada e especializada às solicitações dos diferentes órgãos da CPLP no domínio da Cooperação Económica e Empresarial	
RESULTADOS ESPERADOS	- RE1: Recursos humanos, materiais e financeiros que cubram as necessidades de funcionamento da DAEE durante a fase de operacionalização, claramente identificados e mobilizados; - RE2: Proposta de Plano de operacionalização da DAEE, preparada e submetida à consideração superior; - RE3: Plano de operacionalização da DAEE, aprovado e executado; - RE4: Mapeamento das medidas de políticas públicas no domínio da Cooperação Económica da CPLP identificadas pelos diferentes atores, incluindo proposta do SECPLP; - RE5: Planeamento dos recursos humanos, materiais e financeiros para o funcionamento sustentável da DAEE após a fase de operacionalização apresentado e aprovado pelo SECPLP; - RE6: Relatório anual de progresso da “Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica na CPLP 2022-2027” formulado e apresentado aos Estados-Membros.	
FINANCIAMENTO	Valor Total	427.362,12 €
	Valor consignado FE	427.362,12 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	
•		
OBSERVAÇÕES	- A DAEE iniciou a sua atividade no dia 14 de setembro de 2023 e elaborou o seu primeiro relatório intercalar, reportando as atividades realizadas entre 2023 até 2024, tendo em consideração o cumprimento da Agenda Estratégica para a consolidação da cooperação económica na CPLP 2022-2027. - Em conformidade com o mandato de operacionalização da Direção de Assuntos Económicos e Empresariais (DAEE) no Secretariado Executivo da CPLP para o período de 2023 a 2026, com vista a apoiar a implementação da “Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica na CPLP 2022-2027”, o objetivo estabelecido para o primeiro ano de implementação da DAEE foi atingido. Tal facto encontra-se devidamente comprovado no Relatório da DAEE 2023-2024 - No que respeita às atividades previstas para o exercício de 2025, tais atividades encontram-se atualmente em curso, conforme o cronograma estabelecido, estando a sua conclusão e apresentação previstas para	

dezembro de 2025, dentro do período definido para a execução da agenda.

Oceano

AP67/LIS/24	Capacitação no quadro da aplicação do Acordo Internacional sobre Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ)		
ENTIDADE EXECUTORA	– Secretariado Executivo da CPLP – Direção Serviços Organizações Económicas Internacionais, da Direção Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal – Divisão Oceanos e Direito do Mar das Nações Unidas (UN/DOALOS) – Fundação Oceano Azul		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos os Estados-Membros		
GRUPO-ALVO	Estados-Membros		
OBJETIVOS	o Capacitação dos Estados-Membros para a implementação do Acordo BBNJ - preparação para os processos de assinatura, ratificação e entrada em vigor.		
RESULTADOS ESPERADOS	- o Harmonização de uma versão em língua portuguesa do Acordo, dado que existem versões em português escrito no Brasil e em Portugal que remetem para uma interpretação concetual diversa; - o Incrementar a divulgação interna do Acordo e seus dispositivos junto dos responsáveis pela tomada de decisão, visando a sua assinatura e ratificação; - o Atualizar a legislação complementar para que se gere coerência e harmonização entre outros dispositivos que implicam a aplicação do acordo; - o Definir políticas de ordenamento do espaço marinho; - o Definir mecanismos para a proteção de áreas marinhas; - o Identificar atividades de formação e capacitação para aplicação do Acordo; - o Fomentar o acesso ao conhecimento por via da tradução para português de algumas ferramentas essenciais para trabalhar o Acordo.		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		35.000,00 €
	Valor consignado FE		35.000,00 €
	Valor Desembolsado		20.000,00 €
	Saldo 30/06/2025		0,00 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído		
Nos dias 13 e 15 de maio de 2024, foi realizado um Seminário sobre a aplicação do Acordo Internacional sobre Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ). O Seminário foi desenvolvido numa colaboração estreita entre o Secretariado Executivo da CPLP, a Direção Serviços Organizações Económicas Internacionais, da Direção Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a Divisão Oceanos e Direito do Mar das Nações Unidas (UN/DOALOS) e a Fundação Oceano Azul.			
OBSERVAÇÕES	• O Tratado sobre a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Marinha das Áreas fora da Jurisdição Nacional (Acordo BBNJ), foi adotado pela Conferência Intergovernamental, na sua 5.ª sessão. Foi assinado a 19 de junho de 2023 e é o resultado de quase 20 anos de negociações. O acordo foi aberto à assinatura em 20 de setembro de 2023.		

	• O Acordo BBNJ é um instrumento que veio complementar e reforçar as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), de 1982, que estabelece as regiões consideradas alto-mar (onde os países têm o direito de pescar, navegar e fazer investigação). O Acordo BBNJ determina que pelo menos 30% dos oceanos serão áreas protegidas até 2030. • O Acordo regula 4 elementos-chave relativos à governação dos oceanos: ○ Recursos genéticos marinhos; ○ Instrumentos de gestão por área, incluindo áreas marinhas protegidas; ○ Avaliações do impacto ambiental, e ○ Reforço de capacidades e transferência de tecnologia marinha. • O objetivo do tratado é o da conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha nas Áreas Não Sujeitas à Jurisdição Nacional (ABNJ). Trata-se de um mecanismo de governação para alcançar a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade marinha nessas áreas. Nesses locais, a pesca, a passagem de navios e a mineração em águas profundas passarão por um rígido controlo.
--	---

AP73/STP/24	2ª Conferência de Hidrografia da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Instituto Hidrográfico de Portugal (IH)	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos os Estados-Membros	
GRUPO-ALVO	Estados-Membros	
OBJETIVOS	○ Realização da 2ª Conferência de Hidrografia da CPLP, permitindo ○ O fortalecimento da "rede hidrográfica" da CPLP por via da capacitação, formação e partilha de dados ○ Melhorar a segurança da navegação por via do incentivo ao estabelecimento de serviços hidrográficos ○ Incrementar o nível de conhecimento sobre o Oceano para incentivar a dinamização da economia azul ○ Contribuir para o desenvolvimento de políticas integradas de gestão costeira e gestão oceânica e de preservação do meio marinho ○ Aumentar a visibilidade da CPLP e a cooperação regional/internacional.	
RESULTADOS ESPERADOS	• Realização da 2ª Conferência de Hidrografia da CPLP • Fortalecimento da "rede hidrográfica" criada entre Estados Membros • Estabelecimento de novos Serviços Hidrográficos Nacionais • Incremento do conhecimento do Oceano • Contribuição para o desenvolvimento de políticas de gestão do Oceano e de preservação do meio marinho • Incremento da visibilidade da CPLP no âmbito da Hidrografia e aumento da cooperação regional/internacional • Fomentar o acesso ao conhecimento por via da tradução para português de algumas ferramentas essenciais para trabalhar o Acordo.	
FINANCIAMENTO	Valor Total	58 822,58 €
	Valor consignado FE	58 822,58 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído	

- A 2ª Conferência de Hidrografia da CPLP realizou-se de 4 a 8 de novembro de 2024, na cidade do Mindelo, Ilha de S. Vicente, Cabo Verde e foi organizada pelo Instituto Hidrográfico (IHPT) e pelo Instituto Marítimo e Portuário de Cabo Verde (IMP-CV), com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP e da DHN-Brasil e decorreu em formato híbrido (presencial e VTC). A abertura solene ocorreu dia 6 de novembro com a presença do Ministro do Mar de Cabo Verde.
- A conferência contou com a presença dos países da CPLP, à exceção de Timor-Leste e da Guiné Equatorial e com vários organismos internacionais como a OHI, IALA-WWA, CP-COI, Atlantic Center, IIC Technologies e ICENC, num total de cerca de 50 participantes.
- Paralelamente à Conferência, decorreram algumas atividades, nomeadamente, a realização de seminários em Informação de Segurança Marítima, Levantamentos Hidrográficos, Ajudas à Navegação, Oceanografia e Geofísica e em S-100, ministrado pelo IH, pela Direção de Faróis-Portugal e pelo DHN-Brasil, assim como visitas a instituições, entre elas, o ISECMAR-Centro de Simulação Marítima e o Navio "Guardião".
- Foi feita a apresentação do livro "As Medidas da Terra e do Mar da CPLP" pelo autor, comandante Miguel Bessa Pacheco, obra que permitirá, de forma científica, quantificar as dimensões das áreas marítimas jurisdicionais da CPLP.
- As delegações participantes (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) fizeram um ponto de situação relativo às áreas da hidrografia, da cartografia náutica e da segurança da navegação, indicando propostas e recomendações naqueles domínios e estabeleceram ligações para cooperação conjunta e intercâmbio e partilha de informação no domínio da hidrografia na CPLP. Todos os intervenientes reforçaram a importância da Hidrografia como base de conhecimento, preservação e uso sustentável do Oceano, assim como a relevância e interesse crescente da Conferência de Hidrografia para os países da CPLP.

OBSERVAÇÕES

Angola manifestou a sua intenção/disponibilidade para organizar a 3ª edição da Conferência em 2026.

AP80/LIS/25	Apoio à deslocação dos representantes dos Estados-Membros para participação no "2º Seminário da CPLP de capacitação para a implementação do Acordo BBNJ"
ENTIDADE EXECUTORA	Direção Nacional de Política do Mar do Ministério do Mar de Cabo Verde
E.M. ENVOLVIDOS	Todos os Estados-Membros
GRUPO-ALVO	Estados-Membros
OBJETIVOS	○ Realizar o 2º Seminário da CPLP de capacitação para a implementação do Acordo BBNJ
RESULTADOS ESPERADOS	○ Sensibilizar os Estados-Membros para a assinatura, ratificação e entrada em vigor do Acordo BBNJ ○ Revisitar e/ou informar sobre as disposições constantes do Acordo BBNJ ○ OE 3: Promover a troca de experiências e boas práticas sobre os processos nacionais de assinatura e ratificação ○ Sensibilizar para a oportunidade de realização de uma reunião preparatória, ao nível das Nações Unidas, em antecipação da primeira Conferência das Partes ○ Definir políticas de ordenamento do espaço marinho; ○ Definir mecanismos para a proteção de áreas marinhas; ○ Identificar atividades de formação e capacitação para aplicação do Acordo;

	○ Fomentar o acesso ao conhecimento por via da tradução para português de algumas ferramentas essenciais para trabalhar o Acordo.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	66.151,21 €
	Valor consignado FE	66.151,21 €
	Valor Desembolsado	39.217,23 €
	Saldo 30/06/2025	26.933,98 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluída	
OBSERVAÇÕES	• O 2º Seminário sobre a aplicação do Acordo Internacional sobre Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ), que dá seguimento ao Seminário realizado na Fundação Oceano Azul, em Lisboa, em maio de 2024, foi realizado na Câmara de Comércio de Barlavento, CCB, em Mindelo, em abril de 2025. • Enquadramento Setorial ○ "Estratégia da CPLP para os Oceanos", aprovada em 2010; ○ Deliberações da IV Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP (Declaração do Mindelo e Plano de Ação do Mindelo 2019-2021), de novembro de 2019, no Mindelo; ○ Deliberações da IV Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, maio de 2022, em Luanda; ○ Deliberações da XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que saudaram a adoção, em junho de 2023 do Acordo, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, relativo à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade fora da jurisdição nacional (Acordo BBNJ); ○ Recomendações do "Seminário sobre a aplicação do Acordo Internacional sobre Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ)", realizado em Lisboa, entre 13 e 15 de maio de 2024.	

Trabalho e Assuntos Sociais

PR41/LB/11		Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III	
ENTIDADE EXECUTORA		Instituto Mazal	
E.M. ENVOLVIDOS		São Tomé e Príncipe	
GRUPO-ALVO		• Empreendedores aprendizes (jovens e mulheres) e profissionais (artesãos e estilistas). • Famílias dos empreendedores aprendizes e dos profissionais participantes do projeto.	
OBJETIVOS		• Capacitar empreendedores aprendizes (jovens e mulheres) e profissionais santomenses (artesãos e estilistas) em empreendedorismo social, bem como transferir aos empreendedores conhecimentos de produção em papel artesanal, tingimento vegetal, bordado, modelagem corte e costura (vestuário masculino e feminino), marcenaria e escultura (madeira, chifre, coco, bambu e fibras naturais); • Elaborar um manual de procedimentos para desenvolvimento de produtos e aprimoramento dos conhecimentos técnicos na aplicação da qualidade sequenciada para confeção de produtos artesanais; • Criar e manter estrutura física e de gestão, criando bases sustentáveis para as atividades desenvolvidas no Projeto; • Criar novos canais de distribuição e de comercialização dos produtos artesanais e fortalecer os mecanismos de comunicação e divulgação da marca do artesanato santomense;	
RESULTADOS ESPERADOS		• Empreendedores aprendizes (jovens e mulheres) e profissionais santomenses (artesãos e estilistas) capacitados em empreendedorismo social, e aprendizes capacitados em conhecimentos de produção em papel artesanal, tingimento vegetal, bordado, modelagem corte e costura (vestuário masculino e feminino), marcenaria e escultura (madeira, chifre, coco, bambu e fibras naturais); • Manual de procedimentos elaborado para o desenvolvimento de produtos e aprimoramento dos conhecimentos técnicos na aplicação da qualidade sequenciada para confeção de produtos artesanais; Estrutura física e de gestão criadas e mantidas para a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no Projeto; • Novos canais de distribuição e de comercialização dos produtos artesanais criados e mecanismos de comunicação e divulgação da marca do artesanato santomense fortalecidos;	
FINANCIAMENTO		Valor Total da Atividade	982.909,00 €
		Valor consignado FE	775.555,72 €
		Valor Desembolsado	718.997,33 €
		Saldo 30/06/2025	56.158,87 €
GRAU DE EXECUÇÃO		Concluído	
• O projeto teve o seu início em julho de 2011, tendo o SECPLP realizado quatro missões de monitorização (agosto de 2011, março de 2012, dezembro de 2012 e novembro de 2013) nas quais foi constatado o bom andamento das atividades e o seu efeito multiplicador em Santa Catarina e Portalegre relativamente aos bordados e a costura.			

	• Em julho de 2013 teve início a última fase do projeto, a 4ª Etapa, que contemplou as atividades como a) Supervisão local de todas as áreas do projeto; b) Consultoria em bordado; c) Design de moda e decoração; d) Desenho do portal do projeto e realização de ações de formação para três coordenadores locais de STP Coordenação geral sobre design e estilo; e) Gestão Executiva do Projeto. • Realizou-se no dia 9 de novembro de 2013, no Centro Cultural do Brasil, em São Tomé, o evento de encerramento do projeto tendo a DIRCOOP aproveitado para realizar a última monitorização do projeto. • O projeto demonstrou uma boa capacidade de apropriação pelos beneficiários, nomeadamente através do processo em curso para a criação da cooperativa de artesãos. • O relatório final de execução técnica e financeira do projeto e os termos de referência para a missão a Lisboa, à sede da CPLP, do responsável financeiro do Instituto Mazal com o objetivo de se finalizar a prestação de contas, foram em tempo aprovados e tal missão realizou-se em julho de 2014. • A XXVIII RPFC, de fevereiro de 2014, aprovou a utilização do saldo remanescente das atividades "Salas verdes" (Euros 77.059,23) e "Rio +20" (Euros 5.844,32) para atividades especificamente orientadas no reforço da capacidade da Cooperativa UêTela, criada no âmbito do projeto de Artesanato em STP. • Entre 3 e 4 de abril de 2017, foi realizada uma missão da ABC e do Instituto Mazal ao SECPLP, com o intuito de finalizar o processo de prestação de contas. • Teve, igualmente, lugar de 6 a 12 de abril de 2017, uma missão do Instituto Mazal a São Tomé e Príncipe com o objetivo a consolidação das bases para a sustentabilidade e o Desenvolvimento do Projeto de Manutenção. A visita à Cooperativa Uê Tela/STP procurou avaliar eixos: produto; gestão, mercado, comunicação e sustentabilidade. • A pesquisa levantou dados referentes aos cinco eixos, com foco nas necessidades pugnantes de aperfeiçoamento técnico, especialmente no refinamento da qualidade dos produtos e o fortalecimento do eixo de marketing. Também foi observado o atual aprimoramento comportamental, especialmente quanto à liderança e ao alcance de objetivos comuns.
OBSERVAÇÕES	• Esta iniciativa, quando aprovada, tinha um carácter pioneiro, esperando-se que os resultados do projeto permitissem obter informações pertinentes que justificassem o seu alargamento a outros EM. Nesse contexto, Angola, Cabo Verde e Moçambique, manifestaram o seu interesse no alargamento do projeto aos respetivos países. • Na XXXVI RPFC o SECPLP informou que o projeto já fora executado, tendo sido atingidos os objetivos e resultados esperados e que estava em curso um processo de auditoria e que apenas após a conclusão da mesma haveria possibilidade de fazer um ponto de situação relativamente aos recursos remanescentes.

PR91/DIL/24	5.ª fase do projeto “Meninos de rua: Inclusão e Inserção”	
ENTIDADE EXECUTORA	ACEP	
E.M. ENVOLVIDOS	• Angola: OKUTIUKA • Brasil: Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA) • Cabo Verde: Associação Crianças Desfavorecidas (ACRIDES) • Guiné-Bissau: Associação dos Amigos da Criança (AMIC) • Moçambique: Meninos de Moçambique (MDM) • Portugal: Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) • S. Tomé e Príncipe: Fundação Novo Futuro (FNF) • Timor-Leste: Fórum Comunicação e Juventude (FCJ)	
GRUPO-ALVO	• Organizações da sociedade civil que intervêm na promoção do bem-estar de crianças e jovens, incluindo animadores e educadores; • Instituições públicas e estruturas governamentais que influenciam as formas de relacionamento da sociedade com as crianças e jovens em risco (comissões parlamentares, institutos de apoio à criança, autoridades policiais); • Autoridades tradicionais e religiosas; • Estruturas infanto-juvenis e parlamentos infantis • Responsáveis políticos, incluindo parlamentares	
OBJETIVOS	• Contribuir para a criação de condições conducentes à co-responsabilização de toda a sociedade, e em especial do conjunto das agências interventoras, relativamente à promoção dos direitos de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. • Criar novos espaços de partilha e sistematizar os existentes entre organizações sobre experiências e impactos de uma pandemia (um período de emergência social generalizada) na situação das crianças e jovens no contexto da CPLP; • Reforçar a articulação entre organizações de sociedade civil e atores estatais, para a construção de um roteiro de trabalho futuro para a Rede Vozes de Nós e de uma proposta de documento de política no domínio dos direitos das crianças e jovens ao nível da CPLP	
RESULTADOS ESPERADOS	• Realizado 1 diagnóstico sobre os impactos da COVID-19 nos direitos das crianças e jovens em 7 países de língua portuguesa • Realizados breves vídeos de apresentação de experiências e estratégias das organizações para fazer face à pandemia • Realizado de 1 encontro presencial da Rede Vozes de Nós • Realizado 1 roteiro de trabalho futuro da Rede Vozes de Nós com definição das prioridades para os próximos anos e metas para o futuro imediato • Elaborado e encaminhado uma proposta de documento de política no domínio dos direitos das crianças e jovens ao nível da CPLP	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	119.797,00 €
	Valor consignado FE	93.742,40 €
	Valor Desembolsado	18.868,00 €
	Saldo 30/06/2025	74.874,44 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	

Foi realizado um diagnóstico detalhado sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nos direitos das crianças e jovens, com foco nos sete países da CPLP. A recolha de dados foi conduzida com o envolvimento das organizações parceiras, sendo os resultados sistematizados numa única publicação de carácter analítico. Foi produzido um vídeo que compila as experiências de todas as organizações da Rede, constituindo um instrumento de comunicação para ser utilizado em diversos contextos de sensibilização e disseminação. O Encontro da Rede Vozes de Nós, no âmbito da 5.ª fase do projeto “Meninos de rua: Inclusão e Inserção”, que conta com a participação de representantes de organizações de sociedade civil da Rede, previsto inicialmente para maio de 2025, deverá ser realizado no 2º semestre de 2025, em Díli, Timor-Leste.	
OBSERVAÇÕES	A 5.ª fase do projeto “Meninos de rua: Inclusão e Inserção” foi aprovada pela XLVII RPFC, realizada em Díli, em março de 2024. Foi assinado, em 1 de setembro de 2024, um Protocolo entre o Secretariado Executivo da CPLP e a ACEP par implementação da Atividade.

PR92/STP/24	Ação Piloto de Extensão Comunitária e Social na Barbearia
ENTIDADE EXECUTORA	Big Move Lda
E.M. ENVOLVIDOS	- Portugal – Ação piloto - Angola, Brasil, Cabo Verde – Fase 2 (dependente da avaliação de desempenho da Fase 1)
GRUPO-ALVO	- Jovens até aos 30 anos, descendentes de pais oriundos de países da CPLP, de segunda ou terceira geração, residentes na área da grande Lisboa; - Jovens emigrantes de Estados da CPLP, recém-chegados a Portugal e residentes na área da grande Lisboa; - Jovens desfavorecidos e em risco de exclusão social ou já nessa circunstância, com ligação aos países da CPLP e residentes na área da grande Lisboa; - Jovens que querem ser donos do seu próprio negócio e/ou que desejam ter uma nova profissão
OBJETIVOS	- Desenvolver um projeto de extensão comunitária e social que, baseado numa Barbearia-Escola, promova o desenvolvimento de atividades formativas e de capacitação - Fomentar o empreendedorismo, a inovação e promover a inclusão social, cultural, económica e política de jovens com origem nos Estados da CPLP, nos contextos de acolhimento e/ou residência. - Atuar na área da estética e bem-estar do homem com serviços tradicionais e inovadores para o mercado local. - Edificar uma escola de microempreendedorismo baseada numa Barbearia (Barbearia-Escola) que, para além de desenvolver uma atividade de formação e capacitação baseada na área da estética e bem-estar do homem - Incentivar o desenvolvimento do empreendedorismo, a criação de micronegócios e/ou a geração do auto-emprego.
RESULTADOS ESPERADOS	- Promover a integração social, cultural, económica e política de jovens oriundos de países da CPLP e/ou residentes de segunda e terceira geração, no contexto de acolhimento (e/ou residência – fase 2); - Incentivar o desenvolvimento do empreendedorismo, da criação de micronegócios e criação do auto-emprego; - Desenvolver uma atividade de formação e capacitação baseada na área da estética e bem-estar do homem; - Promover orientação para o primeiro emprego e melhoria do acesso ao mercado de trabalho; - Melhorar o acesso aos serviços públicos de saúde, justiça, proteção social e educação; - Melhorar o acesso ao alojamento e à habitação; - Promover ambientes mais amigáveis ao diálogo intercultural; - Valorizar a cultura dos países de origem,

	- Apoiar o eventual regresso dos jovens formados e qualificados aos países de origem; - Melhorar o conhecimento mútuo e a mobilidade na CPLP.	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	460.281,25€
	Valor consignado FE	104.383,50 €
	Valor Desembolsado	41.753,40 €
	Saldo 30/06/2025	62.630,10 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em fase de arranque	
OBSERVAÇÕES		

-	Plano de Ação para o combate ao Trabalho Infantil (PACTI)	
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Dirigentes e quadro superiores de instituições públicas/governamentais; Parceiros Sociais; ONG's	
OBJETIVOS	- Melhorar o conhecimento sobre o trabalho infantil junto dos governos e parceiros sociais dos Estados Membros; - Promover a partilha de experiências e o trabalho em rede entre os Estados-Membros e parceiros sociais no reforço de políticas públicas de combate ao trabalho infantil; - Consensualizar entre os governos e os parceiros sociais da CPLP posições comuns a apresentar em fora internacional.	
RESULTADOS ESPERADOS	- Enquadramento normativo e judicial da temática do combate ao trabalho infantil nos diferentes Estados-Membros mais bem identificado; - Declaração da CPLP para a Conferência Global sobre Trabalho Infantil de 2022 consensualizada; - Pontos Focais apoiados para melhor responder aos desafios do combate ao trabalho infantil; - Contactos intersectoriais fortalecidos possibilitando uma maior partilha de experiências e práticas; - Trabalho com os Observadores Consultivos e parceiros sociais reforçado, fomentando iniciativas de responsabilidade social direccionadas para o combate ao trabalho infantil; - Atores públicos e privados sensibilizados para os impactos negativos da Pandemia Covid-19 nos esforços de erradicação do Trabalho Infantil.	
FINANCIAMENTO	Valor Total	19188,90
	Valor consignado FE	0,00€
	Valor Desembolsado	n.a.
	Saldo 30/06/2025	n.a.
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	

	• Para apoio das Campanhas Nacionais de Combate ao Trabalho Infantil em 2021 foram produzidos posters e folhetos utilizados na divulgação de informação e de boas práticas e sensibilização da opinião pública sobre o tema; • Foram também produzidos, em 2021, dois spots vídeo alusivos ao tema. Um spot foi criado utilizando os materiais da Campanha de 2021, tendo sido passado em algumas das TV's nacionais dos Estados Membros da CPLP (Portugal e Cabo Verde confirmaram); um segundo spot foi criado para assinalar os 10 anos de Campanhas conjuntas entre a CPLP e a OIT de Combate ao Trabalho Infantil, juntando imagens produzidas nessas Campanhas ao longo dos últimos 10 anos. Ambos os Spots serão utilizados para divulgação e sensibilização. • Foi realizado um debate televisivo na RTP África no dia 12 de junho sobre o Ano Internacional que integrou a iniciativa das 24 horas da semana de ação contra o trabalho infantil da OIT (10 a 16 de junho). Este debate contou a presença de: – Eurico Monteiro – Embaixador de Cabo Verde em Portugal, Representante da Presidência da CPLP; – Vera Paquete Perdigão - Diretora de Governança e Tripartidarismo da OIT, Especialista Sênior em Combate ao Trabalho Infantil da OIT (via vídeo) – Manuel Clarote Lapão, Diretor de Cooperação da CPLP – Fátima Proença – Diretora ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos. • No dia 30 foi organizada uma Conferência Internacional sobre “O Combate ao Trabalho Infantil no contexto da Pandemia Covid-19, em formato virtual, que juntou decisores políticos, parceiros sociais, especialistas internacionais e organizações não-governamentais para debater o tema e reforçar a importância da adoção de medidas de mitigação dos seus efeitos, incrementar a visibilidade do tema na agenda política dos Estados-Membros da CPLP e proceder à partilha de experiências sobre as melhores práticas no combate ao trabalho infantil. • Em novembro de 2021 foram realizadas duas formações online: I. “Curso Online - Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (AITI)”, organizado pelo Centro Internacional de Formação da OIT (ITC-ILO) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional de Portugal (IEFP). II. “Curso Online - O Papel da Inspeção do Trabalho no Combate ao Trabalho Infantil”, organizado pelo ITC-ILO e o IEFP. • Em 2022, decorreu um Curso online «Abordar o trabalho infantil perigoso e reduzir os riscos colocados por os pesticidas perigosos», organizado pela FAO e destinado principalmente para as Autoridades Nacionais dos Estados-Membros. • Em 2023 teve lugar na Sede da CPLP uma sessão de apresentação do Relatório conjunto OIT/UNICEF “O papel da proteção social no trabalho infantil”, no dia 13 de fevereiro de 2023, tendo a Atividade cofinanciado a tradução deste relatório para Português; • Também em 2023, foi realizado o Curso Online “O Papel da Inspeção do Trabalho na Eliminação do Trabalho Infantil: reforço das parcerias entre países da CPLP através da Cooperação Sul-Sul”, realizado entre 27 de fevereiro e 17 de março de 2023, com o apoio do Departamento de Parcerias Multilaterais e Cooperação para o Desenvolvimento da OIT e do Centro de Formação da OIT. • Nos dias 10, 11 e 12 de setembro de 2024, foi realizado um Simpósio de Partilha de Conhecimentos sobre a erradicação do trabalho infantil na agricultura para os Estados Membros da CPLP, no âmbito de um projeto organizado entre o CIFOIT e o IEFP Portugal • Está em curso a preparação da atualização do Estudo sobre a Aplicação das Convenções 138 e 182 da OIT, bem como a publicação de uma infografia sobre a situação do combate ao trabalho infantil nos EM da CPLP, conforme previsto pela Atividade.
OBSERVAÇÕES	• Os Pontos Focais da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil, aprovaram, a nível técnico, a “Proposta de Plano de Ação 2021-2025 - Combate ao Trabalho Infantil nos Estados-Membros da CPLP”, que conta com 3 eixos. A saber: - I – Recolha de dados e produção de conhecimento; - II - Políticas públicas e governança (Capacitação e fortalecimento institucional); e - III - Mobilização de parcerias e implementação de medidas de combate ao flagelo (em anexo). • Esta proposta foi aprovada pela XIV Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizada no dia 30 de março de 2021

-	Plano de Ação para a Inspeção do Trabalho		
ENTIDADE EXECUTORA	SECPLP/ EM		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos		
GRUPO-ALVO	Inspetores do Trabalho dos Estados-Membros da CPLP		
OBJETIVOS	• Reforçar as competências através de formação especializada, incluindo ações no domínio da Saúde e Segurança no Trabalho. • Ampliar o conhecimento sobre os sistemas da inspeção do trabalho em cada Estado-Membro da CPLP para informar o desenvolvimento de políticas e programas, incluindo ações no domínio da Saúde e Segurança no Trabalho. • Partilhar e disseminar boas práticas, incluindo através dos mecanismos institucionais de cooperação sul-sul e triangular. • Promover ações com vista à melhoria da legislação a nível nacional tendo em conta os sectores de atividade que ainda carecem de regulamentação. • Desenvolver instrumentos e metodologias de intervenção ajustadas às dinâmicas do mundo do trabalho. • Fomentar e fortalecer a cooperação técnica multilateral, nomeadamente através do diálogo social, entre os Estados-Membros da CPLP e entre estes e a OIT.		
RESULTADOS ESPERADOS	• Legislação a nível nacional melhorada tendo em conta as especificidades dos sectores de atividade, em particular os que ainda carecem de regulamentação nesta matéria, garantindo uma maior abrangência e efetividade da proteção dos trabalhadores • Estudo de diagnóstico realizado e divulgado, permitindo uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelos sistemas de Inspeções do Trabalho no quadro da CPLP • Competências dos Inspetores de Trabalho, reforçadas resultando numa melhoria da eficácia da ação inspetiva com base nos instrumentos orientadores da OIT e nas prioridades identificadas para cada setor em cada EM • Incrementada a capacidade nacional para a definição de metodologias, permitindo uma melhor monitorização do cumprimento da legislação laboral • Promovida a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os EM • Atores públicos e privados sensibilizados para os impactos positivos do fortalecimento dos sistemas de Inspeção do Trabalho		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		n.a.
	Valor consignado FE		0,00€
	Valor Desembolsado		n.a.
	Saldo 30/06/2025		n.a.
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução		
Entre 2024 e 2025, foram realizadas cinco reuniões no âmbito deste Plano, incluindo uma reunião presencial em 2024, duas reuniões virtuais nesse mesmo ano — uma das quais inserida no Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas — e duas reuniões virtuais adicionais em 2025, bem como uma reunião presencial também em 2025. O grau de execução do Plano foi apreciado favoravelmente pela XVI Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (RMTAS), contando com atividades realizadas em todos os eixos, destacando-se as seguintes atividades:			

1ª Oficina Internacional: Diálogo e Cooperação Sul-Sul de Países da CPLP sobre Justiça do Trabalho, Brasília, março de 2024, - workshop tripartido "Empresas Multinacionais, desenvolvimento e trabalho digno: A aplicação da Declaração Tripartida da OIT sobre Empresas Multinacionais e Política Social", com participação dos Pontos Focais da CPLP. Esta formação decorreu no Instituto do Emprego e Formação Profissional de Portugal, em outubro de 2024	
OBSERVAÇÕES	O Plano de Ação para a Inspeção do Trabalho foi aprovado em maio de 2023, em Benguela, por ocasião da XV RMTAS CPLP.

-	4ª Reunião Técnica para a Negociação do Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP		
ENTIDADE EXECUTORA	SECPLP/ EM		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos		
GRUPO-ALVO	- Pontos Focais dos Estados-Membros para a Convenção Multilateral - Funcionários públicos ligados ao setor da Segurança Social		
OBJETIVOS	Alcançar bases de entendimento que permitam aprovar o Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP		
RESULTADOS ESPERADOS	Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP e respetivos anexos aprovados		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		n.a.
	Valor consignado FE		0,00€
	Valor Desembolsado		n.a.
	Saldo 30/06/2025		n.a.
GRAU DE EXECUÇÃO	Por iniciar		
OBSERVAÇÕES	Foram realizadas 3 reuniões técnicas de negociação do Acordo Administrativo, tendo a última sido realizada na Sede da CPLP, em abril de 2024. A reunião de abril de 2024, decidiu que deveria ser realizada uma 4ª Reunião Técnica, para partilha de informações e troca de experiências entre os Estados-Membros em questões relativas aos sistemas de pagamentos das prestações no exterior e legislações, normas e regulamentos nacionais aplicáveis; e para consensualização dos pontos em aberto no texto do Acordo Administrativo, nomeadamente do seu artigo 11º. A XVI Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (RMTAS CPLP), realizada em junho de 2025, na Sede da CPLP, decidiu "Promover a realização, em articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, de uma Reunião Técnica sobre a aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, em formato virtual, no dia 16 de setembro de 2025". Cabo Verde informou, na XVI RTMAS CPLP, que o Parlamento de Cabo Verde já havia aprovado a ratificação da Convenção, pelo que o depósito do instrumento de ratificação junto do SECPLP estaria para breve. Recordar-se que, com a ratificação de Cabo Verde, a Convenção entrará em vigor.		

6. MEMÓRIA DAS ATIVIDADES CONCLUÍDAS (FINANCIADAS PELO FECPLP)

(prévio ao QBC 2023-2025)

PROJETOS

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Pr01/MAP/00	Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE) - Luanda, Angola	448 087,88
Pr02/MAP/00	Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP) - Maputo, Moçambique	567 162,69
Pr03/MAP/00	Curso de Administração e Gestão Escolar para Dirigentes	52 373,72
Pr04/MAP/00	Curso de Formação de Técnicos da Educação	32 442,90
Pr05/MAP/00	Curso de Formação na Área dos Arquivos para os PALOP	66 617,60
Pr06/MAP/00	2º Concurso CPLP – 1ª Obra (nacional/comunitário)	-
Pr07/MAP/00	Estatísticas da Educação	100 126,00
Pr08/ST/01	ETECFORMA – Rede para o Ensino Técnico dos Países de Língua Portuguesa	9 350,00
Pr09/ST/01	Apoio à Guiné-Bissau: Formação de Novos Inspetores e Delegados Regionais do Trabalho e Administração Pública	21 905,30
Pr10/ST/01	Apoio à Guiné-Bissau: Apoio às Mulheres na Produção de Arroz Bas-Fond	17 971,00
Pr11/ST/01	HIV/SIDA	19 383,00
Pr12/ST/01	Apoio à Capacitação de Recursos Humanos em Saúde PALOP	272 493,00
Pr13/ST/01	Cooperação Técnica em Telecomunicações	359 281,00
Pr14/ST/01	Centro Internacional de Juventude da CPLP	33 213,00
Pr15/BR/02	Governo Eletrónico - Rede Colaborativa da CPLP em Governo Eletrónico	71 628,89
Pr16/BR/02	Curso de Elaboração de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento (CEProDe)	70 694,00
Pr17/BR/02	Fortalecimento do Secretariado Executivo	190 030,00
Pr18/LB/04	Treinamento em Análise e Enquadramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (ProCTI-MAE)	130 470,00
Pr19/LB/05	Capacitação em Matéria de Negociações Comerciais Internacionais	75 612,00
Pr20/LB/05	Curso sobre Gerenciamento da Cooperação Técnica (ProCTI-MGC)	81 371,00
Pr21/LB/05	Criação de uma Plataforma Informática Acessível aos PALOP para Informação dos Arquivos do IHMT	46 036,57
Pr22/LB/06	Disponibilização de Cultivares e Capacitação para a Implantação de Sistemas Sustentáveis de Produção de Hortaliças em Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau	70 797,68
Pr23/GB/06	Bolsas CADAPi – 1ª fase / Curso de Alta Direção em Administração Pública para Alunos dos PALOP e Timor-Leste	40 000,00
Pr24/LB/07	Formação e Implementação de Metodologias para a Conservação da Biodiversidade e Gestão de Áreas Protegidas	45 000,00
Pr25/LIS/07	Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Salas Verdes)	126 705,00
Pr26/LB/07	Bolsas CADAPi – 2ª fase / Curso de Alta Direção em Administração Pública para Alunos dos PALOP e Timor-Leste	40 000,00
Pr27/LB/08	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia PALOP	203 836,00
Pr28/LB/08	Biblioteca Móvel de Enfermagem em Português	15 085,93
Pr29/LB/08	Curso de Aperfeiçoamento para Técnicos de Futebol	115 963,91
Pr30/LB/08	Programa para a Implementação de Bancos de Leite Humano	151 957,08
Pr31/LB/08	Curso sobre Gestão do Ciclo do Projeto de Cooperação Técnica (ProCTI-MCP)	94 472,00
Pr32/LB/08	Conferência Internacional infanto-juvenil pelo Meio Ambiente: uma contribuição para o Programa de Educação Ambiental da CPLP – 1ª Fase	440 000,00
Pr33/LB/08	I Mostra de Cinema e Audiovisual da CPLP	20 497,66
Pr34/LB/08	Conceção e Edição de Manuais de Aprendizagem de Leitura, Escrita e Aritmética para Distribuição Gratuita nos Países Africanos de Língua Portuguesa e em Timor-Leste – Fase I – “Cartilha de Leitura Escolar”	91 947,00
Pr35/LB/08	O Microcrédito como Forma de Luta contra a Pobreza – Reforço e Capitalização de Boas Práticas	92 438,00
Pr36/LB/08	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase II	202 258,67
Pr37/PRA/09	Meninos de Rua: Inclusão e Inserção (Voz de Nós: Crianças de Rua Protagonistas dos seus Direitos)	142 295,50
Pr38/LB/10	Projeto de Cooperação sobre Reforço de Capacidades em matéria de Avaliação de Impacto Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica dos serviços públicos nos PALOP e Timor-Leste	57 817,97
Pr39/LDA/10	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase III	266 627,58
PR40/LB/11	Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para os Países de Língua Portuguesa (CPLP) e África (CIICLAA)	31 152,00

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
PR41/LB/11	Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III	775 555,72
Pr42/LDA/11	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 1	196 804,00
Pr43/LDA/11	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase IV	205 215,95
Pr44/LDA/11	Meninos de Rua: inclusão e inserção - Fase II	154 248,00
Pr45/LDA/11	Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através da agricultura urbana sustentável	51 378,00
Pr46/LIS/11	Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - (Legis-CPLP – Fase IV)	150 000,00
Pr47/LIS/12	Programa CPLP nas Escolas	290 130,48
Pr48/LIS/12	Apoio aos Estados membros da CPLP na área da Capacitação e Formação em Recursos Hídricos, em complementaridade ao Plano de Formação da CPLP em matéria de Recursos Hídricos	120 550,84
Pr50/MAP/12	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase V	188 725,76
Pr51/MAP/12	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 2	212 344,03
Pr53/MAP/12	Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - Prolongamento	188 813,59
Pr54/MAP/12	Elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON)	82 200,00
Pr55/LIS/13	Capacitação aos Países da CPLP conforme estabelecido no Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos	118 342,80
Pr56/LIS/13	Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	213 839,04
Pr58/LIS/14	Direitos das Crianças em Rede (3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção")	151 848,00
Pr59/LIS/14	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VI	177 684,13
Pr60/LIS/14	Portal da Conexão Lusófona – Fase I	28 200,00
Pr61/DIL/14	PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar" (1ª Fase)	147 216,90
Pr62/DIL/14	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fases 3 (2013 - 2015)	144 197,34
Pr63/LIS/15	Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara (2014-2016)	-
Pr64/DIL/14	Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal - São Tomé e Príncipe	17 593,91
Pr65/LIS/15	Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)	2 900,00
Pr67/LIS/15	Semana da Juventude da CPLP	40 000,00
Pr68/DIL/15	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VII	174 782,61
Pr70/DIL/15	Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional	76.573,38
Pr72/LIS/16	Portal da Conexão Lusófona	29 335,50
Pr73/BRA/16	PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar (2ª Fase)	110 000,00
Pr74/BRA/16	Semana da Juventude da CPLP	58 750,00
Pr75/BRA/16	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VII (2016-2017)	220 796,85
Pr76/LIS/17	Plano de Ética no Desporto na CPLP	59 360,00
Pr77/LIS/17	Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora"	35 000,00
Pr78/LIS/18	Meninos de Rua: Inclusão e Inserção - 4ª fase	110 400,00
Pr79/LIS/18	Rede de Jornalismo Jovem Digital – Portal Conexão Lusófona – Fase 3 – Consolidação e Expansão	96 330,15
Pr81/LIS/19	Plataforma SKAN CPLP – Organização de Evento SKAN 2019	56 929,63
H2014024	Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha	36 853,02
H2014025	"Mulheres pequenas agricultoras das bolanhas" a caminho de redução da insegurança alimentar e de melhoria nutricional nas tabancas.	37 057,60
H2014026	Nutrição e saúde escolar em São Tomé e Príncipe: boas práticas a partir da infância	29 383,20
Pr83/MIN/19	Apoio financeiro para o Fórum CIICLAA "Clima/Variabilidade e Alterações Climáticas - Impactos na Economia na CPLP e em África"	33 643,29
H2014027	Projeto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela	36 116,32
H2014028	Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agro- pecuários e empreendedorismo	33 199,20
H2014029	Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento	33 854,37
H2014030	"No nutrisson, no vida" (A nossa nutrição, a nossa vida)	33 381,73
	TOTAL	9 874 636,87

AÇÕES PONTUAIS

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Ap01/ST/01	Fortalecimento Institucional do Secretariado Executivo	39 826,00
Ap02/ST/01	Apetrechamento da Faculdade de Direito de Bissau	13 234,05
Ap03/BR/02	Estudos Lusitanistas	57 846,15
Ap04/LB/03	Apoio à Participação de Técnicos dos Países da CPLP no I Encontro da CPLP de Especialistas sobre Malária	18 475,00
Ap05/LB/05	Seminário sobre Terapêutica da Malária	50 600,00
Ap06/LB/06	Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP	43 441,54
Ap07/BIS/06	Impressão da Versão em Português do Livro da OMS sobre Cuidados de Saúde para Crianças	12 327,00
Ap08/BIS/06	Conferência Nacional sobre Educação Profissional e Tecnológica: Paineis de Intercâmbio entre Países de Língua Portuguesa	-
Ap09/LB/08	Workshop Internacional sobre Clima, Recursos Naturais e Aplicações na CPLP: Parcerias na Área do Clima e Ambiente (WSCRA08)	16 500,00
Ap10/LB/08	Seminários de Formação e Produção de Material Didático no âmbito do Projeto SURRE – África	41 000,00
Ap11/LB/08	Seminário "A importância dos Sistemas de Informação Geográfica na Gestão dos Recursos Geológicos e Mitigação dos Riscos Geológicos"	27 546,00
Ap12/LB/998	Sistema de Videoconferência CPLP + 3 EM	100 000,00
Ap13/LB/08	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública – 3ª Edição	40 600,00
Ap14/LB/09	Colocação de um Especialista no Setor de Comunicação e Informação da UNESCO	78 479,00
Ap15/PRA/09	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública – 4ª Edição	40 000,00
Ap16/PRA/09	II Bienal de Aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologias	16 560,00
Ap17/PRA/09	Oficinas de projetos agrícolas em S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau	15 993,60
Ap18/LB/10	Convenção CITES	24 277,30
Ap19/LB/10	Rede de Investigação e Desenvolvimento da Malária da CPLP (RIDESMAL)	72 500,00
Ap20/LB/10	II Workshop Internacional sobre Clima, Recursos Naturais, e Aplicações nos Países de Língua Oficial Portuguesa (WSCRA10)	14 325,00
Ap21/LB/10	CPLP multimédia	-
Ap22/LDA/10	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública – 5ª Edição	41 100,00
Ap23/LDA/10	Publicação dos Manuais de Boas Práticas de Arquitetura Sustentável, produzidos no âmbito do projeto SURE_África, em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique	39 942,23
Ap24/LDA/11	CADAP Internacional (CADAPI) – 6ª Edição do Curso de Alta Direção em Administração Pública	46 179,44
Ap25/LDA/11	III Bienal de Aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologias	24 411,43
Ap26/LDA/11	ODM Campus Challenge - Ativar jovens universitários pelos ODM	30 674,00
Ap27/LDA/11	Manuais de Boas Práticas de Arquitetura Sustentável - STP + TL - Fase 1 - Levantamento	10 176,00
Ap28/LIS/12	Apoio ao Centro de Informação e Proteção Social da CPLP – CIPS	26 944,45
Ap29/LIS/12	IV Escola de Jovens Líderes da CPLP	15 000,00
Ap30/LIS/12	Tráfico de Seres Humanos para a CPLP (Observatório de Tráfico de Seres Humanos);	45 878,00
Ap31/LIS/12	Biodiversidade em Ambiente Urbano e Desenvolvimento Sustentado: estratégias e ações na CPLP	-
Ap32/LIS/12	Participação da CPLP na Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável - RIO+20	25 273,24
Ap33/LIS/12	Reforço da Visibilidade da Cooperação na CPLP (aquisição de instrumentos de comunicação audiovisual)	60 981,00
Ap34/LIS/13	V Edição da Escola de Jovens Líderes da CPLP	20 000,00
Ap35/LIS/13	Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável (Fase II)	21 279,10
Ap36/LIS/13	Manuais de Arquitetura Sustentável para S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste - Fase 2 – Publicação	26 584,80
AP37/LIS/13	Reforço da Capacidade de Comunicação Audiovisual da CPLP	100 000,00
Ap38/MAP/13	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social da CPLP – CIPS – Fase II	22 940,77
Ap39/DIL/14	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social – CIPS – Fase III	24 242,00
AP40/DIL/15	Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal da Guiné-Bissau	27 599,35
Ap41/DIL/15	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social – CIPS – Fase IV	66 685,09
AP43/LIS17	IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	87 640,00

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Ap44/LIS/17	CPLP por um Mar Limpo	5 363,60
Ap45/LIS/17	Seminário de reflexão da RPFC	40 115,53
Ap46/LIS/16	Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal em Angola	36 188,40
Ap47/LIS/18	Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP	349 375,00
Ap49/LIS/18	Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário	14 999,00
AP50/LIS/18	V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (RGB)	27 626,22
Ap51/LIS/19	CPLP por um Mar Limpo II	3 328,40
Ap42/DIL/15	2016 – Ano CPLP contra o Trabalho Infantil	40 900,00
Ap48/LIS/18	6ª Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e equivalentes	15 900,00
AP54/LIS/20	VI Congresso de Educação Ambiental	72 673,60
I2016002	II Feira do Livro da CPLP	22.062,13
I2016003	Capital da Cultura da CPLP: Bienal de Artes e Indústrias Criativas da CPLP	25 979,99
AP55/LIS/22	Capital da Cultura da CPLP – Luanda 2022	48 042,12
AP58/LIS/22	2ª Edição da Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário	17.864,83
TOTAL		2 207 480,36

RESUMO

Tipo de Intervenção	Montantes Solicitados FE (Euros)
Projetos	9 874 636,87
Ações Pontuais	2 207 480,36
TOTAL	12 082 117,23